

MINISTÉRIO DA FAZENDA
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Rio de Janeiro, 31/03/2016

MINISTÉRIO DA FAZENDA
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/10, da Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 e da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Rio de Janeiro, 31/03/2016

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABRASCA	- Associação Brasileira das Companhias Abertas
ABVCAP	- Associação Brasileira de <i>Private Equity</i> e <i>Venture Capital</i>
ANBIMA	- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANCORD	- Associação Nacional de Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias
APIMEC	- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASA	- Assessoria de Análise e Pesquisa
ASC	- Assessoria de Comunicação Social
ASIC	- <i>Australian Securities and Investments Comission</i>
AUD	- Auditoria Interna
BACEN	- Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA	- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CAP	- Coordenação de Capacitação
CAR-SP	- Coordenação Administrativa Regional de São Paulo
CCP	- Coordenação de Controle de Processos
CETIP	- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CGE	- Comitê de Governança Estratégica
CGP	- Chefia de Gabinete da Presidência
CGR	Comitê de Gestão de Risco
CGRI	- Comitê de Governança de Riscos Institucionais
CGTI	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação
CGU	- Controladoria-Geral da União
CMN	- Conselho Monetário Nacional
CO	- Componente Organizacional
COL	- Colegiado
COP	- Coordenação de Estudos Comportamentais e Pesquisa
CPAD	- Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
CPC	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRA	- Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRG	- Corregedoria Geral da União
CRI	- Certificado de Recebíveis Imobiliários
CTC	- Controle de Termos de Compromisso

CVM	- Comissão de Valores Mobiliários
DAS	- Direção de Assessoramento Superior
DBR	- Declaração de Bens e Rendas
DDG	- Discagem Direta Gratuita
DR	- <i>Depositary Receipt</i>
e-SIC	- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação Financeira
EXE	- Secretaria-Executiva
FIDC	- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
FOC	- Fiscalização de Orientação Centralizada
FSB	- <i>Financial Stability Board</i>
GAC	- Gerência de Arrecadação
GAD	- Direção de Assessoramento Superior
GAF	- Gerência de Contabilidade e Finanças
GAH	- Gerência de Recursos Humanos
GAL	- Gerência de Licitações e Contratos
GAS	- Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio
GEA	- Gerência de Acompanhamento de Empresas
GGE	- Gerência Geral de Processos
GIA	- Gerência de Apuração de Irregularidades
GIE	- Gerência de Acompanhamento de Fundos
GIF	- Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados
GIR	- Gerência de Registros e Autorizações
GJU	- Subprocuradoria Jurídica
GOE	- Grande Objetivo Estratégico
GOI	- Gerência de Orientação aos Investidores
GPE	- Gerência de Projetos
GSI	- Gerência de Sistemas
IBGC	- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRI	- Instituto Brasileiro de Relações com Investidores
IEGE	- Instituto Brasileiro de Educação Profissional
IOSCO	- <i>International Organization of Securities Commissions</i>
IPREV-DF	- Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

LOA	- Lei Orçamentária Anual
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentária
MF	- Ministério da Fazenda
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NuCEC	- Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia
OCI	- Órgão de Controle Interno
OFSS	- Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OPA	- Ofertas Públicas de Aquisições de Ações
PAD	- Processo Administrativo Disciplinar
PAS	- Processo Administrativo Sancionador
PAINT	- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDS	- Processo de Desenvolvimento de Sistemas
PDTI	- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE	- Planejamento Estratégico
PETI	- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PFE	- Procuradoria Federal Especializada
PMIMF	- Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda
PPA	- Plano Plurianual
PO	- Plano Orçamentário
PREVIC	- Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRODIN	- Programa de Orientação e Defesa dos Investidores
PTE	- Presidente
RETI	- Referencial Estratégico de Tecnologia da Informação
RP	- Restos a Pagar
RPPS	- Regime Próprio de Previdência Social
PUC-RJ	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SAC	- Serviço de Atendimento ao Cidadão
SAD	- Superintendência Administrativo-Financeira
SBR	- Supervisão Baseada em Risco
SDM	- Superintendência de Desenvolvimento de Mercado
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	- <i>United States Securities Exchange Commission</i>
SEGEP/MP	- Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento
SEI	- Sistema Eletrônico de Informações

SEP	- Superintendência de Relações com Empresas
SFI	- Superintendência de Fiscalização Externa
SGE	- Superintendência Geral
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIARC	- Sistema de Integrado de Arrecadação e Cobrança
SIC	- Sistema de Informação do Governo Federal
SIN	- Superintendência de Relação com Investidores Institucionais
SIOP	- Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SIPEC	- Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SISP	- Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SLTI	- Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMI	- Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários
SNC	- Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria
SOI	- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores
SPL	- Superintendência de Planejamento
SPIUnet	- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA-MF	- Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda
SPS	- Superintendência de Processos Sancionadores
SRB	- Superintendência Regional de Brasília
SER	- Superintendência de Registro de Valores Mobiliários
SRH	- Sistema de Recursos Humanos
SRI	- Superintendência de Relações Internacionais
SSI	- Superintendência de Informática
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
SUMEF	- Subcomitê de Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro
SUSEP	- Superintendência de Seguros Privados
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
TCO	- Titular de Componente Organizacional
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	- Tecnologia da Informação
TPC	- Sistema de Controle do Trâmite de Processos no Colegiado
UJ	- Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELA, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

<u>Título</u>		
<u>Página</u>		
Quadro 1	Componentes Organizacionais da CVM, competências e titulares	16
Quadro 2	Componentes, siglas e subordinações da estrutura organizacional	22
Quadro 3	Macroprocessos finalísticos	25
Quadro 4	Grandes Objetivos Estratégicos - GOEs	27
Quadro 5	GOE, competências legais e Plano Plurianual	28
Quadro 6	Ação 20WU – Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	34
Quadro 7	Ação 210J – Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	35
Quadro 8	Orçamento de 2014 e 2015 das Ações da CVM no Programa Temático do MF	36
Quadro 9	LOA x Empenho das Ações da CVM no Programa Temático	36
Quadro 10	Restos a pagar de exercícios anteriores	40
Quadro 11	Despesas por modalidade de contratação	42
Quadro 12	Despesas por grupo e elemento de despesa	43
Quadro 13	Normativos Publicados pela CVM em 2015	48
Quadro 14	Normativos no âmbito de revisão e atualização de normas contábeis	49
Quadro 15	Resumo das Ofertas de distribuição	55
Quadro 16	Ofertas Primárias e Secundárias registradas na CVM	56
Quadro 17	Ofertas com esforços restritos	57
Quadro 18	OPAs - Ofertas Públicas de Aquisição de Ações Registradas	58
Quadro 19	Número de inspeções por tipo de regulado	59
Quadro 20	Número de inspeções por tipo de assunto/objetivo	60
Quadro 21	Inspeções no âmbito da Supervisão Baseada em Risco	62
Quadro 22	Inquéritos Concluídos por tipo de Conclusão	64
Quadro 23	Resultados dos Julgamentos	64
Quadro 24	Termos de Compromisso - Propostas Aprovadas	65
Quadro 25	Resultados e pesos dos Indicadores de Desempenho	66

Quadro 26	Lista de Dirigentes e Colegiados	69
Quadro 27	Ações de Auditoria realizadas no exercício de 2015	70
Quadro 28	Atendimentos realizados pela Ouvidoria	80
Quadro 29	Atendimentos realizados pela Comissão de Ética	80
Quadro 30	Atendimentos realizados pela SOI	80
Quadro 31	Pesquisa sobre o atendimento prestado	84
Quadro 32	Força de trabalho da UPC	92
Quadro 33	Distribuição da lotação efetiva	92
Quadro 34	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	93
Quadro 35	Proporção de regulados por número de servidores	94
Quadro 36	Despesas com pessoal	97
Quadro 37	Percentual de vagas não ocupadas por cargo - dezembro de 2015	98
Quadro 38	Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	99
Quadro 39	Composição do quadro de estagiários	106
Quadro 40	Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União	109
Quadro 41	Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da CVM, exceto imóvel funcional	110
Quadro 42	Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados de terceiros	119
Quadro 43	Valores do IPTU 2016 – Imóvel São Paulo	120
Quadro 44	Principais Sistemas de Informação	121

Gráfico 1	Organograma	15
Gráfico 2	Volume de Ofertas Registradas em R\$ Bilhões	55
Gráfico 3	Quantidade de Ofertas Registradas	56
Gráfico 4	Composição de ofertas registradas por volume 2015	57
Gráfico 5	Inspeções concluídas por tipo (Inspecionados)	61
Gráfico 6	Inspeções concluídas por tipo (Processos)	61
Gráfico 7	Evolução da atividade sancionadora da CVM	63
Gráfico 8	Abertura de Processos Administrativos por assunto	81
Gráfico 9	Avaliação do Serviço Prestado	83
Gráfico 10	Comparação do atendimento da CVM com o prestado por outros Órgãos Federais	85

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

- Anexo I Demonstrações Contábeis regidas pela Lei Nº 4.320/64
- Anexo II Declaração do Contador Responsável
- Anexo III Recomendações do Órgão de Controle Externo (Acórdão TCU Nº 482/12)

SUMÁRIO

1.	VISÃO GERAL DA UNIDADE	13
1.1	Finalidade e Competências	13
1.2	Ambiente de Atuação	14
1.3	Organograma Funcional	15
1.4	Macroprocessos finalísticos	25
2.	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS	
	ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	26
2.1	Planejamento Organizacional	26
2.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	32
2.3	Desempenho Orçamentário	34
2.4	Desempenho Operacional	45
2.5	Apresentação e Análise de Indicadores Institucionais de Desempenho	66
3.	GOVERNANÇA	68
3.1	Descrição das estruturas de governança	68
3.2	Informações sobre os dirigentes e colegiados	69
3.3	Atuação da unidade de auditoria interna	70
3.4	Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos	74
3.5	Gestão riscos e controles internos	76
3.6	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	78
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	79
4.1	Canais de acesso do cidadão	79
4.2.	Carta de Serviços ao Cidadão	82
4.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	83
4.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da CVM	86
4.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	87
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	88
5.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	88
5.2	Sistema de apuração de custos no âmbito da unidade	90
5.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	91
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	92
6.1.	Gestão de Pessoas	92
6.2	Gestão do Patrimônio e Infraestrutura	109
6.3.	Gestão da Tecnologia da Informação	121
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	129
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	129
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	130
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	131
7.4	Tomadas de Contas Especiais	132
7.5	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	133
8.	ANEXOS E APÊNDICES	
9.	ROL DE RESPONSÁVEIS	
10.	RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	
11.	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	
12.	DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Comissão de Valores Mobiliários – CVM está estruturado de acordo com as disposições estabelecidas pela Instrução Normativa TCU nº 63/10, pela Decisão Normativa TCU nº 146/15, pela Portaria TCU nº 321/15 e pelo Acórdão TCU Plenário nº 482/12. Os itens que não são aplicáveis à CVM e aqueles que não tiveram ocorrência no exercício estão destacados ao longo do Relatório.

Em termos das realizações ocorridas em 2015, o Relatório confere destaque, inicialmente, aos projetos desenvolvidos no âmbito do Planejamento Estratégico 2013-2023, instrumento que define os direcionadores que nortearão a atuação da CVM ao longo dos próximos anos. São apresentados os projetos concluídos no exercício e aqueles que serão iniciados ou finalizados no decorrer de 2016.

Em seguida, são apresentadas as principais ações desenvolvidas pela entidade durante o exercício com vistas ao alcance das metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA, especificamente no âmbito do Objetivo 0894 do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Nesse aspecto, são registrados os principais resultados e consignadas as dificuldades enfrentadas, com destaque para as restrições orçamentárias impostas pela administração central.

Com relação ao próximo ciclo do PPA, em 2015 foi elaborado o Plano para o quadriênio 2016-2019. De acordo com a nova metodologia adotada, os órgãos e entidades deixam de ser responsáveis por objetivos específicos, passando a responder, de forma concorrente, pelas metas estabelecidas no âmbito dos Programas. A CVM permanece vinculada ao Programa 2039, que passa a se denominar “Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios”.

Em caráter complementar aos instrumentos de planejamento e às ações desenvolvidas, o Relatório apresenta os resultados obtidos pela entidade em seus indicadores institucionais de desempenho. Trata-se de um conjunto de indicadores que transcendem a execução orçamentária e não são afetos ao PPA, e que tem por objetivo aferir os resultados da gestão por meio da aferição do desempenho institucional no âmbito de seus macroprocessos finalísticos, de logística e de gestão.

Nesse contexto, a CVM, em 2015, conferiu ênfase ao alinhamento de seus principais planos táticos e operacionais às diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico 2013-2023, com destaque para o Plano de Supervisão Baseada em Risco (2015-2016), o Plano Plurianual de Capacitação (2014-2017) e as Diretrizes Orçamentárias (2015).

Para 2016, está prevista a elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (2013-2017), a edição do Plano de Supervisão Baseada em Risco para o biênio 2017-2018 e o aprimoramento dos indicadores institucionais de desempenho.

Dessa forma, por meio de um processo contínuo de aperfeiçoamento de seus mecanismos de planejamento, execução e controle, a CVM permanece em busca da Visão de Futuro construída para o ano de 2023.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

PROPÓSITO

Zelar pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pelo desenvolvimento do mercado de capitais, promovendo o equilíbrio entre a iniciativa dos agentes e a efetiva proteção dos investidores.

MANDATOS LEGAIS

Desenvolvimento do mercado

Estimular a formação de poupança e a sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações; e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social de companhias abertas sob controle de capitais privados nacionais (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos I e II).

Eficiência e funcionamento do mercado

Assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados da bolsa e de balcão; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; e assegurar a observância, no mercado, das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos III, VII e VIII).

Proteção dos investidores

Proteger os titulares de valores mobiliários e os investidores do mercado contra emissões irregulares de valores mobiliários; atos ilegais de administradores e acionistas controladores das companhias abertas, ou de administradores de carteira de valores mobiliários; e o uso de informação relevante não divulgada no mercado de valores mobiliários. Evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado (Lei 6.385/76, art. 4º, incisos IV e V).

Acesso à informação adequada

Assegurar o acesso do público a informações sobre os valores mobiliários negociados e as companhias que os tenham emitido, regulamentando a Lei e administrando o sistema de registro de emissores, de distribuição e de agentes regulados (Lei 6.385/76, art. 4º, inciso VI, e art. 8º, incisos I e II).

Fiscalização e sanção

Fiscalizar permanentemente as atividades e os serviços do mercado de valores mobiliários, bem como a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados, e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da própria CVM ou de leis especiais cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar (Lei 6.385/76, art. 8º, incisos III e V, e art. 11).

1.2 Ambiente de Atuação

A CVM é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda - MF, que tem como propósito zelar pelo funcionamento eficiente, pela integridade e pelo desenvolvimento do mercado de capitais, promovendo o equilíbrio entre a iniciativa dos agentes e a efetiva proteção dos investidores.

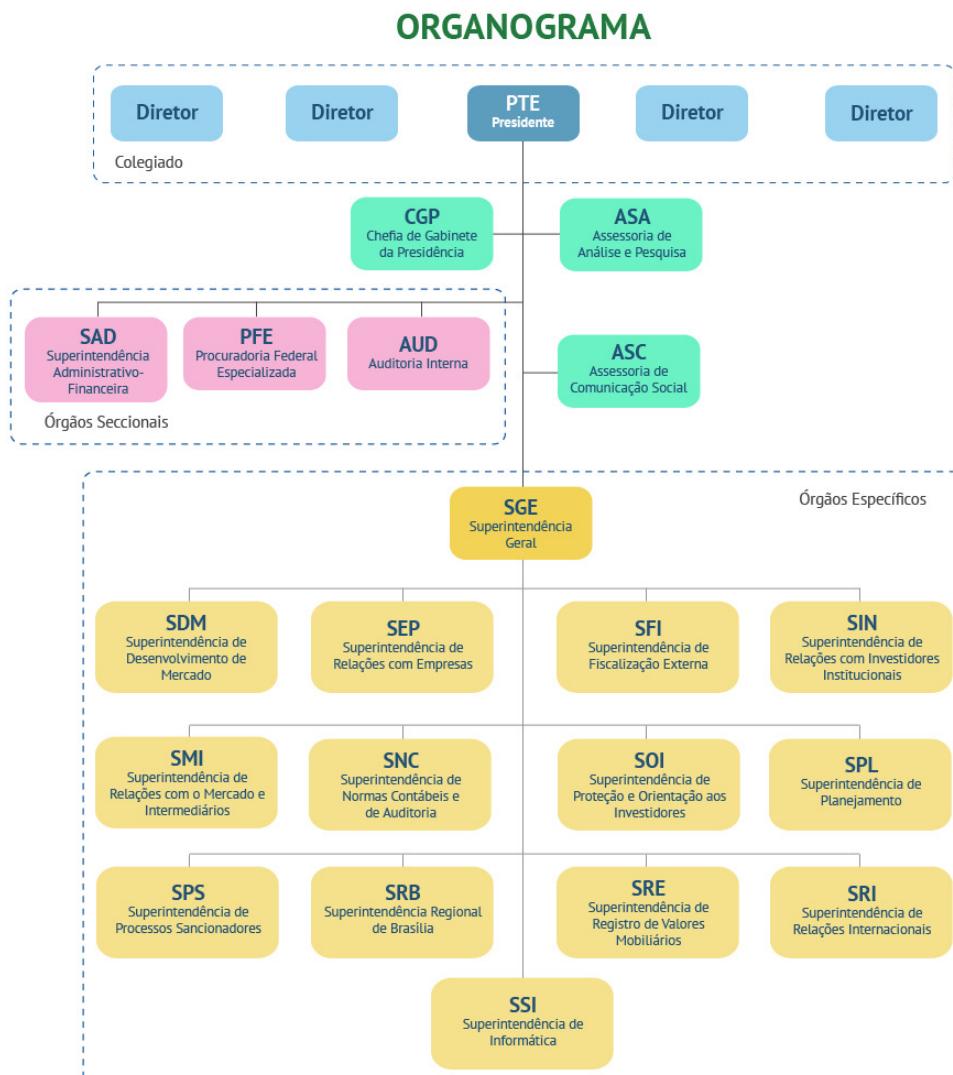
Considerando que os mandatos da CVM são conferidos por lei, e que a entidade possui jurisdição em todo o território nacional, não há outros órgãos, entidades ou empresas ofertando produtos e serviços similares. Os principais resultados alcançados em 2015 são apresentados no decorrer deste Relatório.

De modo a atuar de forma efetiva em um ambiente extremamente dinâmico, desde 2013 a atuação da CVM é pautada pelos direcionadores estratégicos e pela Visão de Futuro estabelecida para 2023 desenvolvidos a partir de um processo de planejamento cuja metodologia considerou: (i) as ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio; (ii) as principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos anos; (iii) as principais mudanças de cenários previstas para os próximos exercícios; e (iv) a participação ativa dos principais clientes. Mais detalhes sobre o trabalho desenvolvido podem ser encontrados no documento “Planejamento Estratégico – Construindo a CVM de 2023”, que consta do site institucional da Autarquia (www.cvm.gov.br).

1.3 Organograma Funcional

Este subitem apresenta: i. o organograma funcional da CVM, ii. as atribuições e competências de seus componentes organizacionais e iii. os principais macroprocessos a elas vinculados.

Gráfico 1 - Organograma



Fonte: Decreto nº 6.382, de 27/02/08.

Atribuições e competências dos componentes organizacionais

Quadro 01- Componentes Organizacionais da CVM, competências e titulares.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidente - PTE	<ul style="list-style-type: none"> Planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da CVM, em estreita consonância com as diretrizes traçadas pelo CMN; Representar a CVM, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, em casos específicos, delegar estas atribuições a outros membros do Colegiado; e Convocar e presidir as reuniões do Colegiado. 	Leonardo Porciúncula Gomes Pereira	Presidente	01/01/15 a 31/12/15
Órgão Colegiado - COL	<ul style="list-style-type: none"> Fixar a política geral da CVM; e Expedir os atos normativos e exercer outras atribuições legais e complementares de competência da CVM. 	Luciana Pires Dias Roberto Tadeu Antunes Fernandes Gustavo Rabelo Tavares Borba (nomeado em 06/08/15) Pablo Waldemar Renteria (nomeado em 22/01/15)	Diretor	01/01/15 a 31/12/15
Chefia de Gabinete / Ouvidoria - CGP	<ul style="list-style-type: none"> Representar o Presidente em seu relacionamento administrativo, político e social; Analisar reclamações formais apresentadas pelo público em geral sobre o funcionamento administrativo da CVM; Coordenar o planejamento e a elaboração da pauta de despachos e audiências do Presidente; e Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Presidente da CVM. 	Julia Damazio de Barroso Franco	Chefe de Gabinete	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Comunicação Social - ASC	<ul style="list-style-type: none"> Assessorar o COL no seu relacionamento com os meios de comunicação em geral; e Coordenar as atividades relacionadas à veiculação de informações da CVM para o público em geral, por intermédio da imprensa e dos veículos de comunicação especializados. 	Ana Cristina Ribeiro da Costa Freire	Chefe de Assessoria	01/01/15 a 31/12/15
Assessoria de Análise e Pesquisa - ASA	<ul style="list-style-type: none"> Assessorar o Colegiado e demais áreas da CVM em questões de natureza econômica; e Realizar pesquisas e estudos de natureza econômica, bem como prover a disponibilização de dados econômico-financeiros para todas as áreas da CVM. 	Wang Jiang Horng	Chefe de Assessoria	01/01/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Auditoria Interna - AUD	<ul style="list-style-type: none"> Realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas administrativos; Realizar auditorias nos sistemas, processos e rotinas da CVM; Propor ao Colegiado a adoção de medidas necessárias ao aperfeiçoamento do funcionamento dos seus órgãos internos; e Auxiliar o órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, bem como tomar providências atinentes à matéria correicional, nos termos da legislação aplicável. 	Osmar Narciso Souza Costa Junior	Auditor-Chefe	01/01/15 a 31/12/15
Procuradoria Federal Especializada - PFE	<ul style="list-style-type: none"> Representar judicial e extrajudicialmente a CVM; Exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos órgãos da CVM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10/02/93; e Realizar a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CVM, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. 	José Eduardo Guimarães Barros (exonerado em 20/03/15) Julya Sotto Mayor Wellisch (Nomeada em 20/05/15)	Procurador-Chefe	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência Administrativo-Financeira - SAD	<ul style="list-style-type: none"> Supervisionar e orientar a execução de atividades referentes à administração de recursos humanos; Supervisionar e coordenar a execução da administração financeira e de bens e serviços gerais; e Fiscalizar o pagamento e a arrecadação da taxa de fiscalização, das multas provenientes de penalidades aplicadas em julgamentos e das multas cominatórias. 	Tania Cristina Lopes Ribeiro	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência Geral - SGE	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar as atividades executivas da CVM, por intermédio das Superintendências a ela subordinadas, cumprindo as diretrizes e determinações emanadas do Colegiado; Supervisionar as atividades executadas pelas Superintendências; e Acompanhar e controlar o desempenho das áreas técnicas. 	Alexandre Pinheiro dos Santos	Superintendente Geral	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Relações com Empresas - SEP	<ul style="list-style-type: none"> Coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de companhias abertas e de outros emissores, bem como sua atualização; e Propor e fiscalizar a observância de normas sobre atividades relacionadas aos registros e a divulgação de informações pelas companhias abertas e outros emissores e sobre operações especiais. 	Fernando Soares Vieira	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, supervisionar e fiscalizar o registro de distribuição pública de valores mobiliários; • Propor e fiscalizar a observância de normas sobre atividades relacionadas aos registros de distribuição de valores mobiliários; e • Coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros de emissores que não estejam sob a esfera de competência das demais Superintendências, bem como sua atualização, conforme dispuser o regimento interno. 	Reginaldo Pereira de Oliveira (exonerado em 10/09/15) Dov Rawet (nomeado em 10/09/15)	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, supervisionar e fiscalizar os registros para a constituição de fundos, sociedades de investimentos, carteiras de investidores estrangeiros e clubes de investimento; • Coordenar, supervisionar e fiscalizar os credenciamentos para o exercício de atividades de administrador de carteira, consultor e analista de valores mobiliários; e • Coordenar, supervisionar e fiscalizar o acompanhamento de atividades dos investidores institucionais nacionais e estrangeiros registrados na CVM, bem como propor e fiscalizar a observância de normas relacionadas aos registros e à divulgação de informações desses investidores institucionais. 	Francisco José Bastos Santos	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, supervisionar e fiscalizar as entidades integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, assegurando a observância de práticas comerciais equitativas e o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa, de balcão, de balcão organizado e de mercados derivativos; • Coordenar, supervisionar e fiscalizar os credenciamentos dos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e das entidades que atuam no mercado de valores mobiliários, bem como o dos prestadores de serviços, tais como, custódia e liquidação, escrituração e emissão de certificados de títulos e valores mobiliários; • Propor e fiscalizar a observância de normas relacionadas ao funcionamento do sistema de distribuição de valores mobiliários e ao funcionamento dos mercados derivativos; e • Fiscalizar os serviços e atividades das entidades que atuam no mercado de valores mobiliários e no mercado de derivativos, inclusive quanto à veiculação de informações. 	Waldir de Jesus Nobre	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência de Fiscalização Externa - SFI	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar, supervisionar e orientar diretamente os participantes do mercado de valores mobiliários 	Mario Luiz Lemos	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Processos Sancionadores - SPS	<ul style="list-style-type: none"> Conduzir, na forma da regulamentação da CVM, os processos administrativos sancionadores 	Carlos Guilherme de Paula Aguiar	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores - SOI	<ul style="list-style-type: none"> Atuar em conjunto com outros setores da CVM, ou com outras entidades, na realização de projetos educacionais, no âmbito do mercado de valores mobiliários; Analizar reclamações formais apresentadas pelo público em geral sobre a atuação de participantes do mercado; e Administrar serviço de atendimento ao público para fornecimento de informações prestadas à CVM, por integrantes do mercado de valores mobiliários. 	José Alexandre Cavalcanti Vasco	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Relações Internacionais - SRI	<ul style="list-style-type: none"> Administrar a execução dos convênios de cooperação técnica, de troca de informações de fiscalização conjunta entre a CVM e os organismos correspondentes de outros países; e Representar a CVM junto às instituições internacionais relacionadas aos órgãos reguladores, ou outros organismos atuantes na área de valores mobiliários, coordenando a execução de trabalhos que se façam necessários. 	Eduardo Manhães Ribeiro Gomes	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Desenvolvimento de Mercado - SDM	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar estudos, projetos e normas, orientados para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários; Atuar, em conjunto com as outras áreas, na revisão e ajustes dos atos normativos da CVM, adequando-os às necessidades do mercado; e Propor ao Colegiado a eventual fixação de limites máximos de preço, comissões, emolumentos e outras vantagens cobradas pelas entidades que atuam no mercado de valores mobiliários. 	Antonio Carlos Berwanger (nomeado em 20/03/15) Flavia Mouta Fernandes (exonerada em 04/3/15)	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas e padrões de contabilidade a serem observados pelas companhias abertas, fundos e instrumentos de investimento coletivo e outros emissores; Credenciar e fiscalizar a atividade dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas, e propor normas e procedimentos de auditoria a serem observados no âmbito do mercado de valores mobiliários; e Elaborar pareceres sobre assuntos contábeis e de auditoria, no âmbito do mercado de valores mobiliários. 	José Carlos Bezerra da Silva	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Informática - SSI	<ul style="list-style-type: none"> Orientar, fixar diretrizes e controlar as atividades relacionadas ao processamento eletrônico de informações na CVM; Coordenar e supervisionar o recebimento de informações em meio eletrônico dos agentes sob jurisdição da CVM, disponibilizando-as, quando couber, ao público em geral; Implantar e manter em funcionamento sistemas de acompanhamento eletrônico de operações realizadas nas Bolsas de Valores, nas Bolsas de Futuros e nos mercados de Balcão Organizados; e Realizar a verificação sobre a qualidade e segurança dos sistemas referentes à prestação de serviços de valores mobiliários escriturais, custódia de valores, agente emissor de certificado, liquidação e empréstimo de ações. 	Raphael Dias Lima de Albuquerque Lima (nomeado 26/05/15, posse e exercício em 02/06/15) Marcelo Roberto Santos do Amaral (exonerado em 27/05/15)	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15
Superintendência de Planejamento - SPL	<ul style="list-style-type: none"> Promover e articular ações organizacionais de planejamento e gestão com vistas à obtenção de ganhos de eficiência e à otimização da qualidade dos serviços da CVM; Supervisionar as atividades de formulação de diretrizes, implementação, estruturação e avaliação do PPA e do Planejamento Estratégico da CVM, mediante a coordenação e sistematização das ações dos demais componentes organizacionais, assim como a elaboração de relatórios de gestão; e Implementar no plano administrativo e operacional os projetos desenvolvidos com recursos decorrentes de empréstimos e doações de organismos internacionais e outros. 	Leonardo José Mattos Sultani	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência Regional de Brasília - SRB	<ul style="list-style-type: none"> Supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pela CVM, no âmbito da Superintendência; Acompanhar junto ao Congresso Nacional - CN, aos Ministérios e demais órgãos da estrutura do Governo Federal a tramitação de processos e expedientes sobre matérias de interesse da CVM; Supervisionar e coordenar os trabalhos de assessoramento parlamentar da CVM nas duas casas do CN; e Administrar serviço de atendimento ao público, no que se refere às operações cujas responsabilidades sejam das Superintendências localizadas na Sede. 	Thiago Paiva Chaves	Superintendente	01/01/15 a 31/12/15

Fonte: Decreto nº 6.382, de 27/02/08.

Subdivisões organizacionais e macroprocessos

Quadro 02 - Componentes, siglas e subordinações da estrutura organizacional da CVM

Sigla	Componente Organizacional	Órgãos Constituintes	Macroprocessos Principais
COL	Colegiado	Presidente e Diretores	Finalísticos
PTE	Presidência		Finalísticos Apoio
CGP	Chefia de Gabinete da Presidência	Secretaria Executiva – EXE	Finalísticos Apoio
ASC	Assessoria de Comunicação Social		Informações
ASA	Assessoria de Análise e Pesquisa		Finalísticos
AUD	Auditoria Interna		Controle
SAD	Superintendência Administrativo-Financeira	Gerência de Arrecadação – GAC Gerência de Documentação – GAD Gerência de Contabilidade e Finanças – GAF Gerência de Licitações e Contratos – GAL Gerência de Recursos Humanos – GAH Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio – GAS Coordenação de Capacitação – CAP Coordenação Administrativa Regional de São Paulo - CAR-SP	Pessoas Informações Finanças Bens e Serviços
PFE	Procuradoria Federal Especializada	Subprocuradoria Jurídica 1 - GJU-1 Subprocuradoria Jurídica 2 - GJU-2 Subprocuradoria Jurídica 3 - GJU-3 Subprocuradoria Jurídica 4 - GJU-4	Finalísticos Apoio
SGE	Superintendência Geral	Gerência Geral de Processos - GGE	Finalísticos Apoio

Sigla	Componente Organizacional	Órgãos Constituintes	Macroprocessos Principais
SEP	Superintendência de Relações com Empresas	Gerência de Acompanhamento de Empresas 1 - GEA-1 Gerência de Acompanhamento de Empresas 2 - GEA-2 Gerência de Acompanhamento de Empresas 3 - GEA-3 Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 - GEA-4 Gerência de Acompanhamento de Empresas 5 - GEA-5	Registro Orientação Supervisão Sanção
SIN	Superintendência de Relações com Investidores Institucionais	Gerência de Apuração de Irregularidades – GIA Gerência de Registros e Autorizações – GIR Gerência de Acompanhamento de Fundos – GIF Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados – GIE	Registro Orientação Supervisão Sanção
SMI	Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários	Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 - GMA-1 Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 - GMA-2 Gerência de Análise de Negócios – GMN Gerência de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos – GME	Registro Supervisão Sanção
SRE	Superintendência de Registro de Valores Mobiliários	Gerência de Registros 1 – GER-1 Gerência de Registros 2 – GER-2	Registro Supervisão Sanção
SDM	Superintendência de Desenvolvimento de Mercado	Gerência de Aperfeiçoamento de Normas – GDN Coordenação de Desenvolvimento de Normas – CDN	Normatização
SRI	Superintendência de Relações Internacionais	Gerência de Relações Internacionais – GRI	Finalísticos
SNC	Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria	Gerência de Normas de Auditoria – GNA Gerência de Normas Contábeis – GNC	Normatização Registro Orientação Supervisão Sanção

Sigla	Componente Organizacional	Órgãos Constituintes	Macroprocessos Principais
SPS	Superintendência de Processos Sancionadores	Gerência de Processos Sancionadores 1 - GPS-1 Gerência de Processos Sancionadores 2 - GPS-2 Gerência de Processos Sancionadores 3 - GPS-3 Coordenação de Controle de Processos Administrativos - CCP	Sanção
SFI	Superintendência de Fiscalização Externa	Gerência de Fiscalização Externa 1 - GFE-1 Gerência de Fiscalização Externa 2 - GFE-2 Gerência de Fiscalização Externa 3 - GFE-3 Gerência de Fiscalização Externa 4 - GFE-4	Supervisão
SOI	Superintendência de Proteção e Orientação de Investidores	Gerência de Orientação aos Investidores 1 – GOI-1 Gerência de Orientação aos Investidores 2 – GOI-2/SP Centro de Estudos em Mercado de Capitais – COE Coordenação de Estudos Comportamentais e Pesquisa – COP	Orientação
SPL	Superintendência de Planejamento	Gerência de Projetos – GPE Coordenação de Planejamento – CPA	Planejamento Controle
SSI	Superintendência de Informática	Gerência de Sistemas – GSI Gerência de Tecnologia – GST	Informações
SRB	Superintendência Regional de Brasília	Coordenação Administrativa – CRB	Apoio

Fonte: Deliberação CVM Nº 721, de 25/04/14.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Quadro 03 – Macroprocessos finalísticos

Macroprocesso	Processos
Normatização	Elaboração de estudos, projetos e normas, orientados para o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários.
Registro	Coordenação do registro para a constituição de fundos, sociedades de investimentos, carteiras de investidores estrangeiros e clubes de investimento; de companhias abertas; e de distribuição pública de valores mobiliários. Credenciamento dos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e das entidades que atuam no mercado de valores mobiliários, bem como dos prestadores de serviço, tais como custódia e liquidação, escrituração e emissão de certificados de títulos e valores mobiliários; dos auditores independentes, pessoas físicas e jurídicas.
Supervisão	Supervisão do cumprimento das normas legais e infralegais que regulamentam o mercado de valores mobiliários, principalmente mediante o uso de sistemas informatizados e por meio de inspeções externas.
Sanção	Condução de processos administrativos sancionadores.
Orientação	Administração de serviço de atendimento ao público; edição de ofícios-circulares e pareceres de orientação; organização e participação em eventos direcionados ao público externo.

Fonte: CVM.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento Organizacional

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico da CVM contempla o período de 2013 a 2023 e está publicado no documento “Planejamento Estratégico – Construindo a CVM de 2023”, disponível em <http://www.cvm.gov.br/>.

A implantação da estratégia é acompanhada por meio de indicadores de desempenho destinados à mensuração do grau de execução dos projetos e das atividades rotineiras da Autarquia.

Uma revisão ordinária do planejamento estratégico deverá ocorrer em 2017, quando o processo de planejamento completará cinco anos e a CVM contará com um Colegiado diverso daquele de 2013.

Comitê de Governança Estratégica – CGE

O CGE é o órgão responsável por deliberar sobre as medidas necessárias para aproximar a CVM atual da sua visão de futuro, respondendo pelo nível de decisão e monitoramento do plano estratégico.

O Comitê é composto pelos seguintes servidores: (i) presidente da Autarquia; (ii) superintendente geral; (iii) superintendente de planejamento; e (iv) outros quatro servidores indicados pelo presidente.

O CGE se reúne ordinariamente uma vez por mês para estabelecer temas prioritários, aprovar projetos considerados estratégicos, acompanhar a execução desses empreendimentos e criar condições para que as equipes dos projetos cumpram as suas metas.

No nível operacional, a GPE, vinculada à SPL, exerce o secretariado do CGE, dedicando-se exclusivamente à execução dos projetos e ações decorrentes do planejamento estratégico, inclusive conferindo suporte metodológico às equipes dos projetos.

2.1.1. Descrição Sintética dos Objetivos

Grandes Objetivos Estratégicos – GOE

A seguir, são apresentados os GOE da CVM para 2023 e sua vinculação com os mandatos legais estabelecidos pela Lei nº 6.385, de 1976, e os Programas Temáticos e de Gestão do Plano Plurianual - PPA.

Quadro 04 – Grandes Objetivos Estratégicos – GOE

GOE	Descrição
1	Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição essencial, dotada de credibilidade e capaz de regular de maneira eficiente o funcionamento do mercado, proteger os investidores e contribuir positivamente para o desenvolvimento do país.
2	Dispôr de instalações seguras, sustentáveis, modernas, adequadamente dimensionadas e dotadas de alta tecnologia.
3	Ter um corpo funcional comprometido, motivado, multidisciplinar e especializado, fruto de uma política de recursos humanos formalizada, transparente, legitimada e baseada na meritocracia.
4	Possuir uma estrutura organizacional que lhe assegure capacidade de realizar suas atividades de modo a acompanhar a evolução do mercado, dimensionando permanentemente as áreas de acordo com suas necessidades.
5	Ter uma atuação célere, técnica e independente pautada na constante coordenação, cooperação e diálogo entre as diversas áreas e níveis hierárquicos.
6	Ter efetiva autonomia para definir um orçamento que garanta o cumprimento de suas atividades e objetivos estratégicos e ter processos eficientes que permitam aproveitar plenamente os recursos financeiros disponíveis.
7	Adotar técnicas de gerenciamento e otimização de processos, que devem ser constantemente mapeados, padronizados e preponderantemente eletrônicos.
8	Possuir estrutura tecnológica capaz de atender as atividades finalísticas, de apoio e de gestão.
9	Producir pesquisas, análises e conhecimento capazes de oferecer subsídios para a tomada de decisões estratégicas e operacionais.
10	Possuir regulação em linha com as melhores práticas internacionais e ser reconhecida pela sua capacidade de acompanhar tempestivamente as necessidades do mercado, promovendo o necessário equilíbrio entre as iniciativas dos participantes e a proteção dos investidores.
11	Dispôr de uma supervisão de mercado eficiente, com uso intensivo de tecnologia e de maneira integrada com outros órgãos reguladores e autorreguladores.
12	Ter processos investigativos e sancionadores céleres, eficientes e que produzam o efeito pedagógico necessário à efetiva inibição de irregularidades.
13	Ter um papel de liderança na área de educação financeira, contribuindo para uma melhor compreensão pelos investidores dos benefícios e dos riscos associados aos produtos financeiros.
14	Ter uma atuação institucional proativa nos fóruns internacionais, assumindo papel relevante e influenciando a discussão de temas inseridos no mercado de capitais.
15	Participar de forma efetiva das decisões estratégicas governamentais relacionadas ao mercado de capitais, com atuação institucional próxima à Administração Central e aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Fonte: CVM.

Quadro 05 – GOE, competências legais e Plano Plurianual

GOE	COMPETÊNCIA LEGAL	PLANO PLURIANUAL		
		PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA
1	Os Grandes Objetivos Estratégicos da CVM se destinam ao fortalecimento dos macroprocessos finalísticos e de apoio da entidade e, consequentemente, ao aprimoramento das atividades destinadas ao alcance dos mandatos legais estabelecidos pela Lei nº 6.385, de 1976, conforme detalhamento constante do item 1.2.	2039	0894	03OG e 03OK
2		2110	N/A	N/A
3		2039	0894	03OK
4		2110	N/A	N/A
5		2039	0894	03OK
6				03OK
7				03OG
8				03OK
9				03OK
10				03OK
11				03OK
12				03OK
13				03OG
14				03OK
15				03OK

Fonte: CVM.

O Programa 2110 é um Programa de Gestão, razão pela qual não há vinculações a Objetivos e Iniciativas.

2.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

Em continuidade à execução do planejamento estratégico da Autarquia, em 2015 foram concluídos com sucesso dois projetos iniciados em 2014. Além disso, no decorrer do ano, três novos projetos foram iniciados – Revisão da Estrutura Organizacional, Avaliação da Estrutura Física e Criação do Centro Educacional.

Projetos Estratégicos concluídos no exercício

Tecnologia da Informação – Processo de Desenvolvimento de Software

O projeto teve o objetivo de modelar e padronizar o processo de desenvolvimento de *software* da CVM. Como benefícios futuros, espera-se que esse novo padrão: (i) aumente a previsibilidade dos projetos de desenvolvimento; (ii) aumente a qualidade dos *softwares* criados pela própria CVM ou pelas fábricas de que atendem a Autarquia; (iii) permita maior contribuição da área de Tecnologia da Informação - TI com as áreas de negócio.

Ao longo de 2014, após a realização de um estudo diagnóstico junto a desenvolvedores e usuários, o processo foi definido e documentado, descrevendo atividades, responsabilidades, insumos e resultados para cada etapa do ciclo de vida do desenvolvimento de um *software*.

O projeto foi encerrado no início de 2015, com o estabelecimento do Processo de Desenvolvimento de Sistemas – PDS como padrão de desenvolvimento e manutenção de sistemas no âmbito da CVM.

Novo Portal CVM

O novo Portal foi lançado em 9/3/15 com o *layout* reformulado com base nas orientações do Governo Federal para *sites* governamentais.

A adoção de uma estrutura moderna de gerenciamento de conteúdo e de um padrão tecnológico adequado possibilitou a reorganização e o aprimoramento do modelo de divulgação das informações, além do uso de ferramentas de pesquisa mais eficientes, em especial nos locais de maior consulta no Portal.

A criação de uma central de sistemas segregada em novo subdomínio (<http://sistemas.cvm.gov.br>) concentrou, em uma única página, todos os sistemas de consulta e envio de dados e de informações, tornando o acesso mais direto e rápido.

Após um mês do lançamento do Portal, pesquisa de satisfação foi publicada para o público externo. A partir das respostas, ajustes e aprimoramentos foram realizados, dentre os quais a evolução na ferramenta de pesquisa, que permitiu a busca nos conteúdos dos documentos em PDF e DOC.

Projetos Estratégicos em execução ao longo de 2015

Política de Promoção da Meritocracia

Buscando fomentar o aumento de produtividade dos servidores e criar condições iniciais para a promoção da meritocracia na CVM, foi aprovada, em julho de 2014, a execução do projeto Programa de Recompensas. Ainda em 2014, foram realizadas pesquisas internas com servidores e *benchmarkings* com organizações do setor público e da iniciativa privada para elaboração de uma proposta inicial.

Em 2015, a partir da aprovação da estrutura do Programa de Recompensas, em janeiro, foram elaboradas minutas para os normativos necessários à sua implantação no âmbito da CVM e deu-se início ao desenvolvimento de sistema de informação para operacionalização do programa, inicialmente com conclusão prevista para novembro.

No entanto, em decorrência do contingenciamento financeiro imposto aos órgãos da administração pública federal durante o ano, o desenvolvimento do sistema de informação do Programa de Recompensas foi suspenso de forma a possibilitar o redirecionamento de recursos a demandas com maior impacto na continuidade dos serviços da instituição.

O projeto tem previsão de reinício a partir de março de 2016, ocasião em que passará por replanejamento do trabalho necessário à sua conclusão.

Regime Sancionador II (foco *Insider*)

O projeto, aprovado no final de 2014, tem por objetivo o aperfeiçoamento da capacidade da Autarquia em identificar indícios, levantar evidências e imputar responsabilidades pelo uso indevido de informação privilegiada (*insider trading*).

Ao longo de 2015 foi realizado diagnóstico sobre a atuação da CVM nos casos de *insider trading*, considerando suas atividades de supervisão e investigação e casos precedentes conduzidos na instituição, além da opinião de especialistas.

Após a fase de diagnóstico, o projeto englobou ações de *benchmarking* com outros reguladores internacionais com foco nas boas práticas adotadas por eles na apuração de casos desse ilícito.

As informações coletadas durante as etapas de diagnóstico e *benchmarking* foram utilizadas como insumo para elaboração de um plano de ações de melhoria que foi aprovado pelo CGE em outubro de 2015.

A partir da aprovação do plano, algumas iniciativas de melhoria foram iniciadas ainda em 2015 e outras estão programadas para execução ao longo de 2016.

Estrutura Física

Sem reformas e modernizações na sede da Autarquia no Rio de Janeiro há aproximadamente 15 anos, e há 10 anos no escritório de São Paulo, o projeto objetiva apresentar alternativas para que a CVM disponha de instalações modernas, sustentáveis, adequadamente dimensionadas, e, sobretudo, seguras.

Durante o ano, foram realizadas ações de *benchmarking* com órgãos públicos e pesquisa interna com os servidores. Além disso, foram estudados normativos gerais, aplicáveis a qualquer instalação predial, e normativos específicos para imóveis públicos no âmbito federal, bem como os referentes à qualidade e à sustentabilidade de infraestruturas físicas.

A análise de todas essas informações permitiu comparar a estrutura necessária com a estrutura atual da CVM e identificar as lacunas existentes. No primeiro trimestre de 2016, serão apresentadas alternativas para decisão do CGE, contendo as respectivas avaliações de risco.

Estrutura Organizacional

A alocação adequada de competências e recursos da Autarquia e a reorganização de responsabilidades e níveis de autoridade são os objetivos do projeto que teve início em junho de 2015.

Na primeira etapa do projeto, o foco está na elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre a atuação dos componentes organizacionais, identificando pontos fortes e fracos, levantando índices de produtividade, bem como a efetividade dos comitês internos.

Para tanto, estão sendo utilizadas várias fontes de informações, como entrevistas internas, relatório da pesquisa realizada junto aos *stakeholders*, dados de sistemas de controle internos, indicadores de desempenho, entre outras.

Com base no diagnóstico, bem como no relatório de *benchmarking* de estruturas adotadas por organismos nacionais e internacionais, serão apresentadas propostas de estruturação ou reestruturação de componentes organizacionais ou comitês, descrevendo as respectivas competências e níveis de autoridade.

Centro Educacional

O projeto tem como objetivo realizar estudo técnico para a criação de um centro educacional, abrangendo três serviços:

1. Espaço Educacional – cursos, palestras e outros eventos educacionais;
2. Centro de Memória – pesquisa de documentos e de acervo da história oral, exposição sobre temas históricos;
3. Biblioteca – acervo de livros e obras sobre Educação Financeira, saraus de leitura dentre outras atividades.

O projeto iniciou-se em junho de 2015 e, ao longo do segundo semestre, foram realizadas as seguintes atividades: (i) levantamento de necessidades, contendo *benchmarking* com agentes externos, além de pesquisa aplicada mediante questionário para captar as necessidades de servidores, escritórios de advocacia e membros do cadastro do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC; (ii) análise de viabilidade, concluindo que as necessidades levantadas eram viáveis do ponto de vista administrativo, orçamentário, tecnológico e jurídico.

Está prevista para 2016 a entrega das propostas preliminar e definitiva com a exposição das diretrizes fundamentais para o funcionamento do Centro Educacional. A entrada em operação do Centro deve ocorrer em dezembro de 2016.

Sistema Eletrônico de Informações – SEI

Em 2015, a implementação do processo eletrônico na CVM avançou, em especial, para aquelas superintendências cujos processos não dependiam de integrações entre sistemas, como, por exemplo, a SAD, a SDM, a SRI, a AUD, entre outras.

Custodiantes, por meio do SEI, passaram a ter acesso às ordens judiciais para bloqueio de valores mobiliários, dando celeridade a este processo.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de uma consulta ter sido desenvolvida para que, na página institucional, fosse possível visualizar os dados dos novos processos criados no SEI.

Projetos Estratégicos previstos para 2016

A prioridade para o exercício de 2016 é a conclusão dos projetos em andamento. Dos novos projetos que serão iniciados à medida que os atuais forem finalizados, merece destaque aquele relacionado ao aprimoramento da governança de TI.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Conforme demonstrado em diversas oportunidades no decorrer deste Relatório, a CVM dispõe de planos nos níveis estratégico, tático e operacional, e responde, no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, pelo Objetivo 0894 do Programa 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Nos termos apresentados no item 2.1, o planejamento estratégico da CVM contempla o período de 2013 a 2023 e está publicado no documento “Planejamento Estratégico – Construindo a CVM de 2023”, disponível em <http://www.cvm.gov.br/>. Os 15 Objetivos Estratégicos elencados no item 2.1.1 demonstram um alinhamento do planejamento aos macroprocessos finalísticos (que representam a missão institucional), de logística e de gestão.

Nos níveis tático e operacional, podem ser citados o Plano de Supervisão Baseada em Risco – SBR; o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT; o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI; os planos de trabalho (nível operacional) constantes dos normativos internos que estabelecem os indicadores institucionais de desempenho da entidade, com destaque para o plano de regulação. Todos esses documentos estão disponíveis em <http://www.cvm.gov.br/>.

A propósito, conforme será visto no item 2.5 adiante, os indicadores institucionais de desempenho da CVM estão alinhados aos planos estabelecidos, de forma a garantir que as ações desenvolvidas no decorrer do exercício contribuam para o desempenho pretendido.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O monitoramento das metas estabelecidas no âmbito do Objetivo 0894 do Programa 2039 do PPA ocorre de acordo com a periodicidade e forma estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, notadamente por meio do cadastro de informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Os resultados do Planejamento estratégico 2013-2023, por sua vez, são monitorados continuamente pelo Comitê de Governança Estratégica- CGE, que realiza ao menos 10 reuniões anuais; divulgados aos servidores por meio de palestras, comunicados e informativos internos; e discutidos com o quadro de gestores em seminário anual, realizado, tradicionalmente, no mês de dezembro.

No que se refere ao Plano de Supervisão Baseada em Risco – SBR, os resultados são monitorados semestralmente a partir da elaboração de relatório pelo Comitê de Gestão de Riscos – CGR, que é aprovado pelo Colegiado da CVM e apresentado ao Conselho Monetário Nacional – CMN, para, em seguida, ser divulgado à sociedade.

A execução das ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT é acompanhada diretamente pela Presidência da CVM, por meio de reuniões periódicas com a Auditoria Interna e do monitoramento dos indicadores institucionais de desempenho (o grau de cumprimento do PAINT consiste em indicador vinculado ao macroprocesso de gestão ‘Controle’).

Com relação ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, os resultados são monitorados periodicamente por meio do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação – CGTI, que se reúne, praticamente, em bases mensais.

Os demais resultados são monitorados, em termos gerais, por meio dos indicadores institucionais de desempenho, como será visto adiante no item 2.5.

2.3 Desempenho Orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual – LOA de responsabilidade da CVM

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS

Quadro 06 – Ação 20WU – Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Identificação da Ação														
Código	20WU	Tipo: Atividade												
Título	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários													
Iniciativa	Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado													
Objetivo	Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.													
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional			Código: 2039	Tipo: Temático									
Unidade Orçamentária	25203 - Comissão de Valores Mobiliários													
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/>) Sim (<input checked="" type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras													
Lei Orçamentária 2015														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício									
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados								
20.557.583	21.352.548	9.469.901	5.776.577	5.414.506	362.071	3.693.325								
Execução Física														
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta									
					Prevista	Reprogramada								
Informação divulgada			Percentual		100	-								
						99								
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada								
6.536.989	2.778.941	-	Informação divulgada		percentual	99								

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 07 – Ação 210J – Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Identificação da Ação												
Código	210J		Tipo: Atividade									
Título	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários											
Iniciativa	Regulamentar o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas.											
Objetivo	Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.											
Programa	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional				Código: 2039	Tipo: Temático						
Unidade Orçamentária	25203 - Comissão de Valores Mobiliários											
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras											
Lei Orçamentária 2015												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
4.000.000	4.000.000	2.468.690	2.393.355	2.356.095	37.260	75.335						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta							
Supervisão realizada			Percentual		Prevista	Reprogramada						
Supervisão realizada			Percentual		-	90						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
453.818	109.478	-	Supervisão realizada		Percentual	90						

Fonte: Tesouro Gerencial.

- **Programação e execução do orçamento**

O Programa Temático 2039 - possui duas ações: a ação 20WU – Desenvolvimento de Valores Mobiliários e a 21OJ – Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários. No ano de 2015, tais ações tiveram um orçamento de R\$ 21.352.548,00 e R\$ 4.000.000,00, respectivamente, totalizando R\$ 25.352.548,00. Em comparação ao ano de 2014, o orçamento sofreu uma redução de 32,89 %, conforme a seguir detalhado:

Quadro 08 – Orçamento de 2014 e 2015 das Ações da CVM no Programa Temático do MF

	<i>Ação</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Variação %</i>
20WU	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	32.937.600	21.352.548	-35,17%
21OJ	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	4.840.400	4.000.000	-17,36%
	TOTAL	37.778.000	25.352.548	-32,89 %

Fonte: LOAs 2014 e 2015.

- **Previsão e execução das principais rubricas do orçamento**

Por força do Decreto Anual de Programação Financeira (Decreto nº 8.456, de 22/5/2015, alterado pelo Decreto nº 8.581, de 3/12/2015), o orçamento para o custeio das despesas discricionárias sofreu um contingenciamento de aproximadamente 42,15 %, o que dificultou a execução (empenho) das despesas previstas na ação, conforme quadro a seguir:

Quadro 09 – LOA x Empenho das Ações da CVM no Programa Temático

<i>Ação</i>	<i>Descrição</i>	<i>LOA + Créditos (A)</i>	<i>Empenhado (B)</i>	<i>% de execução sobre o orçamento (C = B/A)</i>
20WU	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários	21.352.548	9.469.901	44,35%
21OJ	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	4.000.000	2.468.690	61,72%
	TOTAL	25.352.548	11.938.591	47,09%

Fonte: SIAFI.

As despesas relativas ao Programa 2039 foram executadas nas seguintes Ações e Planos Orçamentários – PO:

Ação 20WU

Planos Orçamentários – PO

- Orientação e Defesa aos Investidores – PRODIN – as despesas ocorridas por conta do PO tiveram como objetivos: organização de eventos; gastos com diárias e passagens; desenvolvimento do *site* do investidor; desenvolvimento de conteúdo digital para *blog*; licenciamento de *software* e serviço de orientação ao cidadão na modalidade Discagem Direta Gratuita – DDG.
- Sistemas Informatizados da CVM – para a manutenção e aprimoramento dos sistemas da CVM e do seu parque tecnológico, foi necessário, no ano de 2015, o empenho de despesas com: manutenção de *software*, serviços técnicos profissionais de TI, manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados; serviços

técnicos profissionais, aquisição de licença de *software* e aquisição de equipamentos de processamento de dados.

- Projetos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado de capitais – realização de *workshop* destinado à avaliação do Planejamento Estratégico 2013-2023.

Ação 210J

Planos Orçamentários – PO

- Fiscalização do Mercado de Valores Mobiliários – no âmbito das atividades de fiscalização do mercado de valores mobiliários, a CVM empenhou as despesas com: diárias; passagens; contrato de acesso a banco de dados (Financial NET) e informações *online*; contrato de serviço de sonorização e contrato de locação de mão de obra.
- Regulamentação do Mercado de Valores Mobiliários – no ano de 2015, as despesas com diárias, passagens e reembolsos foram as que predominaram na execução deste PO.

- **Conexão do orçamento com os objetivos do PPA**

No que se refere à ação 20WU, a meta estabelecida para o ano de 2015 previa a divulgação, no sítio institucional da entidade, das informações de interesse dos participantes do mercado de valores mobiliários, sendo que a execução física da ação atingiu 99% do previsto para o ano.

No que concerne à ação 21OJ, a CVM alcançou 94,6% da meta física definida para o ano, relacionada ao cumprimento das atividades previstas no plano de supervisão baseada em risco 2015-2016.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

- **Redução da dotação em relação ao aprovado na LOA do ano anterior e limite orçamentário insuficiente para a realização das despesas programadas**

Além da redução da dotação em relação à LOA 2014, já mencionada anteriormente, outro fator que dificultou a execução em níveis satisfatórios do orçamento aprovado para as Ações 20WU e 210J foi o limite orçamentário imposto à CVM por conta do Decreto de Programação Financeira (Decreto nº 8.456, de 22/5/2015, alterado pelo Decreto nº 8.581, de 3/12/2015). Por conta do contingenciamento realizado, a CVM só conseguiu empenhar 47,09% do orçamento aprovado na LOA 2015.

- **Limite de financeiro insuficiente para o pagamento das despesas empenhadas (contingenciamento financeiro)**

Outra dificuldade encontrada pela Autarquia foi o insuficiente limite financeiro, que representa o total de recursos repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para o pagamento das despesas empenhadas no exercício, bem como aquelas inscritas em restos a pagar de exercícios anteriores.

- **Atraso no repasse dos recursos financeiros**

Além dos escassos limites financeiros definidos para a CVM pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e pelo Ministério da Fazenda – MF, o atraso no repasse dos recursos prejudicou a execução de algumas obrigações da Autarquia, notadamente com relação aos contratos de TI.

- **Portaria MPOG 172/15**

A fim de garantir a melhoria e o controle do gasto público, o MPOG publicou a Portaria N° 172, de 27/5/2015, que definiu limites de despesas por itens de gastos. Assim, além do limite total definido pelo Decreto de Programação Financeira, a CVM teve que observar os limites específicos definidos na referida Portaria.

Tal configuração de controle de gasto público ensejou várias reuniões e arranjos internos para o cumprimento dos limites impostos, dentre os quais a não participação da CVM em eventos nacionais, repactuação de contratos, não realização de compras programadas e redução do limite de gasto com viagens a serviço.

Encontram-se elencados a seguir os itens de gastos que foram alvo de controle pela Portaria MPOG N°172/15:

- I - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;
- II - Locação de Imóveis;
- III- Locação de Máquinas e Equipamentos;
- IV - Locação de Veículos;
- V - Locação de Mão de Obra e Terceirização;
- VI - Serviços de Consultoria;
- VII - Serviços de Cópia e Reprodução de Documento;
- VIII - Serviços de Limpeza e Conservação;

IX - Serviços de Telecomunicações;
X - Vigilância Ostensiva e
XI - Diárias e Passagens.

2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência no exercício.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 10 - Restos a pagar de exercícios anteriores Valores em R\$

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/15	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2005	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2007	332.755,00	-	-	332.755,00
2008	829.727,33	-	-	829.727,33
2009	773.787,17	-	-	773.787,17
2010	25.853,72	-	-	25.853,72
2011	1.013.114,62	-	-	1.013.114,62
2012	13.279,00	-	-	13.279,00
2013	4.543.082,20	101.644,92	-	4.441.437,28
2014	10.173.849,46	4.014.841,64	-	6.159.007,82
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/15	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/15
2005	2.852,88	-	-	2.852,88
2006	3.522,84	-	-	3.522,84
2007	23.595,14	-	-	23.595,14
2008	39.993,53	-	-	39.993,53
2009	38.874,20	-	-	38.874,20
2010	2.929,60	-	-	2.929,60
2011	19.188,23	9.958,01	-	9.230,22
2012	30.267,73	-	-	30.267,73
2013	92.998,22	-	-	92.998,22
2014	782.385,74	763.423,31	16.829,10	2.133,33

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial.

Análise crítica

Os valores de restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores a 2013 foram objeto de revisão e análise, mantendo-se tão somente aqueles cujos critérios de revalidação foram atendidos, de acordo com o art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986:

“Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa. (Redação dada pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

*§ 1º A inscrição prevista no **caput** como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas. (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)*

§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de

sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º. (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

§ 3º Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º, os restos a pagar não processados que: (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

I - refiram-se às despesas executadas diretamente pelos órgãos e entidades da União ou mediante transferência ou descentralização aos Estados, Distrito Federal e Municípios, com execução iniciada até a data prevista no § 2º; ou (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

§ 4º Considera-se como execução iniciada para efeito do inciso I do § 3º: (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida. (Incluído pelo Decreto Nº 7.654, de 2011)

Os restos a pagar de 2013, que não foram revalidados até junho de 2015, conforme prazo definido pelo mencionado Decreto, foram bloqueados para cancelamento.

Em termos gerais, os restos a pagar inscritos e vigentes em 2014 não impactaram a execução das ações orçamentárias do exercício.

2.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 11 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: Comissão de Valores Mobiliários	Código UO: 25203		UGO: 173030	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	15.900.426,29	17.516.987,37	11.244.643,06	10.896.807,18
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	15.900.426,29	17.516.987,37*	11.244.643,06	10.896.807,18*
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações PÚblicas	0	0*	0	0*
2. Contratações Diretas (h+i)	9.708.102,57	12.805.027,90	9.011.832,05	11.230.378,52
h) Dispensa	2.129.848,13	4.941.236,54	1.938.343,26	4.727.075,76
i) Inexigibilidade	7.578.254,44	7.863.791,36	7.073.488,79	6.503.302,76
3. Regime de Execução Especial	40.161,63	52.679,00	40.161,63	40.521,74
j) Suprimento de Fundos	40.161,63	52.679,00	40.161,63	40.521,74
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	185.255.850,47	172.781.064,37	184.445.238,26	170.324.051,39
k) Pagamento em Folha	184.671.430,30	171.812.146,37	183.863.834,42	169.625.334,45
l) Diárias	584.420,17	968.918,00	581.403,84	698.716,94
5. Outros	2.085.455,72	1.060.178,99	1.967.561,73	767.943,60
6. Total (1+2+3+4+5)	212.989.996,68	204.215.937,63	206.709.436,73	193.259.702,43

Fonte: SIAFI.

*As informações sinalizadas foram divulgadas com erro no Relatório de Gestão de 2014. Os valores divulgados eram referentes a Registro de Preços, e não ao “Regime Diferenciado de Contratações PÚblicas”, conforme solicitado.

Quadro 12 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Comissão de Valores Mobiliários		Código UO: 25203		UGO: 173030		Valores em R\$ 1,00		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidaada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
319011 – Vencimentos e vantagens fixas	111.051.676,24	103.079.109,35	110.783.704,63	102.677.575,12	267.971,61	401.534,23	110.783.704,63	102.131.126,92
319001 – Aposentadoria, remunerada e reformas	41.006.331,00	37.267.120,38	40.869.313,99	36.815.113,94	137.017,01	452.006,44	40.823.657,61	36.801.872,93
319113 – Obrigações Patronais	21.672.370,00	20.806.559,00	21.540.933,38	20.496.041,71	131.436,62	310.517,29	21.529.647,16	20.496.041,71
Demais elementos do grupo	6.485.866,76	5.823.827,09	6.381.756,66	5.701.637,20	104.110,10	122.189,89	6.379.299,06	5.669.018,18
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes								
339039 – Outros serviços de terceiros - PJ	18.656.014,51	22.922.719,86	16.408.110,65	16.593.346,44	2.247.903,86	6.329.373,42	15.833.857,03	16.466.913,94
339037 – Locação de mão de obra	3.498.073,56	3.261.883,74	3.075.574,77	2.564.226,89	422.498,79	697.656,85	3.075.574,77	2.556.559,40
Demais elementos do grupo	8.771.585,71	10.968.824,34	8.295.899,33	9.168.344,65	475.686,38	1.800.479,69	8.270.711,57	9.112.367,13

Unidade Orçamentária: Comissão de Valores Mobiliários			Código UO: 25203	UGO: 173030			
DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados	Valores Pagos	
4. Investimentos	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
449052 – Equipamentos e material permanente	1.834.904,90	52.937,50	5.034,90	9.940,00	1.829.870,00	42.997,50	5.034,90
449039 – Outros serviços de terceiros - PJ	13.174,00	32.956,37	7.950,00	15.862,22	5.224,00	17.094,15	7.950,00
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0
5. Inversões Financeiras							
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida							
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

Análise crítica da realização da despesa

O contingenciamento aplicado durante o exercício impactou a gestão orçamentária. Como consequência, a execução de determinadas atividades foi prejudicada, notadamente inspeções externas, orientação ao público e disseminação de informações à sociedade. Alguns projetos foram adiados para 2016.

Apesar disso, a CVM conseguiu melhorar sua *performance* na execução orçamentária no exercício, tendo em vista: i. o empenho de praticamente 100% do orçamento disponibilizado e ii. do total dos empenhos realizados, apenas 3% permaneceram como restos a pagar, contra 5% do ano anterior.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Normatização

No ano de 2015, a CVM editou 19 novas Instruções, além de três Deliberações de natureza normativa (inclusive contábil). As audiências públicas realizadas no período para recepção de comentários por parte dos participantes do mercado e do público em geral foram cinco.

A edição da Instrução CVM nº 558 aperfeiçoou a regulamentação do exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, substituindo a Instrução CVM nº 306. A nova norma permitiu que os administradores que não sejam instituições financeiras também possam distribuir cotas de fundos por eles geridos ou administrados, o que estimula a concorrência no mercado de gestão de recursos de terceiros sem prejuízo da garantia de regularidade desse segmento.

Dessa forma, foram reconhecidas duas categorias de registro para os administradores de carteira de valores mobiliários: “administrador fiduciário”, com responsabilidades pela custódia, controladoria de ativos e passivos e, de maneira geral, pela supervisão da higidez da gestão, e “gestor de recursos”.

A Instrução exigiu ainda novas informações periódicas a serem disponibilizadas nos sites da CVM e do próprio administrador, alterando significativamente o formulário anual; substituiu a demonstração de experiência profissional na atividade de administração de carteiras pela aprovação em exame de certificação; aperfeiçoou as regras de conduta e sobre controles internos, com destaque para a aplicação de princípios de transparência, diligência e lealdade; e determinou a separação das atividades de custódia e controladoria de ativos e passivos daquelas de gestão.

As Instruções CVM nº 559 e nº 560 modernizaram, respectivamente, as regras que tratam dos programas de *Depositary Receipts - DR* para negociação de valores mobiliários de emissão de companhias abertas no exterior e dos investidores não residentes em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.373, de 2014. A primeira trouxe como inovações a previsão da anuência do emissor em caso de programa não patrocinado, assim como que a instituição depositária deva exercer o direito de voto das ações que sirvam de lastro para programa de DR na forma instruída pelos titulares desses certificados, sempre que permitido pelos contratos relativos ao programa.

Já a Instrução CVM nº 560 aperfeiçoou o conteúdo do informe mensal, que passou a ser prestado pelo representante de investidor não residente em relação às operações realizadas por cada investidor por ele representado, e incorporou os precedentes reiterados pelo Colegiado da CVM em diversas situações, o que trouxe um aumento de segurança jurídica e de agilidade para os regulados.

A Instrução CVM nº 561, por sua vez, configurou-se num importante instrumento de melhoria de governança corporativa e possibilidade de participação dos acionistas nas decisões de companhias.

A regra facilita a participação dos acionistas nas assembleias gerais por meio da criação de um boletim de voto à distância, com o qual pode-se exercer o direito de voto previamente à data de realização da assembleia e, ainda, permite a inclusão de candidatos e propostas

de deliberação de acionistas minoritários no referido boletim. Ademais, a norma aprimora a divulgação de informações de assembleias gerais e regula o registro eletrônico ou mecanizado de determinados livros sociais.

Sobre esta matéria, a CVM editou em novembro a Instrução CVM nº 570, tornando facultativa, no exercício de 2016, a aplicação da Instrução CVM nº 561, em função de reuniões realizadas com companhias e com prestadores de serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância nas quais se constatou a necessidade de promover adaptações no primeiro ano.

Para orientar o mercado sobre os procedimentos especiais que devem ser aplicados pelas companhias que adotarem o voto a distância em 2016, inclusive em função da não participação dos escrituradores, a CVM também editou a Deliberação CVM nº 741.

A Instrução CVM nº 566 consolidou e conferiu um tratamento unitário às disposições relativas à oferta pública de distribuição de notas promissórias. Ao excepcionar a exigência de um prazo máximo de vencimento para as notas promissórias objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos que contem com a presença de um agente fiduciário dos detentores das notas, a CVM permitiu que emissores que não dispunham de instrumentos de dívida bem consolidados, como é o caso de sociedades limitadas, pudessem recorrer às notas promissórias para captar recursos por um prazo maior.

As Instruções CVM nº 567 e nº 568, por seu turno, regulamentaram a negociação por companhias abertas de ações de sua própria emissão e derivativos nela referenciados.

A primeira estabeleceu a exigência de que determinadas operações fossem submetidas à aprovação pela assembleia geral de acionistas, estendendo aos derivativos referenciados em ações de emissão das companhias abertas determinadas restrições incidentes sobre as negociações.

A segunda buscou manter um regime informacional quanto à negociação de participações relevantes em companhias abertas consistente com as regras da Instrução CVM nº 567, destacando-se que as ações referenciadas por derivativos, ainda que de liquidação financeira, passaram a ser consideradas para fins de divulgação de participação relevante.

A Instrução CVM nº 569 normatizou a oferta pública de distribuição de Certificados de Operações Estruturadas – COE, determinando um conjunto de exigências para que emissores de COE pudessem obter a dispensa de registro de oferta pública de distribuição, possibilitando a devida celeridade entre a estruturação e a venda desse tipo de produto.

Adicionalmente, a citada instrução estabeleceu um “Documento de Informações Essenciais” do COE, arquivo padronizado que contém todas as informações necessárias para que os investidores entendam e comparem os certificados, além da assinatura do termo de adesão e ciência de risco.

Por fim, vale mencionar a edição da Instrução CVM nº 571, que alterou o regime de divulgação de informações e as regras de governança dos fundos de investimento imobiliário. Os informes periódicos previstos na Instrução CVM nº 472 foram aprimorados e, como consequência, foi ajustado o regime de informações prestadas no âmbito de ofertas públicas de cotas desses fundos.

Foram estipuladas as informações a serem prestadas pelos administradores quando da convocação das assembleias gerais e a competência dos cotistas e de seus representantes tanto na convocação quanto na inclusão de matérias na ordem do dia. Além disso, regras mais precisas acerca das competências e responsabilidades desses representantes foram estabelecidas.

Concomitantemente à edição dessa norma, a autarquia editou um guia CVM do Investidor sobre FII. O lançamento simultâneo à edição da norma reflete o objetivo de oferecer uma fonte adicional de informação e orientação aos investidores, especialmente os de varejo, aproximando a atuação educacional da normativa.

Dentre as audiências públicas realizadas em 2015, algumas merecem destaque. A audiência SDM nº 03 buscou aperfeiçoar o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários. A minuta propôs nova sistemática ao tratamento dado ao encaminhamento do prospecto preliminar, simplificando o processo de análise pela CVM e atualizando as regras de publicação, permitindo que a divulgação do aviso ao mercado seja realizada por meio de portal de notícias com página na rede mundial de computadores, caso o ofertante utilize esse canal de comunicação. Foi ainda contemplada a possibilidade de prorrogação de prazo para atendimento de exigências da CVM e de pedido de interrupção da análise do pedido de registro.

Também merece destaque a minuta colocada em audiência para aprimorar e atualizar regras aplicáveis aos FIP e FMIEE que pretende substituir as Instruções CVM nº 209, nº 278, nº 391, nº 406 e nº 460. O objetivo é unificar e modernizar as regras aplicáveis aos FIPs e aos FMIEEs, consolidando as instruções em vigor destinadas aos fundos que têm como propósito a participação em companhias, abertas ou fechadas, e que também possuem como foco o desenvolvimento dos negócios da investida.

Dentre as principais inovações da proposta estão a possibilidade de aplicação de até 20% do patrimônio líquido do fundo em ativos no exterior e até 40% do seu patrimônio líquido em cotas de outros FIP; a criação de subcategorias de FIP, dentre elas as de Capital Semente e Investimento no Exterior, destinadas a investidores profissionais, e a de Empresas Emergentes, que, assim como os demais FIP, são destinadas aos investidores qualificados; aprovação pela assembleia geral, por meio de quórum qualificado, de atos que caracterizem conflito de interesses entre o fundo e seu administrador e gestor; e exigência para a elaboração e envio à CVM de demonstrações contábeis auditadas do fundo nos casos de alteração material do valor justo da investida durante o exercício.

Por fim cabe citar a proposta de nova Instrução sobre a regulamentação do exercício da função de agente fiduciário, em substituição à Instrução CVM nº 28, contemplando as distribuições públicas de debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA e notas promissórias de longo prazo. A minuta propõe normas que procuram se aplicar aos agentes nomeados por disposição expressa de lei ou de regulamentação.

Dentre seus aspectos mais importantes, estão a modernização do regime informacional do agente fiduciário, propondo-se o envio de informações eventuais ou periódicas por meio do sistema eletrônico disponível no site da CVM; o estabelecimento de que somente instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN podem exercer a função de agente fiduciário, igualando o regime atualmente previsto para o CRI e o CRA

às debêntures e notas promissórias de longo prazo; e a previsão de que decisão sobre a não adoção de medida prevista em lei, na escritura de emissão ou no termo de securitização de direitos creditórios que vise à defesa dos direitos e interesses dos titulares dos valores mobiliários, deva ser deliberada pela maioria absoluta dos valores mobiliários em circulação.

Quadro 13- Normativos Publicados pela CVM em 2015

Normativos Publicados pela CVM em 2015		
Norma	Data	Assunto
Instrução 574	17/12/2015	Altera a Instrução CVM 560, que dispõe sobre o registro, as operações e a divulgação de informações de investidor não residente no Brasil.
Instrução 573	9/12/2015	Estende o prazo para adaptação à Instrução CVM 569 (oferta pública de distribuição de COE realizada com dispensa de registro).
Instrução 572	26/11/2015	Alterações pontuais da Instrução CVM nº 555 (antiga Instrução CVM 409), que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
Instrução 571	25/11/2015	Aperfeiçoa regime de divulgação de informações e governança dos FII. Altera dispositivos das Instruções CVM nº 472, de 2008, e 400, de 2003.
Instrução 570	18/11/2015	Altera vigência da Instrução CVM nº 561- aplicação facultativa em 2016 do voto a distância.
Deliberação 741	18/11/2015	Procedimentos especiais para assembleias em 2016 nos casos de adoção da prerrogativa da Instrução CVM nº 570.
Deliberação 740	11/11/2015	Certificações aprovadas para o registro de administradores de carteira.
Instrução 569	14/10/2015	Dispõe sobre a oferta pública de distribuição de COE realizada com dispensa de registro.
Instrução 568	17/9/2015	Altera e acrescenta dispositivos das Instruções CVM nº 358, de 2002, e 480, de 2009 – decorrente da Instrução 567.
Instrução 567	17/9/2015	Dispõe sobre a negociação por companhias abertas de ações de sua própria emissão e derivativos nelas referenciados.
Instrução 566	31/7/2015	Dispõe sobre a oferta pública de distribuição de nota promissória.
Instrução 565	15/6/2015	Dispõe sobre operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações envolvendo emissores de valores mobiliários registrados na categoria A.
Instrução 564	11/6/2015	Adia a vigência e altera as Instruções CVM nºs 554 e 555, ambas de 2014.

Normativos Publicados pela CVM em 2015		
Norma	Data	Assunto
Instrução 563	18/5/2015	Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 555, que substituirá a Instrução CVM 409, e que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
Instrução 562	15/4/2015	Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 510, de 2011, permitindo maior atuação das entidades credenciadoras quanto a dados cadastrais dos AAI.
Instrução 561	7/4/2015	Regulamentação do voto a distância. Altera e acrescenta dispositivos à Instrução CVM nº 480, de 2009, e à Instrução CVM nº 481, de 2009.
Instrução 560	27/3/2015	Dispõe sobre o registro, as operações e a divulgação de informações de investidor não residente no País.
Instrução 559	27/3/2015	Dispõe sobre a aprovação de programas de <i>Depositary Receipts</i> para negociação no exterior.
Instrução 558	26/3/2015	Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários.
Instrução 557	27/1/2015	Altera dispositivos da Instrução CVM nº 426, de 2005, sobre Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.
Instrução 556	22/1/2015	Moderniza regime informacional das Cias incentivadas.

Fonte: CVM

Especificamente com relação aos normativos contábeis, no ano de 2015 foi necessária a emissão de apenas um normativo que fez a revisão de 18 Pronunciamentos Contábeis, contemplando atualizações e melhorias em sua redação.

Quadro 14 - Normativos no âmbito de revisão e atualização de normas contábeis

Normativos no âmbito de revisão e atualização de normas contábeis		
Norma	Data	Assunto
Deliberação 739	05/11/2015	Aprova o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08 referente aos Pronunciamentos CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21 (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Fonte: CVM

2.4.2 Orientação

• Atendimento

Em 2015, na esteira da entrada em vigor da Instrução CVM nº 529¹, de 2012, que instituiu as Ouvidorias no âmbito do mercado de valores mobiliários, a área de atendimento ao cidadão evoluiu para a especialização da sua atuação, dividindo as tarefas de atendimento e de instrução inicial de processos.

Na sede da CVM, foi instituído em projeto-piloto o horário de atendimento ao público por 12 horas ininterruptas, com início às 8h e término às 20h, organizado em regime de turnos

¹ A ICVM 529 foi editada em 2012 e entrou em vigor em julho de 2013.

de seis horas, com Analistas de Mercado preparados para o primeiro atendimento à população, tanto presencial e telefônico, quanto eletrônico, por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, disponível na página da CVM na Internet.

Com a nova estrutura de atendimento, aliada ao canal de encaminhamento e solução de demandas de investidores possibilitado pela Instrução CVM nº 529, boa parte das questões recebidas passou a ser solucionada por meio eletrônico, entre a CVM (GOI-1) e o respectivo Ouvidor, reduzindo em 50% a abertura de processos administrativos de reclamação de investidor.

Para os casos residuais em que foi necessária a instrução processual, a instauração de procedimentos para análise e investigação passou a ser feita pela gerência de orientação existente em São Paulo (GOI-2).

Tal estrutura permitiu a diminuição do tempo de atendimento às demandas do público em geral recebidas pela GOI-1. Em 2015, o prazo médio de atendimento pela GOI-1 foi de 40,08, ou 1,67 dias corridos, redução expressiva em relação a 2014 (3,49 dias) e 2013 (6,74 dias). O tempo médio total de atendimento considerando as gerências de orientação e a de educação foi de aproximadamente dois dias, bem inferior aos 3,9 dias registrados em 2014.

No ano, a CVM atendeu a 12.067 demandas de investidores e do público em geral, mantendo a tendência de redução do volume de consultas e reclamações encaminhadas à entidade.

O SAC, sistema eletrônico disponível no Portal da CVM, manteve-se como o principal canal utilizado pelo público em geral para encaminhar consultas, reclamações e denúncias à Autarquia, seguido pelo atendimento telefônico. Tal fato pode ser explicado pelas suas funcionalidades: acesso individualizado por meio de senha, possibilidade de juntada de arquivos em alguns formatos eletrônicos e geração de um número de protocolo eletrônico.

Observa-se que o sistema continua a ser utilizado de forma frequente por outros usuários, além dos investidores de varejo, inclusive para protocolar, de forma eletrônica, petições e outros requerimentos junto à Autarquia.

No que se refere ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), a CVM recebeu 181 pedidos de acesso à informação em 2015 (contra 199 em 2014), todos respondidos.

Dada a possibilidade de interposição de recursos às autoridades superiores e máxima da CVM, bem como à CGU, cabe comentar que em apenas 3,87% dos casos os solicitantes recorreram da decisão/resposta (contra 13,57% em 2014).

Desses, a própria Autarquia deferiu ou apresentou outra solução (perda de objeto), 85,71% dos recursos (28,57% deferidos e 57,14% perda de objeto), em função de novos elementos trazidos pelo cidadão em seu recurso ou de formas alternativas de atendimento ao pedido.

Em relação aos casos em que houve a necessidade de aprofundamento da análise por meio de instauração de processo administrativos, foram instaurados, em 2015, 421 processos, mantendo a tendência de redução do número de casos (451, em 2014).

- **Atuação educacional**

Durante o ano de 2015, a CVM realizou várias atividades educacionais, inclusive por meio de parcerias institucionais, seguindo a tradição de buscar o aproveitamento de sinergias e a colaboração com outras partes interessadas que possuem atuação relevante nesta área.

- Semana ENEF

A CVM participou da 2^a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), que ocorreu entre os dias 9 e 15 de março. A Autarquia organizou diversos eventos, como o “Encontro com Investidores”, “Saúde Financeira para Maiores de 50 anos”, “Oficina de Planejamento Financeiro”, Educação Financeira para Jovens e diversas outras palestras educacionais realizadas na sede da CVM, em universidades e em diversas regiões do Brasil. No total, as atividades desenvolvidas pela Autarquia tiveram 4.480 participantes.

Além disso, durante a Semana, foram promovidos lançamentos de novas iniciativas, destacando-se: o Aplicativo CVM Jogos; o Folheto CVM “Educação Financeira”; o Guia CVM de Planejamento Financeiro; o Livro “Mercado de Derivativos no Brasil: Conceitos, produtos e Operações”; e a 2^a edição do Livro “Relações com Investidores: Da Pequena Empresa ao Mercado de Capitais”.

- Publicações

Em 2015, a CVM distribuiu 56.916 publicações educacionais. Desse total, 23.195 foram publicações impressas, distribuídas em eventos, palestras ou diretamente a investidores, professores, instituições de ensino e outras entidades, enquanto 33.721 foram publicações baixadas na versão digital pelo Portal do Investidor. Destaca-se, entre os *downloads* realizados, o Livro TOP Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro, com 10.677 *downloads*.

Ainda no campo editorial, destaca-se em 2015 o lançamento do Guia CVM de Planejamento Financeiro, do folheto CVM de Educação Financeira e do Livro TOP “Mercado de Derivativos no Brasil”, todos realizados durante a 2^a Semana Nacional de Educação Financeira. Cabe ainda ressaltar o lançamento da 2^a edição do Guia CVM de Fundos Imobiliários, em novembro, em conjunto com a publicação de atualização da norma sobre o assunto.

- Premiações

Tratando-se das iniciativas de educação financeira por meio de concursos e premiações, a CVM concluiu a 2^a edição do Concurso Cultural de Redação e Vídeo, que teve como tema “O que posso fazer, a partir de hoje, para ter um futuro financeiro melhor”. Esta iniciativa contou com a participação de 14 jovens, entre 12 e 15 anos, no Concurso de Vídeo e 91 jovens, entre 15 e 18 anos, no Concurso de Redação. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 22/7/2015, em evento de educação Financeira, no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo evento, a CVM lançou, em parceria com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e o apoio da Escola de Educação Financeira e do Instituto de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF, a 1^a edição do Concurso CVM Poupança e Investimento, cujo tema foi “Meu pé-de-meia”. O objetivo do concurso foi

estimular a reflexão, o debate, o compartilhamento de experiências e informações, bem como a criação e disseminação de conteúdos que estimulem a formação de poupança e o investimento consciente e bem informado.

Durante o período de realização do concurso, foram recebidos 44 “posts” e 11 vídeos, que receberam 17.646 curtidas na categoria “posts” e 6.559 na categoria vídeos. O alcance total foi de 143.429 pessoas. A cerimônia de premiação ocorreu no dia 13/11/15, no Rio de Janeiro, em evento de educação financeira.

Ao longo do ano, também foi lançado o XII Concurso de Monografia, destinado a estudantes universitários e organizado conjuntamente pela CVM e BM&FBovespa.

- Comitê Consultivo de Educação da CVM

No âmbito do Comitê, instituído pela Deliberação CVM nº 498, de 2006, com o objetivo de promover e apoiar projetos educacionais que contribuam para a melhoria dos padrões de educação financeira da população brasileira, a CVM, em parceria com Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA, Associação Brasileira de *Private Equity* e *Venture Capital* - ABVCAP, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, Associação Nacional de Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias - ANCORD, Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, BM&FBOVESPA, Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e Instituto Brasileiro de Relações com Investidores - IBRI, promoveu no ano as seguintes iniciativas:

- 15^a e 16^a edições do Programa TOP: semana de aulas de imersão em temas de mercado de capitais, oferecidas a professores universitários que lecionem ou planejem lecionar disciplinas ligadas ao assunto, que contou com a participação de 75 professores.
- 2^a edição do Programa TOP Derivativos: em parceria com a BM&FBovespa, o Programa TOP Derivativos abriu espaço para aulas em temas específicos, em contraste com as edições tradicionais, que têm temas mais abrangentes. Essa edição especializada teve a participação de 52 professores.
- 9^a edição do Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor: visa premiar autores de matérias publicadas em jornais, revistas e agências de notícias, incluindo mídia digital, que contribuam para a educação de investidores. Em 2015, ocorreu a premiação dos vencedores da 9^a edição e o lançamento da 10^a edição.

Como já mencionado anteriormente, também foram lançadas as seguintes publicações: Livro TOP “Mercado de Derivativos no Brasil”: Conceitos, Produtos e Operações”; e a 2^a edição revisada do livro TOP “Relações com Investidores: da pequena empresa ao mercado de capitais”.

- Círculo Universitário

Em 2015 a CVM organizou 29 eventos do projeto “Círculo Universitário”, em diversas universidades pelo país. Além dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a

Autarquia possui regional e sede, respectivamente, a CVM também ministrou palestras em instituições de ensino superior no Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Roraima e Piauí, atingindo um público de 3.539 estudantes.

- Redes Sociais e Portal do Investidor

É importante ressaltar também a atuação educacional da CVM por meio de canais eletrônicos, cujo acesso continuou crescendo de forma considerável em 2015 e contou com a inclusão de uma nova rede social, o *Linkedin* CVMEducacional.

No canal CVMEducacional, que congrega as iniciativas educacionais nas redes sociais, a CVM encerrou o ano com 10.429 fãs no Facebook (aumento de 68% em relação a 2014), 8.129 seguidores no *Twitter* (aumento de 11%) e 5.777 visualizações de vídeos no *YouTube*. Além disso, o canal da CVM no *Linkedin*, que passou a ser utilizado pela CVM Educacional em 9/12/2015, encerrou o ano com 7.235 seguidores.

No Portal do Investidor (www.investidor.gov.br), foram registrados 590.365 visitantes únicos, com mais de 1,24 milhão de visualizações de páginas.

Finalmente, compete mencionar o Ambiente Virtual de Aprendizagem da CVM, que teve 2.853 alunos inscritos em algum dos cinco cursos disponibilizados ao longo de 2015. No segundo semestre, o ambiente foi reformulado com o intuito de torná-lo mais moderno e amigável, possibilitando maior interação e uma melhor experiência de aprendizagem. Assim, os cursos no formato antigo estão sendo adaptados para o novo ambiente, sendo que o curso de Educação Financeira para Jovens já está disponível no novo formato.

- Eventos

No dia 13/11/2015, a CVM organizou no Rio de Janeiro o evento “Qualidade de Vida e Bem-Estar Financeiro para Maiores de 50 Anos”, em que especialistas do Ministério Público do Rio de Janeiro – MP-RJ, Instituto Vital Brazil, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e RioPrevidência, abordaram temas como educação financeira, aposentadoria, saúde, violência contra o idoso e tomada de decisão.

Em dezembro, a CVM, a BM&FBOVESPA e a ANBIMA, com o apoio da CETIP, *International Organization of Securities Commission* - IOSCO e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, organizaram a 3ª Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor, no Rio de Janeiro, que contou com 600 participantes em cada um dos dois dias de evento e reuniu acadêmicos de universidades de sete países, além do Brasil, bem como representantes de reguladores, organismos, associações e fóruns internacionais. A conferência versou sobre temas como psicologia econômica, fraudes financeiras, letramento financeiro e divulgação de informações.

No dia 9/12/15, a CVM, a BM&FBOVESPA e a ANBIMA, com o apoio da CETIP e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, organizaram o Seminário de Educação Financeira para Crianças e Jovens no Rio de Janeiro, que discutiu experiências e projetos de educação financeira realizados em escolas, bem como intervenções e estudos ocorridos no Chile, Peru, Espanha, Argentina, Costa Rica, EUA e Brasil.

- Estudos e Pesquisas Comportamentais

Em 2015, a CVM realizou e divulgou estudo sobre *equity crowdfunding*, modalidade de captação coletiva de recursos para a viabilização de empresas nascentes em troca de participação societária. Foram coletadas as preferências e opiniões de 140 investidores, que acessaram o SAC e concordaram em responder pesquisas da Autarquia, as quais forneceram subsídios para a regulamentação dessa modalidade de investimento.

Em dezembro, a CVM iniciou a publicação de uma série de materiais educacionais voltados para a área comportamental, cujo primeiro volume explica os vieses que afetam a decisão do investidor.

O estudo sobre *equity crowdfunding* e o material educacional estão disponíveis para download no *blog* de estudos comportamentais da CVM *Penso, Logo Invisto?*

- Núcleo de Estudos Comportamentais

Constituído em 2014 como um comitê de assessoramento técnico, no ano de 2015 o Núcleo analisou projetos educacionais da CVM com conteúdo comportamental, trabalhou na definição de temas e palestrantes da 3^a Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor, bem como opinou sobre convênios e condução de pesquisas pela CVM.

- Convênios de Caráter Educacional

Visando o estabelecimento de cooperação técnica para a execução de ações educacionais e para a viabilização de pesquisas e projetos em conjunto, a CVM firmou convênios com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, a Associação do Ministério Público do Consumidor (MPCON), o Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia - NuCEC da UFRJ e com o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF em 2015.

- Blog Penso, Logo Invisto?

A iniciativa, lançada no segundo semestre de 2014, experimentou aumento expressivo de alcance em 2015, tanto em termos de número de assinantes (de 328 em maio/15 para 683 em dezembro) como de visualizações de página (de 1.334 em maio para 4.984 em dezembro). O *blog* teve 37 posts durante o ano, que trataram de temas como bem-estar financeiro, *nudges*, fraudes financeiras, tomada de decisão e vieses comportamentais.

Além de estabelecer um canal de colaboração com a comunidade acadêmica, o *blog* também incorporou conteúdos voltados aos investidores de forma a difundir aplicações da ciência comportamental em finanças pessoais, investimentos e educação financeira.

2.4.3 Registro

O quadro abaixo mostra uma queda nas ofertas públicas de distribuição em relação ao ano de 2014, tanto na quantidade como no volume financeiro envolvido em 11,0% e 5,4%, respectivamente.

Quadro 15: Resumo das Ofertas de distribuição

TIPO DE OFERTA	Em 2015		Em 2014 ¹	
	Ofertas	R\$ Milhões	Ofertas	R\$ milhões
Ofertas Primárias e Secundárias Registradas na CVM	94	57.473	113	30.242
Dispensas de Registro Deferidas	38	2.128	16	1.780
Oferta com Esforços Restritos Encerradas ²	637	128.276	735	166.484
TOTAL	769	187.877	864	198.506

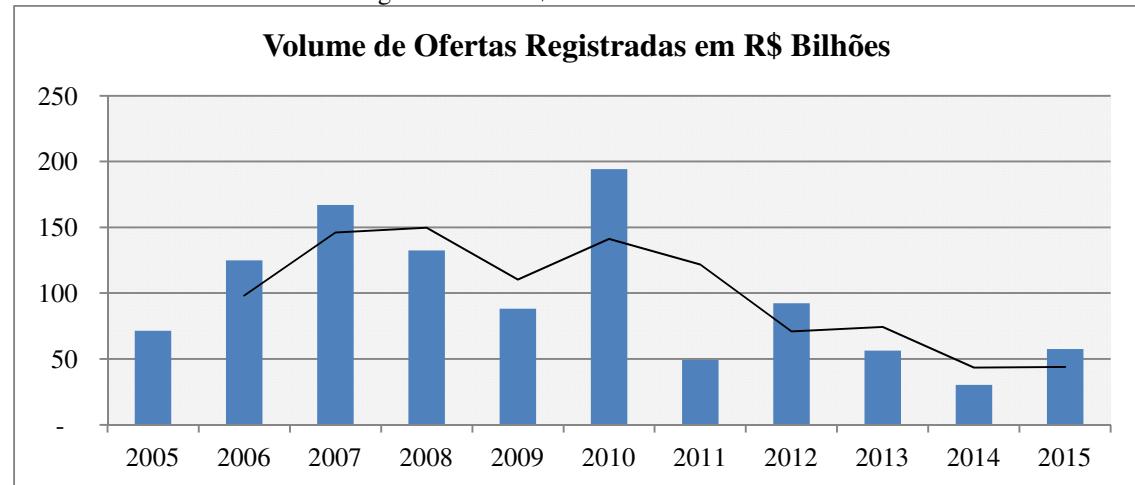
Fonte: CVM.

¹ Os dados de 2014 foram revistos e atualizados;

² Não incluem ofertas de fundos regidos pelas ICVM 409 e 555.

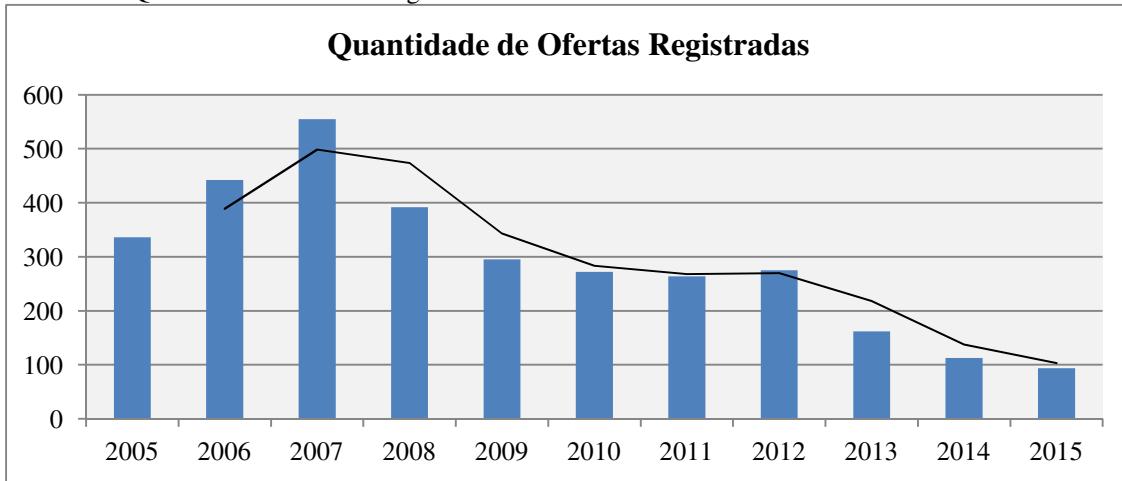
O gráfico a seguir representa a série histórica do volume financeiro total das ofertas registradas, a partir de 2005. Um pico pode ser observado em 2010 devido à oferta de ações da Petrobrás, que quebrou uma tendência declinante, retratada pela média móvel de dois períodos evidenciada pela linha contínua. Essa tendência é mais claramente mostrada pelo segundo gráfico, da série histórica de quantidades de ofertas.

Gráfico 02: Volume de Ofertas Registradas em R\$ Bilhões



Fonte: CVM

Gráfico 03: Quantidade de Ofertas Registradas



Fonte: CVM

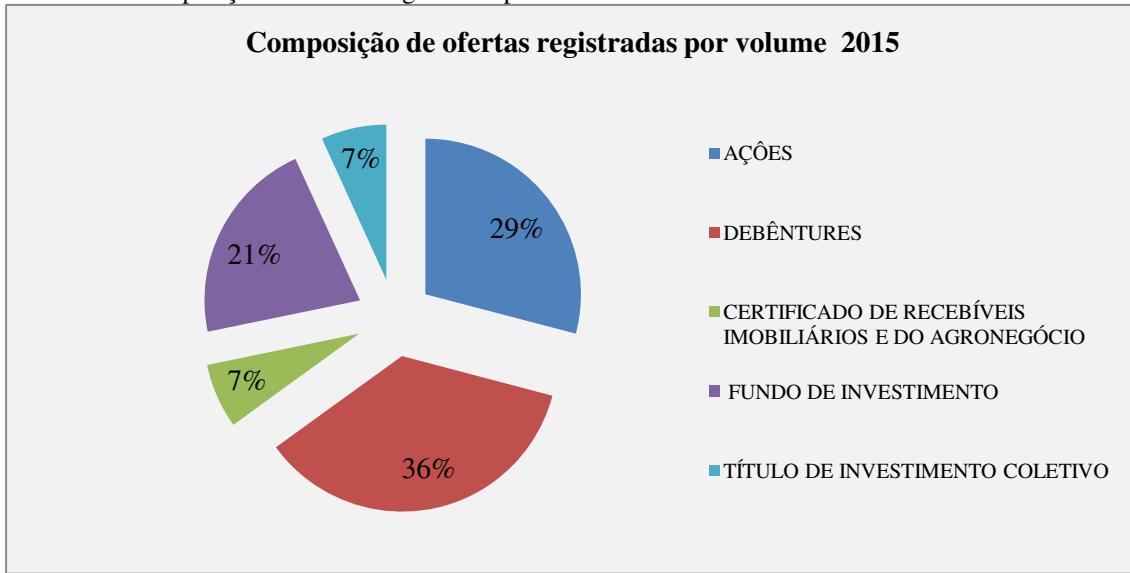
Quadro 16: Ofertas Primárias e Secundárias registradas na CVM

TIPO DE OFERTA	Em 2015		Em 2014	
	Registros	R\$	Registros	R\$
Ações	2	16.710.085.073	3	15.410.055.448
Bônus de Subscrição			1	0,00
Certificado Audiovisual	44	36.960.239	52	53.496.812
Certificado de Recebíveis Imobiliários	5	264.538.004	7	865.489.576
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	10	3.603.333.500	8	1.408.775.000
Debêntures	10	20.639.725.000	8	3.673.632.000
Quotas de FIDC / FIC-FIDC / FIDC-NP	7	2.937.646.781	11	1.796.195.500
Quotas de FIP / FIC-FIP	4	3.611.721.030	5	1.124.662.012
Quotas de FUNDO IMOBILIÁRIO	10	5.757.475.423	16	4.726.917.506
Títulos de Investimento Coletivo	2	3.911.061.220	2	1.183.100.000
TOTAL	94	57.472.546.270	113	30.242.323.855

Fonte: CVM.

A comparação entre 2015 e 2014 evidencia uma queda de 16,8% na quantidade de ofertas registradas, enquanto que o volume financeiro teve alta de 90%. A alta no volume é explicada por ofertas de debêntures do Santander Leasing, de R\$ 10 bilhões, e da Cielo, de R\$ 4 bilhões, as maiores nos últimos três anos.

Gráfico 04: Composição de ofertas registradas por volume 2015



Fonte: CVM

Houve queda de 47,4% no número de pedidos de registros de ofertas públicas indeferidas pela CVM, seja por desistência do ofertante, ou por não atendimento de exigências. Em 2015 foram 10 ofertas, contra 19 em 2014.

Pela via do convênio com a ANBIMA, regulamentado pela Instrução CVM nº 471, de 2008, foram registradas cinco ofertas de distribuição, com um volume de R\$2.678.826.000. Dessas ofertas, quatro foram de debêntures e uma de Fundo Imobiliário. Em relação a 2014, houve uma redução de 16,7% na quantidade, contra um aumento de 71,6% no volume.

Em relação às ofertas dispensadas de registro, é importante mencionar a edição, em março de 2015, da Deliberação CVM nº 734, delegando à SRE competência para conceder dispensas em ofertas públicas de distribuição de contratos de investimento coletivo no âmbito de condo-hotéis. Foram 38 dispensas de registro em 2015, representando 28 empreendimentos imobiliários distintos.

Quadro 17: Ofertas com esforços restritos

TIPO DE OFERTA ²	Em 2015		Em 2014 ¹	
	Ofertas	R\$ Milhões	Ofertas	R\$ Milhões
Ações	4	1.624	0	0
Notas Promissórias	97	12.957	156	30.290
Debêntures	205	52.008	278	88.845
Quotas de FII	39	3.269	20	1.681
Quotas de FIPs / FIC-FIP	102	40.808	68	18.264
Quotas de FIDC	59	6.146	52	7.335
Quotas FMIEE	3	9	1	30
Certificado de Recebíveis Imobiliários	119	9.257	135	15.676

TIPO DE OFERTA ²	Em 2015		Em 2014 ¹	
	Ofertas	R\$ Milhões	Ofertas	R\$ Milhões
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	5	947	12	533
Letras Financeiras	3	1.200	12	3.752
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	1	50	0	0
Cédulas de Produto Rural	0	0	1	30
TOTAL	637	128.276	735	166.436

Fonte: CVM/ASA.

¹ Os dados de 2014 foram revistos e atualizados;

²Não incluem ofertas de fundos regidos pelas ICVM 409 e 555.

Com relação às ofertas públicas distribuídas com esforços restritos, regulamentadas pela Instrução CVM nº 476, de 2009, e informadas no quadro 17, percebe-se uma queda de 13,3% na quantidade de ofertas e 22,9% no volume financeiro. Vale apontar as primeiras quatro ofertas de ações distribuídas com esforços restritos, em função das alterações ocorridas na própria Instrução em 2014.

No que tange às Ofertas Públicas de Aquisição de Ações – OPA, verificou-se uma queda de 17% no volume financeiro, apesar do aumento de 25% na quantidade de ofertas. A mais relevante foi a oferta de cancelamento de registro da Souza Cruz, cujo volume alcançou o montante de R\$ 10 bilhões.

Quadro 18: OPAs - Ofertas Públicas de Aquisição de Ações Registradas

OPAs - Registradas	2015		2014	
	Quantidade	Volume	Quantidade	Volume
Alienação de Controle	3	1.597.644.310	2	21.202
Aquisição de Controle	0	0	0	0
Aumento de Participação	0	0	0	0
Cancelamento de Registro	7	11.853.134.441	5	1.151.274.574
Voluntária	0	0	1	15.064.451.954
Concorrente	0	0	0	0
Total de ofertas no ano	10	13.450.778.751	8	16.215.747.730

Fonte: CVM.

2.4.4 Supervisão

Em 2015, a CVM conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades de supervisão segundo um modelo baseado em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do CMN. Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2015-2016, divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br), onde também podem ser encontrados os Relatórios Semestrais de execução e o Plano para o biênio 2015-2016.

- Inspeções

As atividades da fiscalização externa compreendem tanto as inspeções por demanda, realizadas quando da existência de indícios de irregularidades, como também as inspeções de rotina, de caráter preventivo e educativo, que seguem o planejamento especificado no Plano Bienal da Supervisão Baseada em Risco.

Eventualmente, também podem ser realizadas as chamadas inspeções temáticas, que possuem enfoque pontual e visam verificar *in loco* a conduta dos agentes de mercado quanto ao cumprimento de determinado aspecto ou procedimento específico relacionado à base normativa da CVM.

No exercício de 2015, a CVM realizou inspeções em 145 entes regulados, conforme evidenciado na tabela a seguir. O segmento relacionado aos fundos de investimento e seus prestadores de serviços – administradores fiduciários e gestores de recursos – representou 57% do número total de inspeções. Também foram representativas as inspeções tendo por enfoque os auditores independentes, que responderam por 15% desse quantitativo.

Quadro 19: Número de inspeções por tipo de regulado

Número de inspeções por tipo de regulado			
Tipo de regulado	Quantidade 2015	Participação (%)	Quantidade 2014
Bolsa de valores	1	0,7%	0
Corretora de valores mobiliários	12	8,3%	7
Distribuidora de valores mobiliários	0	0,0%	1
Administrador/gestor de carteira	44	30,3%	33
Consultor de valores mobiliários	0	0,0%	1
Custodiante de títulos e valores mobiliários	10	6,9%	11
Fundo de investimento	39	26,9%	118
Companhia aberta	5	3,4%	24
Sociedade controladora, controlada, coligada à emissora de valores mobiliários, ou sob controle comum	0	0,0%	3
Banco de investimentos/múltiplo/comercial não enquadrado nos demais itens	3	2,1%	0
Auditor independente	22	15,2%	9
Pessoa não autorizada a emitir e/ou colocar publicamente valores mobiliários	1	0,7%	1
Clube de investimento	1	0,7%	0
Agente autônomo de investimento	6	4,1%	61
Agência de classificação de risco de crédito	1	0,7%	0
Outros	0	0,0%	1
Total	145	100%	270

Fonte: CVM

A próxima tabela, que classifica as inspeções realizadas no ano de 2015 por tipo de assunto ou objetivo, demonstra a relevância das inspeções de rotina, que representaram 57% dos assuntos tratados, tendo abarcado diferentes segmentos de mercado, como o de fundos de investimento e seus prestadores de serviços (59 inspeções), o de auditores independentes (22 inspeções) e o de intermediários (6 inspeções).

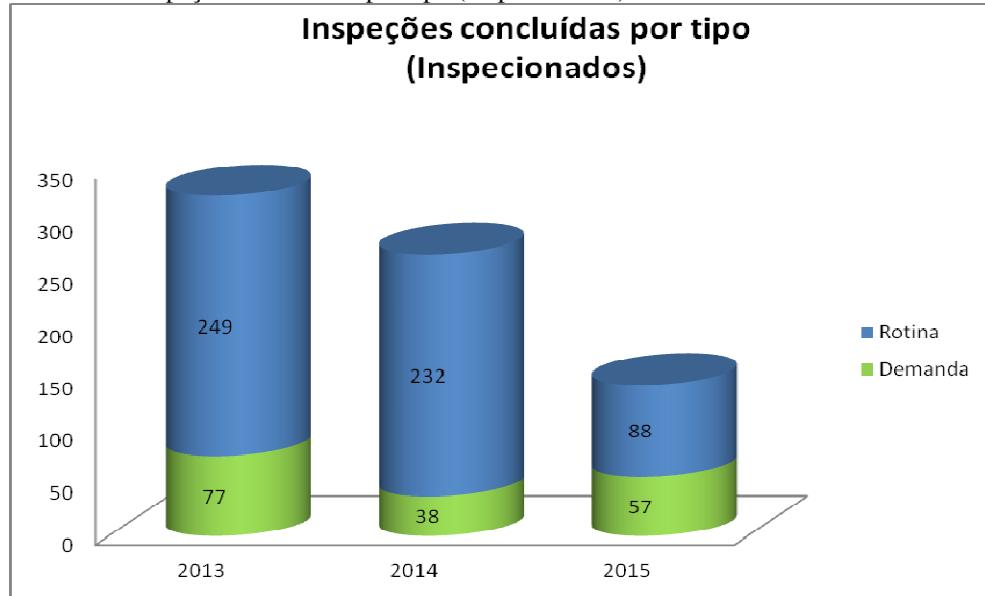
Quadro 20: Número de inspeções por tipo de assunto/objetivo

Número de inspeções por tipo de assunto/objetivo		
Assunto/Objetivo	Quantidade 2015	Quantidade 2014
Exercício do poder de auto regulação	1	0
Ocorrência de práticas não-equitativas, fraudes, manipulação e criação de condições artificiais de oferta e demanda	8	0
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por fundo de investimentos	10	3
Cumprimento das normas operacionais e administrativas por custodiante/depositário/prestador de serviço de valores mobiliários escriturais	4	3
Cumprimento das normas de combate à lavagem de dinheiro (Instrução CVM nº 301)	2	0
Cumprimento das normas de administração/gestão de carteira	14	5
Adequação das demonstrações financeiras e ITR's de companhia aberta	0	17
Transações com sociedade controladora, controlada, coligada ou sob controle comum, em condições desfavoráveis à emissora de valores mobiliários	0	2
Não prestação de informações obrigatórias	1	0
Conduta irregular de administrador de companhia aberta	0	1
Adequação dos procedimentos de auditoria	6	1
Intermediação de valores mobiliários por pessoa não autorizada	3	0
Administração de carteira/de fundo/de clube de investimento ou imobiliário por pessoa não autorizada	10	0
Emissão e/ou colocação pública de valores mobiliários sem registro na CVM	0	4
Cumprimento das normas de agentes autônomos de investimento	4	1
Inspeção de rotina em auditores independentes	7	8
Inspeção de rotina em fundos de investimento regulados pela Instrução CVM nº 409/04	18	96
Inspeção de rotina em administradores/gestores de carteira	21	35
Inspeção de rotina em fundos de investimento estruturados	5	13
Inspeção de rotina em intermediários - Instrução CVM nº 301	2	2
Inspeção de rotina em intermediários - Instrução CVM nº 505 e outras	4	64
Inspeção de rotina - adequação dos procedimentos de auditoria em companhias abertas	3	7
Inspeção de rotina - adequação dos procedimentos de auditoria em fundos de investimento	2	6
Inspeção de rotina - procedimentos relacionados a papéis de trabalho de auditores independentes	10	0
Inspeção de rotina - cumprimento das normas relativas à atividade de classificação de risco de crédito (Instrução CVM nº 521/12)	1	0
Inspeção de rotina - prática de churning em fundos de investimento	10	0
Inspeção de rotina em custodiantes	5	0
Outros	2	2
Total	153	270

Fonte: CVM

Os dois próximos gráficos traduzem a importância que as inspeções de rotina assumiram nos últimos anos em relação ao volume de trabalhos realizados pela fiscalização externa, embora tenha se verificado, no exercício de 2015, um aumento na quantidade de inspeções por demanda, tanto em número de inspecionados, como de processos instaurados, em comparação a 2014.

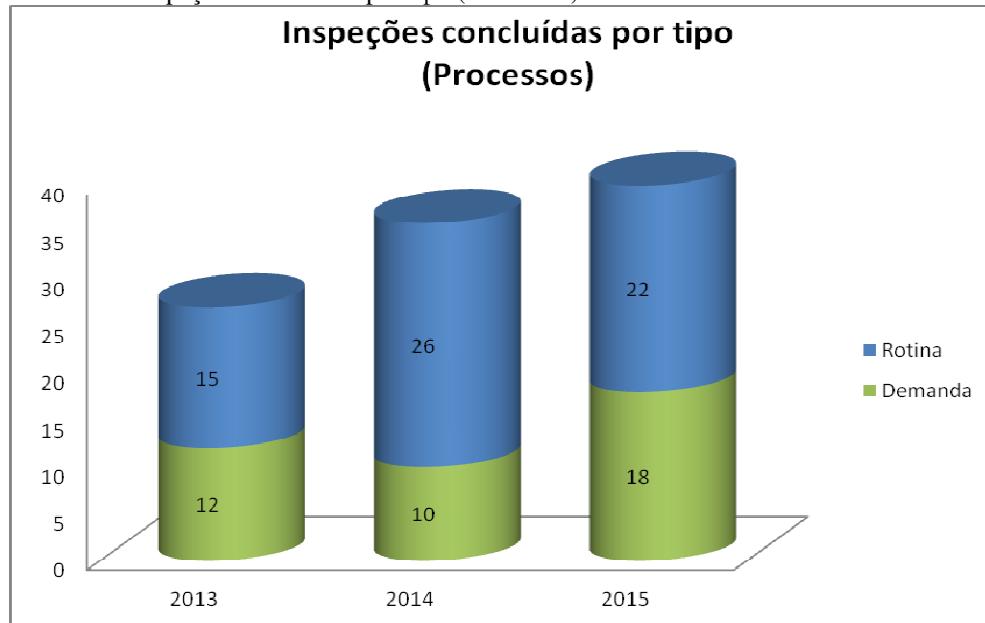
Gráfico 05: Inspeções concluídas por tipo (Inspecionados)



Fonte: CVM

Ainda em relação ao exercício de 2015, deve-se destacar o crescimento do número de processos concluídos pela SFI, considerando tanto as inspeções de rotina como as de demanda.

Gráfico 06: Inspeções concluídas por tipo (Processos)



Fonte: CVM

Embora tenha havido, em 2015, uma redução no número de inspeções realizadas, comparativamente ao ano anterior, tal fato se deve, basicamente, a uma mudança na

abordagem adotada nas inspeções de rotina voltadas para os segmentos de fundos de investimento e de intermediários, como será explicado a seguir.

No que diz respeito ao segmento de fundos de investimento, foi promovida uma completa revisão do conteúdo dos roteiros de inspeção até então adotados, passando-se a privilegiar um maior número de testes e de verificações documentais, notadamente em relação aos processos de aquisição e de monitoramento de operações envolvendo títulos de crédito privado.

Nesse particular, também foram incorporadas ações de fiscalização com o objetivo de verificar a adequação dos controles internos de gestores e administradores fiduciários à luz do que dispõe o Ofício-Circular/CVM/SIN/Nº 06/14, editado no final de 2014, com uma série de recomendações referentes a operações realizadas por fundos de investimento com ativos de crédito privado.

Em vista disso, foi reduzido o número de fundos a serem contemplados em tais inspeções de rotina, de forma que as verificações se concentrassem em fundos com maior exposição em operações e títulos de crédito e que, ao mesmo tempo, acolhessem, preferencialmente, recursos oriundos de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

Quanto ao segmento de intermediários, a redução do número de inspecionados visitados deveu-se, sobretudo, a uma mudança no enfoque das inspeções de rotina. Desse modo, no ano de 2015, privilegiou-se uma verificação mais detalhada dos níveis de controles internos e das práticas de *compliance* desses intermediários, ao passo que, no ano anterior, determinadas ações haviam contemplado também agentes autônomos de investimento associados a esses regulados, o que acabou gerando maior número de inspeções naquele ano.

É importante ressaltar que, com as revisões e mudanças realizadas nos roteiros das inspeções de rotina, espera-se atingir uma maior efetividade nos resultados de tais investigações, especialmente quanto à detecção de infrações de maior gravidade, de modo a aumentar, de maneira relevante, o número de instaurações de processos administrativos sancionadores. Ao que tudo indica, esse crescimento será verificado já no Plano Bienal em curso (2015-2016), com resultados percebidos no curto-prazo:

Quadro 21: Inspeções no âmbito da Supervisão Baseada em Risco

Inspeções no âmbito da Supervisão Baseada em Risco						
Ano de Conclusão da Inspeção (SFI)	Quantidade de Processos	Quantidade de Inspecionados	Processos em Análise	Processos Arquivados	Ofícios de Alerta Emitidos	Termos de Acusação Abertos
TOTAIS						
2011	14	110	0	1	13	1
2012	29	170	0	2	24	5
2013	15	249	0	0	16	5
2014	26	232	8	2	17	2
2015	22	87	20	0	1	1

Fonte: CVM

Deve-se destacar que, no exercício de 2015, foram iniciadas inspeções de rotina cujos temas e objetivos até então se afiguravam inéditos para as equipes de fiscalização externa. Nesse aspecto, as agências de classificação de risco de crédito foram incluídas no Plano Bienal 2015-2016. Foi desenvolvido um roteiro de inspeção com objetivo de verificar a adequação das agências de *rating* às disposições da Instrução CVM nº 521, de 2012, que regulamenta tal atividade no âmbito do mercado de valores mobiliários.

Também merece destaque a realização de inspeções de rotina com objetivo de detectar a ocorrência de giro excessivo, o chamado *churning*, nas carteiras de fundos de investimento. Tal trabalho se pautou em um exercício criterioso de análise e seleção de fundos de investimento, permitindo identificar uma relação potencial de fundos sujeitos a esse tipo de prática.

Finalmente, em 2015 a CVM continuou a desenvolver ações conjuntas de fiscalização com o Banco Central do Brasil, com objetivo de examinar o processo de originação e de estruturação de títulos de crédito e de recebíveis cedidos para carteiras de FIDCs. Nesse contexto, foram executadas inspeções conjuntas presenciais em uma série de prestadores de serviços associados a esses fundos, sendo ainda promovidas diversas trocas de informação sobre o tema, no âmbito do convênio mantido entre as duas entidades.

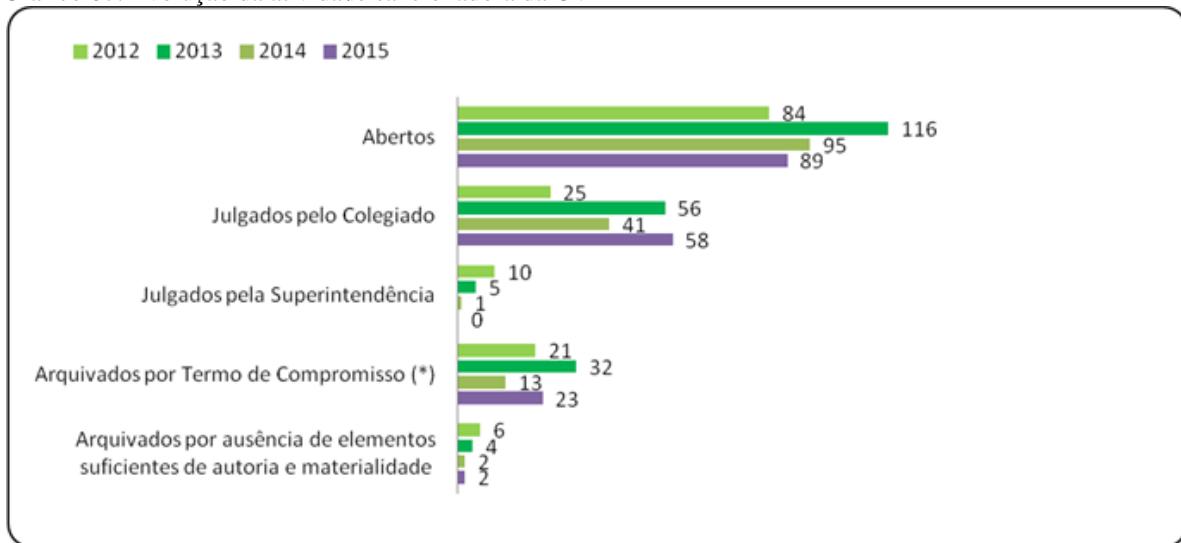
2.4.5 Sanção

No ano de 2015, a CVM instaurou 89 processos sancionadores. Nesse mesmo período, 58 processos foram julgados, sendo 55 de rito ordinário (casos mais complexos) e três recursos de rito sumário (casos de menor complexidade).

Adicionalmente, 23 processos sancionadores foram encerrados por meio de Termos de Compromisso. De outra parte, dois processos foram arquivados sem resultar em acusação, por ausência de elementos suficientes de autoria e materialidade.

O quadro a seguir expõe, em linhas gerais, a evolução da atividade sancionadora da CVM nos últimos cinco anos:

Gráfico 07: Evolução da atividade sancionadora da CVM



Fonte: CVM

* Ritos ordinário e sumário.

De acordo com o modelo de atividade sancionadora adotado atualmente pela CVM (cf. Deliberação CVM nº 538, de 2008), as superintendências responsáveis pela atividade de supervisão direta do mercado e de seus participantes podem instaurar processo sancionador e formular termo de acusação contra supostos infratores da legislação do mercado de valores mobiliários sempre que, por meio de investigação preliminar, encontrarem elementos suficientes de autoria e materialidade.

No entanto, investigações envolvendo um elevado grau de complexidade probatória são objeto de específico inquérito administrativo e conduzidas pela Superintendência de Processos Sancionadores – SPS em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada – PFE. Em 2015, sete novos inquéritos administrativos foram instaurados e outros 11 concluídos.

Quadro 22: Inquéritos Concluídos por tipo de Conclusão

Inquéritos Concluídos por tipo de Conclusão									
Tipo de Conclusão	Ano de Conclusão								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Acusação	5	9	10	8	8	13	12	9	74
Arquivamento	2	3	7	8	3	3	1	2	29
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	7	12	17	16	11	16	14	11	104

Fonte: CVM

Quanto ao resultado dos julgamentos, registrou-se, em 2015, um aumento do número de pessoas multadas (100), bem como do número de pessoas absolvidas (82). Neste ano ocorreu um aumento no número de acusados que receberam algum tipo de penalidade, quando comparados àqueles relativos ao ano anterior: 113 em 2014 contra 139 em 2015.

Dos 139 acusados punidos no ano de 2015, 100 foram multados, um suspenso, 20 advertidos, nove inabilitados e nove proibidos temporariamente de atuar e exercer qualquer atividade relacionada à intermediação, gestão ou distribuição de valores mobiliários. Foram aplicadas 152 multas atingindo a cifra de R\$ 207,8 milhões.

Quadro 23: Resultados dos Julgamentos

Resultados dos Julgamentos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Advertências	17	19	10	7	10	37	16	20
Multas	96	115	129	66	108	132	90	100
Suspensões	2	0	5	0	0	1	0	1
Inabilitações	7	1	9	2	5	11	5	9
Cassações	0	0	0	0	0	0	0	0
Proibições	0	0	1	0	0	1	2	9
Absolvições	150	69	400	22	150	102	35	82

Fonte: CVM

Concomitantemente, no que se refere aos termos de compromisso celebrados pela CVM para encerrar processos sancionadores ou procedimentos investigativos em curso, foram aprovadas 24 propostas em 2015, com 81 proponentes, atingindo a cifra de R\$ 15,7 milhões.

Quadro 24: Termos de Compromisso - Propostas Aprovadas

Termos de Compromisso - Propostas Aprovadas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Quantidade de processos	59	71	57	45	44	46	39	24
Valor total (R\$ mil)	11.128	47.299	173.759	19.045	54.982	18.228	20.574	15.690

Fonte: CVM

Por fim, dentre os julgamentos realizados pelo Colegiado da Autarquia em 2015, dois processos merecem destaque:

- PAS 15/2010 (Tele Norte Leste Participações S.A.), no qual foi apurada a ocorrência de insider primário, resultando na aplicação de uma multa no valor de R\$ R\$17.115.545,00.
- PAS 02/2011 (Minasfer S.A.), que resultou em uma inabilitação temporária por desvio de poder; uma multa no valor de R\$ 60.000,00 por aquisição de ações de sua própria emissão; duas multas por dever de diligência, no valor de R\$ 100.000,00 cada; duas multas por dever do acionista controlador, nos montantes de R\$ 400.000,00 e R\$ 300.000,00; uma multa por fato relevante –DRI no valor de R\$ 200.000,00; e duas advertências e duas multas no valor de R\$ 350.000,00, cada, por irregularidades nas demonstrações financeiras.

2.5 Apresentação e Análise de Indicadores Institucionais de Desempenho

Com o propósito de aumentar a efetividade de sua atuação, a CVM adota, desde o exercício de 2012, indicadores destinados à aferição do desempenho institucional para os macroprocessos finalísticos, de logística e de gestão.

Trata-se de mecanismo não diretamente afeto ao PPA e ao orçamento, que tem por finalidade precípua permitir uma avaliação integrada de atividades que, apesar de serem desenvolvidas por diferentes componentes organizacionais, apresentam correlação ou, até mesmo, interdependência.

Para 2015, as fórmulas dos indicadores, os planos de trabalho (desdobramentos referenciados nas fórmulas) e as metas foram definidos por meio dos seguintes normativos internos:

- Portaria/CVM/PTE/Nº 19, de 5/2/2015, publicada no Boletim de Pessoal nº 805, de 13/2/2015;
- Portaria/CVM/PTE/Nº 56, de 27/3/2015, publicada no Boletim de Pessoal nº 809, de 15/4/2015;
- Portaria/CVM/PTE/Nº 112, de 17/7/2015, publicada no Boletim de Pessoal nº 816, de 31/7/2015.

Mais detalhes podem ser obtidos mediante consulta aos referidos Boletins, disponíveis em http://www.cvm.gov.br/publicacao/boletim_pessoal.html

O resultado global alcançado pela CVM em 2015 foi de 85%. O detalhamento do cálculo encontra-se no quadro resumo a seguir.

Quadro 25 – Resultados e pesos dos Indicadores de Desempenho

Macroprocesso	Nº	Indicador	Peso	Resultado	
Finalístico	Supervisão + Registro	1	Fiscalização Externa	17,50%	100%
		2	Registro		97,20%
		3	Supervisão Baseada em Risco		94,60%
	Regulação + Orientação	4	Regulamentação	17,50%	87%
		5	Orientação 1		93%
		6	Orientação 2		100%
		7	Atuação Internacional		87,20%
	Sancionador	8	Sancionador 1	25%	80%
		9	Sancionador 2		0%
		10	Sancionador 3		100%
		11	Sancionador 4		100%
		12	Sancionador 5		100%
		13	Sancionador 6		100%
		14	Sancionador 7		100%
		15	Sancionador 8		100%

Macroprocesso		Nº	Indicador	Peso	Resultado
Gestão	Planejamento + Controle	16	Planejamento	20%	80%
		17	Projetos Estratégicos		60%
		18	Controle Interno		100%
		19	Ouvidoria		100%
Logística	Pessoas	20	Capacitação de Servidores 1	4%	65%
		21	Capacitação de Servidores 2		65%
		22	Cadastro SISAC		100%
	Informação	23	Tecnologia da Informação 1	8%	58%
		24	Tecnologia da Informação 2		0%
		25	Tecnologia da Informação 3		0%
		26	Tecnologia da Informação 4		85%
		27	Tecnologia da Informação 5		100%
		28	Tecnologia da Informação 6		87%
		29	Disponibilidade dos sites		100%
		30	Divulgação de decisões		0%
		31	Estudos e Análises		90%
		32	Atendimento a Imprensa		100%
		33	Relações Institucionais 1		100%
		34	Relações Institucionais 2		90%
		35	Relações Institucionais 3		100%
Bens e Serviços	Finanças	36	Arrecadação 1	3%	0%
		37	Arrecadação 2		100%
		38	Execução orçamentária 1		100%
		39	Execução orçamentária 2		100%
	Bens e Serviços	40	Licitações e Contratos 1	5%	83,30%
		41	Licitações e Contratos 2		80%
		42	Serviços Gerais		100%
Resultado Global CVM					85%

Fonte: CVM.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da CVM é constituída pelos componentes organizacionais descritos no item 1 deste Relatório e por Comitês, que têm por objetivo atuar em assuntos internos e de mercado, assim como coordenar projetos e realizar atividades que refletem no aprimoramento da atuação da entidade, notadamente com relação à governança estratégica, de riscos, de comunicação, de tecnologia da informação e de recursos humanos.

- Comitê Gestor de Comunicação Social
- Comitê de Governança Estratégica
- Comitê de Governança de Tecnologia da Informação
- Comitê de Termo de Compromisso
- Comitê de Gestão de Risco (SBR)
- Comitê de Gestão de Riscos Institucionais
- Comitê de Identificação de Riscos
- Comitê de Conflito de Interesses
- Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações
- Comitê Gestor de Capacitação
- Comissão de Gestão de Desempenho

As atribuições dos componentes organizacionais são estabelecidas pelo Decreto nº 6.382, de 2008, e as finalidades, composições e procedimentos de atuação dos Comitês por meio de Deliberações e Portarias editadas pela CVM, disponíveis em seu site institucional:

http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/institucional/comites/comites.html

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Quadro 26: Lista de Dirigentes e Colegiados

PRESIDENTE (PTE)			
Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<ul style="list-style-type: none"> Planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades da CVM, em estreita consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN; Representar a CVM, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, em casos específicos, delegar estas atribuições a outros membros do Colegiado; e Convocar e presidir as reuniões do Colegiado. 	Leonardo Porciúncula Gomes Pereira	Presidente	01/01/15 a 31/12/15
DIRETORES			
Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<ul style="list-style-type: none"> Fixar a política geral da CVM; e Expedir os atos normativos e exercer outras atribuições legais e complementares de competência da CVM. 	Luciana Pires Dias Roberto Tadeu Antunes Fernandes Gustavo Rabelo Tavares Borba (nomeado em 06/08/15) Pablo Waldemar Renteria (nomeado em 22/01/15)	Diretor	01/01/15 a 31/12/15
SUPERINTENDENTE GERAL (SGE)			
Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
<ul style="list-style-type: none"> Coordenar as atividades executivas da CVM, por intermédio das Superintendências a ela subordinadas, cumprindo as diretrizes e determinações emanadas do Colegiado; Supervisionar as atividades executadas pelas Superintendências; e Acompanhar e controlar o desempenho das áreas técnicas. 	Alexandre Pinheiro dos Santos	Superintendente Geral	01/01/15 a 31/12/15

* Cargos DAS 101.6 (PTE) e 101.5 (Demais)

Fonte: CVM.

3.3 Atuação da unidade de auditoria interna

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A Auditoria Interna da CVM integra a rede institucional de controle governamental, composta ainda pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pela Controladoria Geral da União – CGU, esta desempenhando a figura de Órgão de Controle Interno – OCI do Poder Executivo Federal.

Com a CGU, a AUD mantém relação de orientação normativa e supervisão técnica, incluindo a definição do planejamento anual de ações de auditoria, além do fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados e atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

A principal norma que norteia os trabalhos da área é a Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015.

b) Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão;

As ações de auditoria realizadas no exercício de 2015 estão summarizadas no quadro a seguir.

Quadro 27: Ações de auditoria realizadas no exercício de 2015

ÁREAS AUDITADAS	ESCOPOS EXAMINADOS
SAD / SPL	Verificação das contas da CVM e do Relatório de Gestão relativos ao exercício de 2014, emitindo Parecer de Auditoria, nos termos do Decreto nº 3.591/2000 e da Decisão Normativa TCU nº 63/2010.
DIVERSAS	Revisão de recomendações formuladas pela AUD em anos anteriores.
SAD	Auditória dos processos de compras, gestão e fiscalização dos contratos da CVM, abrangendo os processos já encerrados e aqueles ainda em andamento, selecionados de acordo com critérios abaixo mencionados, sem prejuízo da verificação de qualquer outro processo por conveniência da AUD: (i) Materialidade - montante dos recursos orçamentários ou financeiros alocados a determinada aquisição (em R\$); e (ii) Criticidade - relevância da aquisição ou grau de vulnerabilidade dos controles relacionados à determinada gestão, de acordo com a avaliação da AUD.
SPL / SEP / SIN / SMI / SNC	Observância aos dispositivos da Resolução CMN nº 3.427/2006 e da Deliberação CVM nº 521/2007, referentes à implantação do Sistema de Supervisão Baseado em Risco.
SAD	Verificação dos controles existentes na execução financeira do orçamento da CVM, quando da realização dos pagamentos e desembolsos, e na respectiva retenção de tributos, em observância a toda legislação pertinente ao assunto.
DIVERSAS	a) Acompanhamento das atividades de correição. b) Relatórios de conclusão dos trabalhos das Comissões de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares - PAD.
SAD	Verificar os controles nos procedimentos adotados pela Autarquia na elaboração da folha de pagamentos.

ÁREAS AUDITADAS	ESCOPOS EXAMINADOS
SAD / SSI / PFE / SPL / SPS	a) Verificação do atendimento às recomendações do TCU de Acórdãos emanados por aquele Tribunal; b) Verificação do atendimento às recomendações da CGU, oriundas de auditorias de acompanhamento de gestão e as constantes da Auditoria de Prestação de Contas 2011.
SPL / DIVERSAS	Verificações relativas à execução das ações do Plano Plurianual – PPA sob responsabilidade dos componentes organizacionais da CVM.
SSI	Verificações na atividade de administração dos dados da CVM, considerando, principalmente, as dimensões de processos, tecnologia, ambiental e adequação dos recursos físicos e humanos.
GAH	Verificações na formalização dos processos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal ocorridos em 2014.
SSI	Verificações na gestão do desenvolvimento e manutenção dos sistemas da Autarquia.

Fonte: CVM.

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade;

- c.1 O quadro apresentado no item anterior lista as ações de auditoria realizadas no ano de 2015, que correspondem, integralmente, ao planejamento estabelecido pelo Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT da CVM para o exercício.
- c.2 A auditoria dos **Processos Licitatórios e Contratos** examinou 12 processos no ano, sendo sete no primeiro semestre e cinco no segundo, representando, em termos de recursos, um montante de R\$ 8.580.590,54. As oportunidades de melhoria e não conformidades identificadas resultaram em diversas recomendações no sentido de aprimorar os procedimentos adotados.
- c.3 Com resultado da auditoria relacionada ao **Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco 2013-2014**, a AUD recomendou às áreas finalísticas incluir, no relatório semestral de prestação de contas, informação específica acerca das análises pendentes de finalização, pois verificou-se que, após quase um ano do encerramento do biênio 2013-2014, ainda constam pendências de conclusão da supervisão programada para o referido período. Adicionalmente, foi realizada a revisão da implementação das recomendações feitas anteriormente.
- c.4 Na avaliação do cumprimento das metas da CVM incluídas no **PPA 2012-2015**, relativas ao ano de 2014, verificou-se que a Autarquia está atendendo o previsto no Plano.
- c.5 Na área de **Tecnologia da Informação**, foram feitas duas ações de auditoria: uma na atividade de administração do banco de dados e outra na gestão e desenvolvimento dos sistemas. Em ambas foram feitas diversas recomendações para a melhoria destas atividades.

c.6 No exame dos controles existentes na **execução financeira do orçamento** da CVM, verificou-se, em todos os processos examinados, a necessidade de segregação entre os registros contábeis e financeiros. Também foi feita a recomendação de se publicar na *intranet/internet* o orçamento da CVM, bem como o acompanhamento mensal de sua execução, a fim conferir transparência acerca dos gastos públicos institucionais.

c.7 Na revisão das **aposentadorias, pensões e admissões**, foi avaliada a tempestividade no cumprimento dos prazos previstos na Lei N° 9784 de 1999.

Assim, tanto para as auditorias destacadas acima, bem como para as demais revisões executadas pela AUD ao longo do ano, as recomendações feitas foram atendidas ou a sua implantação encontra-se “em andamento”.

Por fim, não ocorreram, em 2015, recomendações ou determinações provenientes dos órgãos de controle interno e externo. As recomendações anteriormente exaradas por essas instâncias de controle foram implantadas até o ano de 2014. Atualmente, a CGU está executando uma auditoria relacionada ao macroprocesso sancionador da CVM. O trabalho ainda não chegou a termo e não foi conferida à entidade ciência das conclusões intermediárias (aguarda-se a emissão de relatório preliminar).

d) Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

A Auditoria Interna está subordinada diretamente à Presidência da CVM, conforme estrutura regimental definida pelo Decreto nº 6.382, de 27/2/2008. A unidade acumula também as atividades típicas de uma corregedoria, inclusive de relacionamento com a Corregedoria Geral da União - CRG.

No escopo de suas atividades de controle interno, cabe à AUD propor ao Colegiado a adoção de medidas com a finalidade de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle na Autarquia.

Nesse sentido, em janeiro de 2015, a AUD propôs e o Colegiado da CVM aprovou a edição de norma interna definindo os papéis e responsabilidades da auditoria interna e das demais áreas da organização nos diversos aspectos do processo de auditagem.

Para além deste importante documento, também foi aprovado o Código de Ética e o Termo de Objetividade e Confidencialidade da Auditoria Interna da CVM, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e com o Código de Ética dos servidores da CVM, também guardando consonância com os princípios da Decisão TCU N° 507/01 – Plenário, em especial quanto às normas nacionais e internacionais de auditoria interna.

No âmbito de suas atividades de corregedoria interna, a partir da Portaria/CVM/PTE/N° 003/2015, em que se estabeleceu o regulamento interno disciplinar da CVM, foi criada a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPAD, responsável pela condução de procedimentos correicionais.

Em termos de estrutura, a área conta atualmente com o seguinte quadro: Auditor-Chefe, seis analistas e um assistente administrativo. No ano de 2015, um agente executivo foi transferido para outro componente organizacional e a unidade de Auditoria recebeu um analista, que veio reforçar a equipe na área de conhecimento ‘Tecnologia da Informação’.

3.4 Atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos

Conforme mencionado no item anterior, atualmente as atividades de correição estão compreendidas dentro da unidade de Auditoria Interna, em consonância com o Decreto nº 6.382, de 27/02/2008, que aprovou a estrutura organizacional da CVM.

Destarte, conforme estabelece o art. 12, inciso IV, do referido diploma legal, a AUD auxilia o órgão central do sistema de correição do poder executivo federal, bem como adota providências atinentes à matéria correicional, como, por exemplo, instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares, indicar os membros das comissões e fiscalizar o cumprimento das recomendações das comissões exaradas em seus relatórios finais.

Com a emissão da Portaria CVM/PTE/Nº 003, referida anteriormente, ocorreu um incremento nas atividades de corregedoria. Assim, em 2015 houve a realização de cinco Sindicâncias e três PAD, sucintamente descritos a seguir:

Sindicâncias (05)

- 199570014832015/83 – Improbidade administrativa;
- 199570025842015/71 – Comportamento inadequado de servidor;
- 199570004132015/16 – Prescrição de crédito fiscal;
- 199570014432015/31 – Inobservância de normas;
- 199570010912015/14 – Gerência de sociedade comercial.

PAD (03)

- 199570000862015/94 – Abandono de cargo;
- 199570026312015/87 – Abandono de cargo;
- 199570011782015/91 – Inobservância de normas.

Todos os PAD acima descritos foram concluídos, com emissão dos relatórios finais.

No ano de 2015, a corregedoria continuou acompanhando três processos disciplinares:

- i. referente à ressarcimento de valores percebidos por servidora indevidamente;
- ii. referente à apuração e providências da parte da Comissão de Ética em relação à conduta de servidores; e
- iii. referente ao processo que trata de apuração de ausência injustificada por 63 dias consecutivos de servidor.

Em relação ao primeiro processo, a servidora, com base na Deliberação CVM nº 447/02, pleiteou o parcelamento de sua dívida em 60 vezes e teve o referido pleito acatado. Os débitos foram integralmente quitados em 30/11/2015.

No segundo caso, foi instaurado o Processo de Apuração Ética Nº 2014-01, arquivado em virtude de as condutas indicadas não constituírem infração de natureza ética.

No caso do servidor com ausência injustificada, e considerando a situação emocional e de saúde do mesmo, foi feita recomendação destinada à adoção de medidas especiais para o

acompanhamento do servidor e esforços no sentido de reintegrá-lo ao trabalho, preventivamente ao surgimento de novas crises. O servidor permanece em quadro evolutivo desde seu reingresso na CVM, após a alta médica, não tendo havido reincidência.

Finalmente, registra-se que a CVM está em conformidade com a Portaria CGU nº 1.043, de 2007, tendo adotado o sistema CGU-PAD para gestão e registro das informações correicionais.

3.5 Gestão riscos e controles internos

Desde meados da última década, a CVM tem procurado aprimorar a sua governança por meio do fortalecimento de seus processos internos de identificação, avaliação e mitigação de riscos.

Nesse sentido, a Autarquia adota, desde 2009, um sistema de Supervisão Baseada em Riscos – SBR, nos termos da Resolução CMN nº 3.427, de 2006, e da Deliberação CVM nº 521, de 2007.

Ao mesmo tempo em que a metodologia permite à CVM direcionar a sua atuação para os principais riscos relacionados ao desempenho de suas atribuições legais, racionalizando a utilização de recursos materiais e humanos e buscando uma abordagem mais preventiva do que reativa, os instrumentos de formalização do processo – Plano Bienal e Relatórios Semestrais – conferem o grau de transparência esperado de uma entidade integrante da administração pública.

Outros mecanismos e fóruns compõem, em conjunto com o SBR, o sistema de gestão de riscos da entidade:

- Comitê de Identificação de Riscos – CIR: fórum permanente de discussão que reúne os titulares de áreas estratégicas com o objetivo de examinar regularmente as atividades do mercado e de seus participantes, em particular o impacto de novos produtos, atividades e serviços, e analisar se os poderes conferidos ao regulador, sua estrutura operacional e regulamentos são suficientes para mitigar os potenciais riscos emergentes identificados;
- Comitê de Gestão de Riscos Institucionais – CGRI: fórum permanente de discussão que reúne os titulares de áreas estratégicas com o objetivo de identificar riscos aos quais a entidade se encontra exposta, incluindo riscos operacionais, reputacionais e aqueles relacionados à autorregulação.
- Participação ativa no Grupo de Trabalho *da International Organization of Securities Commissions* - IOSCO responsável pela discussão de questões relacionadas à identificação e à mitigação do risco sistêmico;
- Participação ativa no Subcomitê de Monitoramento da Estabilidade do Sistema Financeiro – SUMEF, fórum permanente para o intercâmbio de informações e para a realização de ações conjuntas destinadas ao monitoramento dos mercados e segmentos regulados pela CVM, pelo BACEN, pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Cada fórum e mecanismo ora apresentado possui sua forma de organização específica, inclusive no que se refere à metodologia de identificação, avaliação e mitigação de riscos.

No entanto, além da execução de ações de mitigação específicas decorrentes dos planos estabelecidos, como, por exemplo, o Plano Bienal de Supervisão Baseada em Risco, a CVM utiliza os indicadores institucionais de desempenho como ferramenta para definição e cobrança de ações que, direta ou indiretamente, contribuem para a mitigação de riscos identificados.

A propósito, vale destacar que, com o objetivo de aumentar a efetividade de sua atuação, a CVM adota, desde o exercício de 2012, indicadores destinados à aferição do desempenho institucional para os macroprocessos finalísticos, de apoio e de gestão.

Trata-se de mecanismo não diretamente afeto ao PPA e ao orçamento, que tem por finalidade precípua permitir uma avaliação integrada de atividades que, apesar de serem desenvolvidas por diferentes componentes organizacionais, apresentam correlação ou, até mesmo, interdependência.

Resumidamente, os indicadores de desempenho institucional são estabelecidos por macroprocessos e observam a cadeia de valor integrada da CVM, notadamente com relação ao mandato legal conferido à entidade pela Lei 6.385/76.

As metas são definidas a cada exercício e os resultados apurados semestralmente. Esse processo, além de alinhar as expectativas da alta administração e do corpo técnico, permite uma avaliação do desempenho das atividades, processos, projetos e unidades organizacionais contribuindo diretamente para a orientação e a reorientação de iniciativas nos níveis estratégico, tático e operacional.

Complementarmente, a Auditoria Interna utiliza estes indicadores em seus exames como sinalizadores da situação dos macroprocessos meios e finalísticos críticos para o desempenho institucional da CVM.

Aliás, como exemplo de aprimoramento à avaliação e melhoria dos controles internos, a Auditoria Interna também realiza o mapeamento de risco para a seleção de atividades e processos que são examinados.

Dessa forma, a CVM considera, em seus diversos níveis de atuação (estratégico, tático e operacional), os riscos apresentados pelo ambiente no qual está inserida, que podem ter influência direta não só sobre os produtos e serviços gerados pela entidade, mas também nos seus processos organizacionais.

3.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O item 3.6 não se aplica à CVM.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

A CVM dispõe dos seguintes canais de acesso do cidadão:

- a. Atendimento Eletrônico (disponível em www.cvm.gov.br).

O principal canal de atendimento da CVM continua a ser o Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, disponível em sua página institucional na *internet*, para o cadastramento de consultas, reclamações, denúncias e sugestões dos investidores e do público em geral.

O SAC exige a identificação do usuário, com o cadastramento de senha pessoal, evitando a delação anônima e assegurando ao cidadão o protocolo, de forma segura, de sua demanda junto à CVM.

A CVM também disponibiliza serviço de Ouvidoria, canal disponível para o cidadão insatisfeito com o atendimento a ele prestado por qualquer órgão da entidade, e oferece suporte aos usuários de seus sistemas de informática, utilizados não apenas para o cumprimento de obrigações regulatórias pelos diversos agentes de mercado, mas também pelo público em geral, interessado nos dados disponibilizados no *site*.

- b. Atendimento Presencial.

Desde 2015, a CVM oferece atendimento presencial ao cidadão em sua sede, no Rio de Janeiro, no horário das 8h às 20h, de forma ininterrupta. Nas unidades regionais de São Paulo e Brasília, o atendimento ocorre das 9h às 13h e das 14h às 18h.

A Autarquia também opera dois centros de consultas, com serviço para acesso e obtenção de cópias de processos administrativos e de outros documentos, relativos ao mercado de valores mobiliários ou à administração da CVM, mantidos sob a guarda da entidade. Esses serviços estão disponíveis na sede da CVM e na regional de São Paulo, nos seguintes horários: das 10h às 12h30 e das 14h30 às 17h.

O Centro de Consultas do Rio de Janeiro também opera o atendimento presencial do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. No mesmo sentido, a Coordenação de Controle de Processos – CCP oferece aos indiciados e acusados meios para ter vistas e cópias dos processos sancionadores.

A Biblioteca da CVM, instalada na sede da Autarquia, também oferece atendimento aos servidores e ao público em geral durante o horário de expediente.

- c. Atendimento Telefônico.

Em 2015, a CVM contratou nova empresa para operacionalizar sua “Central 0800”, canal de atendimento retomado a partir de 2016, com funcionamento durante os dias úteis, das 8h às 20h.

Além do serviço gratuito (0800), também se encontra disponível o atendimento telefônico direto na CVM, das 8h às 20h, na sede da Autarquia, e no horário de expediente, na regional em São Paulo. Em Brasília, eventuais ligações são redirecionadas para o Rio de Janeiro.

d. Estatísticas de Atendimento.

- Canais de comunicação com o público externo

Quadro 28: Atendimentos realizados pela Ouvidoria.

Quantidade de demandas pendentes no início de 2015	Quantidade de demandas recebidas durante 2015	Quantidade de demandas respondidas em 2015	Quantidade de demandas pendentes ao final de 2015	Tempo médio das respostas em 2015
3	175	176	2	4,5 (dias)

Fonte: Ouvidoria / CVM.

Quadro 29: Atendimentos realizados pela Comissão de Ética

	Quantidade de demandas pendentes no início de 2015	Quantidade de demandas recebidas durante 2015	Quantidade de demandas respondidas em 2015	Quantidade de demandas pendentes ao final de 2015	Tempo médio das respostas em 2015
Internas	0	40	39	1	3 dias
Externas	0	1	1	0	*
TOTAL	0	41	40	1	3 dias

* As demandas externas são encaminhadas para a SOI, por se tratarem de assuntos do Mercado.

Fonte: Comissão de Ética / CVM.

Quadro 30 – Atendimentos realizados pela Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores.

Tipo de Atendimento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Presencial	1.731	1.336	1.138	970	923	1.452
Telefônico	7.741	5.412	4.071	4.080	4.396	4.913
Processos	975	1.046	932	780	451	421
CENTRAL 0800	26.793	14.586	21.033	9.109	2.689	0
SAC	10.762	8.481	7.603	5.750	5.022	5.281
Outros	35	18	0	0	0	0
SUB-TOTAL	48.037	30.879	34.777	20.689	13.481	12.067
Publicações	77.937	28.667	9.585	13.575	30.441	55.284
TOTAL	125.974	59.546	44.362	34.264	43.922	67.351

Fonte: CVM.

Gráfico 08: Abertura de Processos Administrativos por assunto - 2015



Fonte:SOI/CVM.

4.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da CVM encontra-se disponível na página institucional da entidade na *internet*, podendo ser acessada diretamente por meio do seguinte *link*:
http://www.cvm.gov.br/menu/atendimento/carta_servicos.html

4.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Conforme anteriormente mencionado, o principal canal da CVM de atendimento ao cidadão é eletrônico (SAC), cujo acesso pode ser feito por meio do *site* da entidade (página principal).

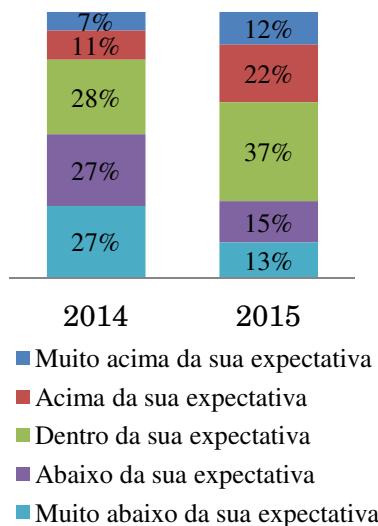
Considerando a possibilidade de utilização de aplicativos específicos para avaliação de forma praticamente automatizada, o SAC tem sido o canal prioritário para aferição do grau de satisfação do cidadão, não apenas com relação ao atendimento diretamente realizado, mas também quanto à atuação da Autarquia de forma geral.

Tendo em vista que todas as demandas que ingressam por meio do SAC exigem o registro do endereço eletrônico do cidadão como condição para a apresentação de consultas, sugestões, reclamações e denúncias, a Autarquia passou a encaminhar pesquisas de satisfação abrangendo todas as pessoas que acessaram o referido sistema a partir de 1/1/2011. Trata-se de pesquisa quantitativa, baseada em questionário estruturado, de autocompletamento, encaminhado aos usuários por mensagem eletrônica.

A partir de 1/1/2015, essa pesquisa passou a ser feita com maior frequência, em base mensal. As iniciativas educacionais da Autarquia também são objeto de avaliação, de modo que os participantes de eventos presenciais também são consultados, utilizando-se o mesmo procedimento.

Em relação aos atendimentos realizados por meio do SAC, observa-se em 2015, em geral, uma melhora quanto à qualidade da experiência do cidadão com o atendimento da entidade, como se depreende do gráfico a seguir:

Gráfico 09: Avaliação do serviço prestado



Fonte: SOI/CVM.

No que se refere a cada atendimento prestado, a tabela a seguir evidencia o aprimoramento em todos os quesitos submetidos à avaliação do público:

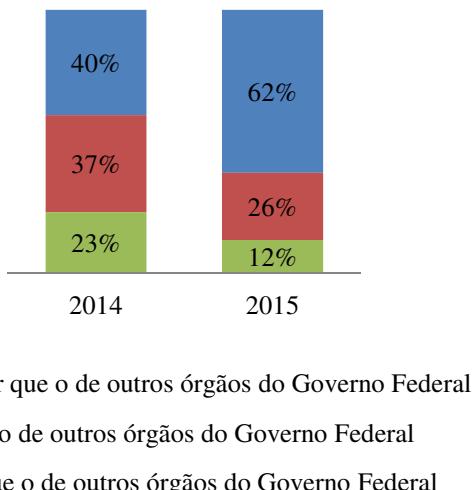
Quadro 31: Pesquisa sobre o atendimento prestado

	Concordam total / parcialmente	Indiferente	Discordam total / parcialmente	Concordam total / parcialmente	Indiferente	Discordam total / parcialmente
Os canais de atendimento disponíveis (0800, SAC, atendimento pessoal) são adequados ao investidor	48%	29%	24%	51%	24%	25%
É fácil localizar o “Fale com a CVM” na página da CVM na internet	68%	11%	20%	69%	10%	21%
É fácil encaminhar uma consulta/reclamação pelo “Fale com a CVM”	65%	9%	25%	71%	7%	21%
Ao enviar uma consulta/reclamação pelo “Fale com a CVM”, tenho a certeza de que serei respondido	57%	14%	28%	68%	14%	18%
As consultas e reclamações recebem rápida resposta inicial da CVM	49%	15%	36%	67%	10%	23%
A CVM encaminha uma resposta final em tempo razoável	46%	13%	42%	65%	10%	25%
A qualidade da resposta da CVM é boa	39%	11%	49%	60%	8%	32%
A resposta da CVM é clara e compreensível	47%	14%	40%	67%	10%	22%
Confio na resposta fornecida pela CVM	54%	15%	32%	72%	9%	19%
Minha consulta/reclamação foi analisada com a devida atenção	43%	12%	45%	63%	11%	26%
A resposta da CVM foi favorável ao meu pedido ou reclamação	33%	27%	40%	52%	20%	28%

Fonte: SOI/CVM.

Quando comparado o atendimento da CVM com relação àquele obtido nos demais órgãos federais, têm-se o seguinte resultado:

Gráfico 10: Comparação do atendimento da CVM com o prestado por outros Órgãos Federais



Fonte: SOI/CVM.

Importa salientar que em 2015 a CVM realizou pesquisa específica sobre a satisfação do usuário com o novo horário de atendimento (8h às 20h), que funcionou em caráter experimental durante o primeiro semestre. Os resultados indicaram uma sensível melhoria, de modo que o referido esquema de funcionamento ininterrupto, em dois turnos de 6h, passou a vigorar de forma permanente e não mais provisória.

Cabe mencionar, ainda, o grau de satisfação com o atendimento presencial: 58% apontaram que o atendimento foi “muito acima da expectativa”, enquanto 20% e 18,60%, respectivamente, indicaram “acima da expectativa” e “dentro da expectativa”. Com efeito, apenas 2,9% indicaram que o atendimento ficou abaixo da expectativa, sendo que não houve avaliação “muito abaixo da expectativa”.

4.4 Mecanismos de transparéncia das informações relevantes sobre a atuação da CVM

A página da Autarquia na *internet* oferece diversas informações com o objetivo de conferir maior transparéncia aos atos de gestão da entidade (www.cvm.gov.br).

No item “Acesso à Informação CVM”, estão disponíveis informações consideradas obrigatórias e outras específicas, tais como:

- Plano Estratégico 2013-2023;
- Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco (período 2009 a 2016);
- Relatórios Semestrais de monitoramento do SBR (período 2009 a 2015);
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2013-2017);
- Relatórios Anuais (desde 2005);
- Prestações de Contas e Relatórios de Gestão (desde 2004);
- Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT 2016);
- Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT 2015);
- Informações sobre os Indicadores de Desempenho Institucional (2015);
- Arrecadação da taxa de fiscalização da CVM (desde 2004);
- Carta de Serviços ao Cidadão.

Informações sobre todos os convênios (que no caso da CVM não envolvem transferência de recursos orçamentários), bem como licitações, contratos e atas também estão disponíveis no site, que dispõe, ainda, de uma seção específica dedicada à Comissão de Ética da Autarquia, órgão responsável por zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal.

A composição da Comissão, seus normativos internos, decisões e canais de contato estão disponíveis no seguinte link:

http://www.cvm.gov.br/menu/acesso_informacao/etica/cecvm.html

4.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Embora a sede da Autarquia esteja localizada em um prédio com mais de 40 anos de construção, suas instalações foram modernizadas há alguns anos, permitindo um melhor acesso do público. As regionais do Distrito Federal e São Paulo funcionam em prédios modernos, com instalações adequadas e de fácil acesso.

No caso do Rio de Janeiro, o atendimento ao público fica localizado no andar que possui o maior número de elevadores (5º andar). De uma forma geral, os serviços que atendem o cidadão estão nos andares mais baixos, como é o caso do protocolo (2º andar), da biblioteca e da Coordenação de Controle de Processos (3º andar).

Não há barreiras físicas que impeçam o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. No entanto, considerando que a CVM definiu como um de seus objetivos estratégicos a ampliação e a modernização de suas instalações, as soluções encontradas para esses projetos poderão permitir que o atendimento ao público, tanto da atividade educacional como de proteção e orientação do investidor, seja realizado em andar (ou outro imóvel) com acesso direto à rua, o que facilitaria sobremaneira o acesso do público.

Cumpre mencionar que em 2015 foi iniciado projeto destinado à implantação de um Centro Educacional, que visa oferecer novos serviços de atendimento ao público, concentrados, a princípio, no 3º andar da sede, a saber: núcleo de memória, núcleo educacional e espaço de exposições, além dos serviços da biblioteca. A inauguração do Centro está prevista para ocorrer em dezembro de 2016.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

A CVM passou a realizar o registro da depreciação a partir do exercício de 2011. No exercício de 2015, os dispositivos da NBC T 16.9 relativos à depreciação foram atendidos parcialmente, observando-se que o método de depreciação é compatível com a vida útil econômica dos ativos e aplicado uniformemente, de acordo com a Macro Função SIAFI 03.03.30.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado pela Autarquia foi o de quotas constantes até 31/12/13.

Para os bens móveis, de modo a minimizar o impacto da ausência dos valores calculados individualmente com base na vida útil estimada e quotas constantes, o lançamento no exercício de 2015 foi efetuado com base no valor fixo mensal projetado a partir dos valores de dezembro de 2013.

O sistema de controle de patrimônio utilizado pela CVM é o ASI, da empresa Link Data, a qual afirma utilizar a parametrização de acordo com a Macro Função SIAFI 03.03.30.

Os seguintes fatores são considerados para estimar a vida útil econômica do ativo:

- (1) a capacidade de geração de benefícios futuros;
- (2) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- (3) a obsolescência tecnológica;
- (4) os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido foi a mesma aplicada no exercício anterior, conforme a seguir exposto:

- Das disponibilidades:

As disponibilidades são em moeda nacional e mensuradas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

- Dos créditos e dívidas:

Os créditos e as obrigações são em moeda nacional e mensurados pelo valor original. A dívida ativa, especificamente, é atualizada na forma da legislação vigente, de acordo com informação da Procuradoria Federal Especializada (PFE-CVM).

Os riscos de recebimento dos créditos de dívida ativa são reconhecidos em conta de ajuste, a qual é lançada após aprovação, pela PFE-CVM, dos valores calculados na forma exemplificada pelo Manual de Dívida Ativa da União, utilizando o método da

“Média ponderada de recebimento sobre o saldo devedor de longo prazo”. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

- Dos estoques:

Os estoques são avaliados pelo valor de aquisição; o consumo, com base no custo médio.

- Do imobilizado:

O imobilizado é contabilizado de acordo com os valores apurados pelo SPIU, para os bens imóveis, e pelo sistema de controle patrimonial da empresa Link Data, para os bens móveis.

A utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela CVM no presente exercício encontram-se registrados, tendo impactado o resultado do exercício de 2014 e anteriores conforme abaixo:

- Ajuste de Exercícios anteriores a 2011	R\$ 66.259,49
- Depreciação referente ao exercício de 2011	R\$ 245.024,91
- Depreciação referente ao exercício de 2012	R\$ 338.868,38
- Depreciação referente ao exercício de 2013	R\$ 694.943,58
- Depreciação referente ao exercício de 2014	R\$ 980.619,16
- Depreciação referente ao exercício de 2015	R\$ 984.703,02

5.2 Sistema de apuração de custos no âmbito da unidade

Conforme mencionado no item 6.3 do Relatório de Gestão de 2014, a adoção do Sistema de Informação do Governo Federal – SIC, que tem como objetivo apurar os custos dos programas e unidades da Administração Pública Federal, é objeto de um projeto estratégico no âmbito do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMIMF. Não obstante estar prevista a adoção gradativa do SIC pelos órgãos, a CVM já solicitou a sua adesão por meio do Ofício CVM/SAD nº 13, de 2016.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As demonstrações contábeis regidas pela Lei nº 4.320, de 1964, encontram-se inseridas no Anexo I; a Declaração do Contador, em substituição às notas explicativas, no Anexo II.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 32: Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	656	538	08	26
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	656	538	08	26
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	610	507	04	21
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	46	28	03	05
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	3	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há (*)	28	06	08
4. Total de Servidores (1+2+3)	656	566	14	34

(*) Não há especificação sobre quantos servidores ocupantes de cargo em comissão da Unidade Jurisdicionada - UJ, objeto desse campo, devem possuir ou não vínculo com a Administração.

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e Sistema de Recursos Humanos – SRH da CVM.

Quadro 33- Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	181	357
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	181	357
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	151	356
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	28	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	01
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	18
4. Total de Servidores (1+2+3)	191	375

Área meio: SAD, PFE, AUD, ASA, ASC, SGE, SSI, SPL e SRB.

Área fim: os demais CO.

Fonte: SIAPE e SRH da CVM.

Quadro 34: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	104	102	37	36
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	104 (*)	102	37	36
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	64	26	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício	Não há	05	04	04
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	03	01	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	28	06	07
1.2.5. Aposentados	Não há	02	0	01
2. Funções Gratificadas	68 (**)	64	16	13
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	64	13	08
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	03	05
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	172	166	53	49

(*) As vagas autorizadas para os cargos de Grupo Direção Assessoramento Superior não têm discriminação definida, podendo ser distribuídas entre todas as tipologias descritas. Assim, optamos pela utilização da rubrica “não há” nos demais campos da coluna “Lotação Autorizada”.

(**) As Funções Gratificadas não têm discriminação definida, podendo ser distribuídas entre todas as tipologias descritas. Assim, optamos pela utilização da rubrica “não há” nos demais campos da coluna “Lotação Autorizada”.

Fonte: SIAPE e SRH da CVM.

Análise Crítica:

- **Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;**

A distribuição do pessoal entre as áreas já respeita a preponderância das atividades-fim desempenhadas pela CVM, tendo em vista que as áreas finalísticas respondem por 66% da força de trabalho alocada, conforme Quadro 33 de Distribuição da Lotação Efetiva, representando praticamente o dobro do contingente alocado nas áreas meio.

A CVM realizou um estudo onde as diversas áreas cotejaram o seu quantitativo atual de servidores com o quantitativo ideal previsto para 2018, levando em conta suas visões de futuro e a respectiva necessidade de pessoal projetada para fazer frente às novas demandas, com base nas diversas ações do seu Planejamento Estratégico 2013-2023. Este estudo já prevê a distribuição deste quantitativo conforme as necessidades apontadas pelas diversas áreas.

- **Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;**

A CVM solicita aos servidores, na sua posse, uma declaração, na qual o servidor, ainda não empossado, se compromete com a informação de não acumulação com outro cargo público.

Não há acompanhamento posterior sobre a eventual acumulação, até por conta da impossibilidade de acessar a situação de todos os servidores em todas as esferas de governo, sobretudo as estaduais e municipais, dado que, no caso da esfera Federal, grande parte desse controle parte do próprio SIAPE.

- **Quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da UJ e possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho**

Desde sua criação, a CVM vem mantendo um quadro de pessoal relativamente reduzido, se confrontado com a variedade de atribuições da Autarquia e com a importância do mercado de valores mobiliários na economia brasileira.

Este cenário pode ser verificado no quadro a seguir, que apresenta a proporção de regulados por servidores de carreira no Brasil, comparada a outras jurisdições importantes, onde se pode constatar que esta proporção é substancialmente maior no mercado de valores mobiliários brasileiro:

Quadro 35: Proporção de regulados por número de servidores

Proporção de regulados / servidores			
	SEC*	ASIC**	CVM***
Nº de Regulados	38.435	68.543	47.650
Nº de Servidores	4.199	1.785	507
Nº de Regulados/Servidor	9,15	38,40	93,98

Fonte: * Relatório Semestral SEC - *United States Securities and Exchange Comission*: setembro/2014.

** Relatório Anual ASIC - *Australian Securities and Exchange Comission*: junho/2014.

*** Dezembro/2015.

É importante ressaltar que o quantitativo de 610 vagas atualmente aprovadas para a CVM, sendo 386 de nível superior e 224 de nível intermediário, as quais não estão totalmente ocupadas, somente foi alcançado após a edição da Lei nº 12.201, de 14/01/2010, quando foram criadas 165 novas vagas, sendo 110 de nível superior e 55 de nível intermediário.

Como desde então não ocorreram novos acréscimos nas vagas aprovadas, o quantitativo que a CVM possui hoje está dimensionado para um contexto de mais de cinco anos atrás, período pelo qual o mercado de valores mobiliários passou por importantes transformações e significativo crescimento, sem a devida contrapartida no fortalecimento institucional da Autarquia para fazer frente às novas demandas.

Entretanto, diante de um quantitativo de pessoal já defasado no tempo, e considerando o grande desafio representado pelos objetivos estratégicos a serem alcançados, caso não ocorra um fortalecimento institucional por meio do aumento do quantitativo de vagas aprovadas, há o risco da CVM deixar de exercer de forma efetiva o seu papel como regulador em um mercado de capitais em expansão nos próximos dez anos. Frise-se que a CVM supervisiona um mercado dinâmico, volumoso e complexo, com jurisdição sobre todo o ciclo de mercado de valores mobiliários.

Como agravante, desde que a CVM alcançou o patamar de 610 vagas, em nenhum momento obteve autorização do MPOG para preenchê-las totalmente nestes últimos seis anos. Atualmente com uma taxa de ocupação de 83% de suas vagas aprovadas, a CVM estima que essa taxa passará para 71% ao final de 2017, devido à saída de servidores habilitados a aposentadorias e exonerações sem reposição.

Assim, a combinação de um quantitativo de vagas defasado com uma taxa de ocupação decrescente, diante dos grandes desafios mapeados pelo Planejamento Estratégico 2013-2023, torna ainda mais premente a implantação de medidas que visem ao fortalecimento institucional da CVM, reforçando a percepção de que o seu atual quantitativo de pessoal é desproporcional às ações necessárias para manter

a capacidade institucional da Autarquia em enfrentar um mercado complexo e em constante crescimento.

- **Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas**

Absenteísmo

O índice de absenteísmo é calculado mensalmente por meio da divisão do número de dias de ausências ao trabalho (por motivo de doença do próprio servidor, em pessoa de sua família ou devido à licença maternidade) pelo quantitativo de servidores multiplicado pelo número de dias do mês de referência.

Para o ano de 2015, o índice médio de absenteísmo foi de 3,2%. Esta taxa está em linha com a média dos três anos anteriores, que foi de 3,0%.

Adicionalmente verificou-se que, embora não haja um consenso sobre qual é a taxa de absenteísmo considerada como adequada, em alguns setores de referência da administração pública esta taxa flutua entre 3% e 4%, de tal forma que historicamente o índice apurado na CVM tem ocorrido dentro da faixa de normalidade para o segmento.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Não há previsão de produção deste indicador. No entanto, o Serviço Médico e Social da GAH da CVM produz estatísticas de utilização do serviço, conforme abaixo:

Adesão à campanha de vacinação antigripal – o índice foi 39% em 2015, ligeiramente inferior aos três anos anteriores (42% em 2014, 41% em 2013 e 43% em 2012).

Verificou-se que aproximadamente 85% dos inscritos na campanha de vacinação de 2015 também tinham sido vacinados em 2014, demonstrando uma boa taxa de fidelização à campanha.

Atendimentos ambulatoriais - O serviço médico da CVM realizou, em 2015, 1.451 atendimentos ambulatoriais aos servidores, um número inferior aos 1.694 atendimentos em 2014, o que pode ser atribuído à ação proativa da equipe de saúde junto ao corpo funcional da Autarquia, por meio das consultas realizadas no âmbito do Censo de Saúde no período 2013-2014.

Rotatividade (turnover)

O índice de *turnover* é calculado mensalmente, por cargo, dividindo-se as ocorrências (ingressos e saídas de servidores) pelo número médio de servidores no mês de referência. Paralelamente, é calculado mensalmente o índice consolidado (todos os cargos), além da média consolidada no ano.

Para o ano de 2015, o índice médio de rotatividade da CVM foi de 0,2%, inferior ao registrado em 2014 (0,8%) e em linha com o verificado em 2013 (0,3%). Tal variação em 2014 pode ser atribuída à entrada dos servidores excedentes, aprovados no último concurso da CVM, retornando ao seu patamar de normalidade em 2015, com a expiração da validade do concurso.

- **Auditória sobre Governança e Gestão de Pessoas**

No período entre 21/7 a 8/8/2014, o TCU realizou uma auditória nos sistemas de governança e gestão de pessoas da CVM, como parte integrante do conjunto de auditorias da primeira fase do trabalho de fiscalização de governança e gestão de pessoas, realizado na sistemática de Fiscalização de Orientação Centralizada – FOC. Esta auditória resultou na edição do Acórdão 1234/15-TCU-Plenário, por meio do

qual foram recomendadas medidas de aprimoramento da gestão de pessoas na Autarquia. Estas recomendações estão em processo de implementação até 31/12/16, conforme plano de ação elaborado pela CVM e encaminhado ao TCU.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 36: Despesas com pessoal

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios e Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2015	93.430.833	2.573.179	7.826.128	2.601.155	2.843.660	1.658.672	271.931	40.019	11.897 111.257.476
	2014	86.512.975	2.454.129	7.396.261	2.417.291	3.317.222	2.013.236	282.672	740	14.290 104.408.816
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2015	0	351.218	29.798	12.255	40.550	5.336	31.126	1.854	0 472.137
	2014	0	323.299	27.268	10.100	38.346	7.558	23.549	595	0 430.715
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	1.725.637	0	144.139	29.275	383.055	29.843	37.802	1.276	0 2.351.027
	2014	1.672.954*	0	142.663	58.088	419.910	37.364	28.125	0	0 2.359.104
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015	410.709	0	34.282	5.714	7.460	288	0	0	0 458.453
	2014	214.597	0	12.779	5.330	9.037	256	0	0	0 241.999
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0

*Mudança na classificação dos vencimentos relativos aos servidores sem vínculo com a Administração Pública, o qual entendemos ser mais adequado tratar como vencimentos e vantagens fixas, e não como retribuições (inciso I do art. 61 e art. 62 da Lei 8.112/90), como classificado anteriormente em 2014.

Fonte: SIAPE.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A CVM possui um quantitativo significativo de servidores habilitados à aposentadoria nos próximos 12 meses, representando um risco para a continuidade de determinadas atividades, caso não haja a devida reposição. Além disso, a CVM tem registrado uma taxa histórica média de pedidos de exonerações, notadamente nos cargos de nível intermediário.

O quadro a seguir representa a estimativa no aumento das vagas autorizadas não ocupadas na CVM, em função das aposentadorias e pedidos de exoneração previstos até dezembro de 2016:

Quadro 37: Percentual de vagas não ocupadas por cargo - dezembro de 2015

Cargo	% de Vagas não ocupadas dez/2015	% de Vagas não ocupadas dez/2016
Inspetor	8%	14%
Analista	7%	13%
Nível Intermediário (Agentes Executivos + Auxiliares de Serviços Gerais)	33%	46%
Total CVM	17%	25%

Fonte: SIAPE.

Em 2015, a CVM encaminhou ao MF solicitação para reposição das vagas não ocupadas, tendo em vista o risco representado pela iminente saída de pessoal treinado e altamente capacitado, já que a maior parte das vacâncias previstas ocorrerá em função de aposentadorias. Entretanto, o pleito foi negado pelo MPOG.

Observa-se um aumento significativo nas vagas não ocupadas dos cargos de nível intermediário, o que se pode atribuir principalmente ao perfil dos candidatos aprovados, os quais em sua maioria já possuem curso de nível superior e, portanto, sujeitos a nova aprovação em outros concursos de maior remuneração. Assim, o pessoal de nível intermediário que ingressou na CVM nos últimos anos apresenta uma menor taxa de permanência na Autarquia, gerando, em muitas áreas, problemas na continuidade das atividades, tendo em vista que o último concurso da CVM expirou em 5/5/2015.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

Quadro 38: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Comissão de Valores Mobiliários						
UG/Gestão: 25203						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
24/14	Prestação de serviço de locação de transporte com motorista para a regional da CVM em Brasília	AMJ Auto Locadora Ltda (08.865.102/0001-81)	23/06/14	22/06/16	Ensino Fundamental Completo	P
33/14	Prestação de serviços de locação de transporte com motorista para a regional/SP.	Pertiná Logística Ltda (00.695.097/0001-02)	25/08/14	24/08/16	Ensino Médio Completo	P
36/14	Prestação de serviços de 1 posto de servente para a regional/SP	Alternativa Mar e Terra serviços especializados Ltda – epp (09.036.467/0001-66)	18/10/15	19/10/15* Rescindido em 01/10/15	Ensino Fundamental Completo	E
036/11	Prestação de serviços de manutenção predial para a regional/SP	WS Serviços Terceirizados Ltda (10.581.285/0001-55)	31/08/11	30/10/15	Ensino Médio Completo	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
015/11	Prestação de Serviços de Limpeza, asseio e conservação predial para a regional/DF.	RealCJG Serviços Gerais Ltda (08.247.960/0001-62)	08/06/11	07/06/16	Ensino Fundamental Completo	P
004/12	Prestação de serviços de vigilância e segurança para a regional/SP.	bras force segurança privada ltda (04.067.408/0001-31)	22/03/12	21/03/16* Rescindido em 01/10/15	Ensino Médio Completo	P
26/12	Prestação de serviços de copa para a regional/SP.	Venturini Consultoria em Recursos Humanos e terceirização Ltda (08.284.452/0001-54)	02/08/12	01/08/16	Ensino Fundamental Incompleto	P
015/14	Prestação de serviços médicos, de assistência social, de nutrição e de psicologia	Equilibrium & saúde Ltda. – epp (07.515.409/0001-90)	25/04/15	24/04/16	Diversos	A
001/15	Serviços de limpeza e conservação para a regional/DF	Mega JJ – asseio e conservação Ltda – me (04.999.840/0001-60)	21/01/15	20/01/17	Ensino Fundamental Incompleto	P
002/12	Serviço de telefonista na sede da cvm/RJ	Ale & Dan serviços, conservação e limpeza Ltda – me (11.395.635/0001-51)	01/03/12	28/02/15	Ensino Médio Completo	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Inicio	Fim		
039/10	Prestação de serviços de motorista para a sede da cvm/RJ	Ale & Dan serviços, conservação e limpeza Ltda – me (11.395.635/0001-51)	25/10/10	24/10/15	Ensino Médio Completo	E
018/10	Prestação de serviços de manutenção das redes de telefonia, de comunicação estruturada, de fibra ótica, de elétrica powerflor e elétricas	Bentel Comércio serviços de teleinformática Ltda – epp (04.079.402/0001-84)	01/04/10	31/03/15	Ensino Médio Completo	E
012/14	Prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação - service desk	IOS Informática organização e sistema S.A.(38.056.404/0001-70)	11/03/14	10/03/16	Ensino Superior Completo e Incompleto	P
042/14	Prestação de serviços de copeiragem para a regional/DF	A Maior - construções e serviços ltda – me (09.274.125/0001-84)	19/11/14	18/11/15	Ensino Fundamental Completo	E
033/12	Prestação de serviços de mensageiro para a regional/DF.	Rio Clean service limpeza e conservação Ltda (10.415.444/0001-41)	08/10/12	07/10/15	Ensino Fundamental Completo	E
047/14	Prestação de serviços de mensageiro para a sede da CVM/RJ.	Total Clean comércio e serviços Eireli – me (15.145.687/0001-20)	22/12/14	21/12/16	Ensino Fundamental Completo	P

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
016/12	Prestação de serviços de assessoria de imprensa e comunicação social	Partners comunicação integrada Ltda (03.958.504/0001-07)	19/06/12	18/06/16	Ensino Superior Completo	P
032/12	Prestação de serviços continuados de designer gráfico e pedagogo, em regime de terceirização, com utilização de mão de obra com dedicação exclusiva.	Partners comunicação integrada Ltda (03.958.504/0001-07)	03/10/12	02/10/16	Ensino Superior Completo	P
042/11	Prestação de serviços de vigilância para a sede da CVM/RJ.	Angel's segurança e vigilância Ltda (03.372.304/0001-78)	21/11/11	20/11/16	Ensino Fundamental Completo	P
001/14	Prestação de serviços de copeiragem para a sede da CVM/RJ.	Mimaxx serviços de conservação e limpeza Ltda. – me (15.121.128/0001-80)	15/01/14	14/01/17	Ensino Fundamental Completo	P
053/13	Prestação de serviços de limpeza e conservação na sede da CVM/RJ.	Cardeal gestão empresarial e serviços Ltda (05.703.030/0001-88)	26/11/13	25/11/16	Ensino Fundamental Completo	P
017/14	Prestação de serviços de motorista para a regional/SP.	Santa Lúcia comércio de produtos de limpeza e serviços de conservação predial Ltda – me (08.604.419/0001-64)	09/06/14	08/06/17	Ensino Médio Completo	P

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
030/14	Prestação de serviços de contínuo para a regional SP.	Erodata consultoria e serviços Ltda – epp (68.970.680/0001-00)	06/08/14	05/08/16	Ensino Médio Completo	P
026/14	Prestação de serviços de operador de máquina copiadora e/ou equipamentos multifuncionais para a sede da CVM/RJ.	AJS prestação de serviços Ltda. – me (07.444.187/0001-61)	09/07/14	08/07/16	Ensino Médio Completo	P
011/15	Prestação de serviços de vigilância desarmada para a regional/DF.	ASC service segurança Ltda (08.875.253/0001-10)	07/07/15	06/07/16	Ensino Fundamental Incompleto	A
029/10	Prestação de serviços de vigilância desarmada para a regional/DF.	ASC service segurança Ltda (08.875.253/0001-10)	05/07/10	04/07/15	Ensino Fundamental Incompleto	A
019/14	Serviços de garçom para a sede da CVM/RJ.	Ale & Dan serviços, conservação e limpeza Ltda – me (11.395.635/0001-51)	27/05/14	26/05/17	Ensino Médio Completo	P
18/14	Prestação de serviços de operador de máquina copiadora e/ou equipamentos multifuncionais para a regional/SP.	Airton Gomes de Oliveira Sorocaba – me (08.330.354/0001-06)	03/06/14	02/06/15	Ensino Médio Completo	E

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
037/12	Prestação de serviço de telefonista para a regional/RJ.	Airton Gomes de Oliveira Sorocaba – me (08.330.354/0001-06)	10/12/12	09/12/15	Ensino Médio Completo	E
032/14	Prestação de serviços de recepção para a sede da CVM/RJ.	Pontual assessoria empresarial Ltda (02.780.863/0001-54)	29/09/14	28/09/16	Ensino Médio Completo	P
012/13	Prestação de serviços de recepcionista para a regional/SP.	CTO serviços empresariais Ltda – me (07.360.788/0001-96)	01/03/13	28/02/15	Ensino Médio Completo	E
011/12	Prestação de serviços de auxiliar de serviços gerais (carregadores/serventes) para a sede da CVM/RJ.	Seex serviços encomendas Eireli - me	30/05/12	29/05/16	Alfabetizado	P
002/15	Prestação de serviços de recepção para a regional/SP	Seex serviços encomendas Eireli - me	19/02/15	18/02/16	Ensino Médio Completo	A
004/14	Prestação de serviços de transporte sob o regime de locação de um veículo, categoria executiva, com motoristas (presidência da cvm)	Miscellany Pretty House soluções empresariais Ltda – me (02558535000108)	16/01/14	15/01/17	Ensino Fundamental Completo	P

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
004/15	Operador de máquina copiadora e/ou equipamentos multifuncionais para a regional/SP	S7 seven terceirização de serviços Ltda - epp.	02/06/15	01/06/16	Ensino Fundamental Completo	A
012/15	Prestação de serviços de manutenção de edificações para a sede da CVM/RJ	Emida instalações Ltda	03/08/15	02/08/16	Ensino Fundamental Completo	A
013/15	Prestação de serviços de manutenção de rede elétrica e elétrica powerfloor para a sede da CVM/RJ	Emida instalações Ltda	03/08/15	02/08/16	Ensino Fundamental Completo	A
019/15	Motorista para a sede da CVM/RJ	Inova serviços de mão de obra Ltda - me	04/01/16	03/01/17	Ensino Fundamental Completo	A

Fonte: CVM.

- **Contratação de Estagiários**

Quadro 39: Composição do quadro de estagiários – Evolução de despesas nos últimos anos

Nível de escolaridade	2013		2014		2015	
	Quantitativo ao final do ano	Despesas no exercício	Quantitativo ao final do ano	Despesas no exercício	Quantitativo ao final do ano	Despesas no exercício
1. Nível superior	56	484.720,00	68	483.132,00	70	445.306,00
1.1 Área Fim	26	232.392,00	38	237.328,00	42	250.048,00
1.2 Área Meio	30	252.328,00	30	245.804,00	28	195.258,00
2. Nível Médio	16	65.716,00	13	68.364,00	4	42.276,00
2.1 Área Fim	6	29.928,00	4	27.430,00	3	19.052,00
2.2 Área Meio	10	35.788,00	9	40.934,00	1	23.224,00
3. Total (1+2)	72	550.436,00	81	551.496,00	74	487.582,00

Fonte: SIAPE.

Análise Crítica:

A CVM conta com a prestação de serviços de um agente de integração de estágios, o Instituto Brasileiro de Educação Profissional - IEGE. O programa de estágios complementa o aprendizado dos estudantes tanto do nível médio quanto do nível superior, quer em áreas fim ou meio, fornecendo a estes jovens conhecimentos técnicos e comportamentais que os auxiliarão em suas experiências profissionais futuras. A CVM também possui um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, que complementa o quadro de estagiários, porém sem ônus para a Autarquia.

A política de contratação de estagiários é baseada no previsto na Lei nº 11.788, de 25/9/2008, na Orientação Normativa nº 4, de 4/7/2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento – SEGEP/MP, bem como em norma interna, a Portaria/CVM/PTE/Nº 48, de 24/5/2011, a qual está passando por um processo de atualização. A seleção para o programa de estágio da CVM é composta por duas etapas, quais sejam: realização de uma prova escrita e, posteriormente, para os aprovados, uma entrevista final com a área demandante da vaga de estágio.

Por fim, cabe ressaltar que o objetivo do programa de estágio da CVM é proporcionar, em caráter extracurricular, no prazo de até 24 meses, experiência prática ao estudante regularmente matriculado, complementando o aprendizado obtido no curso de nível superior e de nível médio, proporcionando a adaptação psicológica e social necessária à sua atuação como futuro profissional.

- **Política de capacitação e treinamento do pessoal**

Em 2014, a CVM desenvolveu o seu Plano Geral de Capacitação 2014-2017.

Premissas fundamentais

Para cumprir os objetivos do plano de capacitação, foram discutidas extensivamente as expectativas dos servidores levantadas por meio de planejamento estratégico, bem como as experiências de treinamento desenvolvidas na Autarquia nos anos anteriores. Com base nessas discussões, foram estabelecidas algumas premissas fundamentais com o objetivo de servir como ponto de partida para as discussões sobre capacitação:

1. O desenvolvimento de um corpo funcional capacitado e apto a endereçar todas as questões relacionadas ao mandato legal da CVM é condição indispensável para o bom funcionamento da Autarquia;

2. Os esforços de capacitação individuais dos servidores devem ser estimulados pela CVM, resguardados seu alinhamento com as atividades essenciais ao mandato legal da CVM e as restrições orçamentárias que possam existir à época;
3. A entrada de novos servidores e a crescente diversificação e complexidade do mercado de capitais levam a um aumento acelerado das necessidades de capacitação dos servidores. Para endereçar essas demandas de forma estratégica, é essencial que haja um acompanhamento centralizado e permanente;
4. O uso do orçamento de capacitação deve estar em linha com as necessidades e prioridades da CVM, considerando as visões de longo prazo para a Autarquia e os desafios que se apresentam com a evolução do mercado de capitais;
5. As restrições orçamentárias e os eventuais contingenciamentos dificultam a execução do plano de capacitação no longo prazo, razão pela qual é fundamental que haja diversidade nas fontes de financiamento disponíveis, como, por exemplo, o uso de convênios com universidades e entidades de fomento;
6. A CVM possui pessoal altamente especializado em vários dos temas objeto de treinamento, particularmente aqueles relacionados ao mercado de capitais. É importante construir mecanismos que estimulem a participação de servidores como instrutores para capacitação interna.

Plano de ação

Diferentes abordagens são recomendáveis para o desenvolvimento de competências distintas. Com fundamento na demanda atual por capacitação na CVM, foram sugeridas algumas iniciativas de treinamento que compõem o plano. As principais iniciativas, seus objetivos e características gerais constam dos normativos a seguir elencados:

- *Programa de especialização em mercado de capitais (pós-graduação lato sensu)*
- *Programa de desenvolvimento gerencial*
- *Programas de capacitação permanentes*
- *Programas de certificação profissional*
- *Programa de educação regular - PER*
- *Programa de Intercâmbio formativo*
- *Treinamentos externos*
- *Treinamentos internos*
- *Licença para capacitação*

A execução e o acompanhamento do Plano de Capacitação

Durante a elaboração do plano de capacitação, foram identificados alguns possíveis obstáculos que poderiam inviabilizar a sua execução conforme planejado, como, por exemplo, a falta de pessoal dedicado à capacitação. De forma a endereçar essas dificuldades, foram adotadas as seguintes medidas:

- a. Estruturação da área de capacitação, mediante a criação de uma coordenação específica, a Coordenação de Capacitação – CAP;
- b. Revisão do processo de solicitação de treinamento externo, com o objetivo de torná-lo mais célere e facilitar a contratação de iniciativas de baixo custo;

- c. Desenvolvimento de novos programas permanentes para capacitação, a exemplo do programa de capacitação em línguas estrangeiras; e
- d. Ampla divulgação das iniciativas de capacitação, preferencialmente por meio de comunicados internos na CVM e na página de treinamento na *intranet*.

A Coordenação de Capacitação - CAP

Os objetivos do plano de capacitação não poderiam ser cumpridos sem um constante acompanhamento e coordenação das atividades de treinamento. Para tanto, foi constituída a CAP, vinculada à SAD. A CAP tem a função de centralizar e coordenar as atividades de capacitação, sejam aquelas iniciadas em função de previsão no plano ou sob demanda dos diversos componentes organizacionais.

Novos programas permanentes para capacitação

A exemplo do que já ocorre com o programa de capacitação em línguas estrangeiras, está previsto o desenvolvimento de novos programas de capacitação permanente que simplifiquem o acesso dos servidores às iniciativas de treinamento. Cabe ressaltar que alguns conhecimentos são aptos a esse tipo de desenvolvimento, como competências básicas com ferramentas de informática, a exemplo do excel e word.

6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O quadro abaixo, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da CVM no final dos exercícios 2015 e 2014, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 40: Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	DF	12	12
	Brasília	12	12
	RJ	157	157
	Rio de Janeiro	157	157
	Subtotal Brasil	169	169
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		169	169

Fonte: Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de uso Especial da União - SPIUnet

O quadro 29 a seguir, denominado **Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da CVM, exceto Imóvel Funcional** está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 41: Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da CVM, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	9701.18834.500-2	21	3	13.436,43		13.436,43		R\$ 99.668,43
173030	9701.22023.500-9	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22025.500-0	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22039.500-6	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22047.500-0	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22049.500-0	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22053.500-2	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22058.500-0	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22070.500-5	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22079.500-4	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22082.500-0	21	3	13.436,43		13.436,43		
173030	9701.22083.500-6	21	3	408.171,09		408.171,09		
173030	6001.01883.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01885.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01886.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01888.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01889.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.01890.500-6	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.01891.500-1	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.01892.500-7	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.01893.500-2	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.01894.500-8	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.01895.500-3	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.01896.500-9	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.01897.500-4	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.01898.500-0	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.01899.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01901.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01902.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01903.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01904.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01905.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01906.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01908.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01909.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01910.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01911.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01912.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01914.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01948.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01959.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01960.500-6	21	4	293.458,83		293.458,83		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavalorado	Imóvel	Instalações
173030	6001.01961.500-1	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.01962.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01965.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.01966.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02155.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02156.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02170.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02175.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02180.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02181.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02182.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02185.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02221.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02369.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02398.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02422.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02423.500-9	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02424.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02426.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02446.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02544.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02545.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02627.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02628.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02629.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02630.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.02631.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02632.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02633.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02634.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02635.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02636.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02638.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02646.500-1	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02647.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02654.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02655.500-0	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02656.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02657.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02658.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02659.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02660.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02661.500-3	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02662.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02663.500-4	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02664.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02665.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02669.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02671.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02672.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02675.500-0	21	4	378.958,30		378.958,30		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.02677.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02678.500-6	21	4	223.011,79		223.011,79		
173030	6001.02679.500-1	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02680.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02681.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02683.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02684.500-9	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02686.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02687.500-5	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02688.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02689.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02690.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02691.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02692.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02693.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02694.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02695.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02696.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02697.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02698.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02699.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02700.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02701.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02702.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02703.500-0	21	4	293.458,83		293.458,83		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.02704.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02705.500-1	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02706.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02707.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02708.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02709.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02710.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02711.500-4	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02712.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02713.500-5	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02714.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02715.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02716.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02718.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02719.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02720.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02722.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02723.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02724.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02725.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02726.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02727.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02728.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02729.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02730.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02731.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.02732.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02733.500-4	21	4	378.958,30		378.958,30		
173030	6001.02734.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02735.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02736.500-0	21	4	293.458,83		293.458,83		
173030	6001.02737.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02739.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02740.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02741.500-8	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02742.500-3	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02743.500-9	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02744.500-4	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02745.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02746.500-5	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02747.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02748.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02749.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02750.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02751.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02752.500-8	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02753.500-3	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02755.500-4	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02756.500-0	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02757.500-5	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02758.500-0	21	4	18.771,55		18.771,55		

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
173030	6001.02747.500-0	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02748.500-6	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02749.500-1	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02750.500-7	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02751.500-2	21	4	15.438,55		15.438,55		
173030	6001.02752.500-8	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02753.500-3	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02755.500-4	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02756.500-0	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02757.500-5	21	4	18.771,55		18.771,55		
173030	6001.02758.500-0	21	4	18.771,55		18.771,55		
Total						0	R\$ 99.668,43	

Fonte: SPIUnet / SIAFI

Análise Crítica:

A CVM utiliza todos os imóveis que se encontram sob seu uso para a consecução de sua finalidade institucional. Os imóveis estão em bom estado de conservação e as atividades de manutenção são executadas regularmente. No entanto, as instalações do Rio de Janeiro e São Paulo já revelam um estado de saturação, além de não apresentarem soluções estruturais e de sustentabilidade adequadas, razão pela qual foi instituído no âmbito do planejamento estratégico da CVM, um projeto para estudo das questões relacionadas à estrutura física necessária a garantir e assegurar o pleno exercício de sua missão institucional. O projeto encontra-se em fase de conclusão do diagnóstico. A CVM também ocupa, precariamente, um imóvel de propriedade da União localizado à Rua Formosa, nº 367, grupo 2050 – Edifício CBI, Centro, São Paulo/SP (parte do RIP 7107.00218.500.0), estando em fase de regularização junto à SPU/SP seu contrato de cessão.

Também se encontra em curso a atualização das avaliações dos valores dos imóveis no cadastro SPIUnet.

6.2.2 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Não há espaços físicos ou imóveis cedidos a outros órgãos ou entidades.

6.2.3 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2014 e 2015, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 42: Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
	EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	SP	6
	São Paulo	6
	RJ	4
	Rio de Janeiro	4
	Subtotal Brasil	10
Subtotal Exterior		0
Total (Brasil + Exterior)		10

Fonte: SPIUnet

A CVM/São Paulo ocupa três pavimentos, cada um composto de duas salas, do Edifício Delta Plaza, situado à Rua Cincinato Braga nº 340, 2º, 3º e 4º andares – Bela Vista – São Paulo/SP, locados de terceiros. A necessidade de locação destes imóveis decorreu de sinistro havido em 2005 em imóvel anteriormente ocupado pela Autarquia e da inexistência de outro imóvel pertencente à União, com as características necessárias para ocupação pela CVM.

Durante o ano de 2014 foram locados o 7º e 10º andares do Edifício Cidade do Carmo, condomínio no qual se situa a sede da CVM no Rio de Janeiro, consistindo estes imóveis num total de quatro salas. A locação destes imóveis decorreu, dentro outros motivos, do aumento do quadro funcional da Autarquia e da necessidade de ampliação de espaço para reuniões internas e com o público externo, indispensáveis ao desempenho de suas atribuições.

Valores envolvidos nos contratos de locação:

Contrato CVM nº 28/2014 – Locação Ed. Cidade do Carmo (Rio de Janeiro – RJ)

SALAS 701 e 702 além de três vagas de garagem

Proprietário: RDN Patrimonial Ltda

Preço mensal do aluguel: R\$ 25.255,20 (vinte cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

Condomínio 2015: R\$ 191.434,54 (cento e noventa e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

IPTU 2015: R\$ 19.013,00 (dezenove mil e treze reias)

Descrição dos Imóveis:

7.º andar – Conjuntos de n.º 701 e 702, com três vagas de garagem, no Edifício Cidade do Carmo, à Rua Sete de Setembro 111, Centro, Rio de Janeiro - RJ – Área interna de aproximadamente 350 m²;

Contrato CVM nº 29/2014 – Locação Ed. Cidade do Carmo (Rio de Janeiro – RJ)

SALAS 1001 e 1002 além de seis vagas de garagem

Proprietário: Cifrão – Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil

Preço mensal do aluguel: R\$ 27.451,30 (vinte sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta centavos).

Condomínio 2015: R\$ 179.246,73 (cento e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos).

IPTU 2015: R\$ 21.146,00 (vinte e um mil cento e quarenta e seis reais)

Descrição dos Imóveis:

10.º andar – Conjuntos de n.º 1001 e 1002, com seis vagas de garagem, no Edifício Cidade do Carmo, à Rua Sete de Setembro 111, Centro, Rio de Janeiro-RJ – Área interna de aproximadamente 350 m².

Contrato CVM nº 07/2015 – Locação Ed. Delta Plaza (São Paulo – SP)

Conjuntos 21, 22, 31, 32, 41 e 42 (totalidade dos andares 2º, 3º e 4º)

Proprietário de todos os conjuntos: CSHG Real Estate – Fundo de Investimento Imobiliário FII

Preço Mensal do Aluguel: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Condomínio 2015: R\$ 403.823,68 (quatrocentos e três mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos).

IPTU total (2015): R\$ 95.037,33 (noventa e cinco mil, trinta e sete reais e trinta e três centavos)

Descrição dos Imóveis:

2.º andar – Conjuntos de n.º 21 e 22, com cinco vagas de garagem para cada conjunto, no Edifício Delta Plaza, à Rua Cincinato Braga, n.º 340, Bela Vista, São Paulo-SP – Área interna de aproximadamente 405 m²;

3.º andar – Conjuntos de n.º 31 e 32, com seis vagas de garagem para cada conjunto, no Edifício Delta Plaza, à Rua Cincinato Braga, n.º 340, Bela Vista, São Paulo-SP – Área interna de aproximadamente 443 m²;

4º andar – Conjunto de salas de nº 41 e 42, com seis vagas de garagem para cada conjunto, no Edifício Delta Plaza, à Rua Cincinato Braga, n.º 340, Bela Vista, São Paulo-SP – Área interna de aproximadamente 443 m²;

Área útil interna das instalações: 1.291,56m²

Quadro 43: Valores do IPTU 2016 – Imóvel São Paulo

Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 21)	16.287,20
Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 22)	16.287,20
Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 31)	18.862,90
Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 32)	18.862,90
Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 41)	18.862,90
Valor Total do IPTU a pagar (R\$) (conjunto 42)	18.862,90

Fonte: CVM.

A necessidade de adequação dos espaços mediante reforma consiste em argumento utilizado durante a negociação dos valores dos alugueis, de modo a que o montante despendido seja “descontado” deste. Não houve nenhuma locação de imóvel já pronto para uso. Ademais, as intervenções realizadas são sempre apenas as necessárias para a utilização do imóvel e em grande parte é possível de reutilização em outras instalações futuras (como, por exemplo, mobiliário, piso elevado e cabeamento estruturado, que podem ser removidos e montados em novo local).

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informações

O quadro abaixo relaciona os principais sistemas de informação da CVM, especificando gestor/utilizador do sistema, responsável técnico, macroinformações contidas no sistema e seus objetivos.

Quadro 44: Principais Sistemas de Informação

Nome abreviado	Nome completo da aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
SIC	Sistema de Informações Cadastrais	Diversas áreas técnicas (SIN, SEP, SRE, SOI, SNC, SMI)	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações cadastrais dos participantes do mercado, tais como denominação social, endereço, telefones, e-mail, participantes associados, responsáveis, patrimônio líquido, exercício social.	Reunir informações cadastrais dos participantes do mercado de valores mobiliários.
SAD	Sistema de Atos Declaratórios	Diversas áreas técnicas (SIN, SNC, SMI)	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações de atos declaratórios.	Reunir informações dos atos declaratórios emitidos pela CVM.
SMA	Sistema de <i>Mailing</i>	Diversas áreas técnicas (SIN, SEP, SRE, SOI, SNC, SMI)	Grupo GSI-2 (GSI)	O Sistema não armazena informações, apenas utiliza as informações contidas no Sistema de Cadastro - SIC.	Imprimir etiquetas para correspondências usando o endereço dos participantes e enviar e-mail para participantes de um determinado tipo.
SAP	Sistema de Acompanhamento de Processos	Todas as áreas da CVM	Grupo GSI-2 (GSI)	Processos administrativos, suas partes, movimentações entre os COs e mudanças de fase.	Controlar a criação, movimentação e fases dos processos administrativos.
SCA	Sistema de Companhias Abertas (SAP-SEP)	SEP	Grupo GSI-2 (GSI)	Processos administrativos da SEP.	Controlar a criação, movimentação e fases dos processos administrativos relativos à SEP.
SRE	Sistema de Registro de Valores Mobiliários	SRE	Grupo GSI-2 (GSI)	Registros de ofertas de valores mobiliários.	Cadastrar os registros de ofertas de valores mobiliários.

Nome Abreviado	Nome Completo da Aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável Técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
INQ	Sistema de Processos Administrativos Sancionadores (Inquéritos)	SPS/CCP	Grupo GSI-2 (GSI)	Processos Administrativos Sancionadores - PAS.	Controlar os Processos Administrativos Sancionadores.
SIE	Sistema de Investidores Não Residentes	SIN/GIR	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações sobre os investidores não residentes.	Controlar o registro dos investidores não residentes.
DPA	Sistema de Desvios e <i>Performances</i> de Auditores	SNC	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações sobre desvios e <i>performances</i> de auditores independentes.	Cadastrar desvios e <i>performances</i> de auditores.
SFI	Sistema de Fiscalização	SFI	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações sobre solicitações de inspeção.	Cadastrar e controlar solicitações de inspeção.
SEM	Séries Históricas e Estatísticas de Mercado	SMI	Grupo GSI-2 (GSI)	Valores de negociação dos papéis ofertados na BOVESPA.	Consulta a valores dos papéis em negociação na bolsa.
REC	Sistema de Emissão/Recepção Correspondência	Diversas áreas	Grupo GSI-2 (GSI)	Dados sobre correspondências que entram e saem de um CO.	Cadastro de correspondências que entram e saem de um CO.
TPC	Sistema de Controle do Trâmite de Processos no Colegiado	EXE	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações sobre os processos administrativos (sancionadores ou não) que tramitam no colegiado.	Controlar o trâmite de processos no colegiado.
PJU_Acomp	Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais	PFE, GJU-1, GJU-2, GJU-3, GJU-4	Grupo GSI-2 (GSI)	Ações judiciais e seus históricos, recursos judiciais e seus históricos e procuradores responsáveis pelos processos.	Controlar ações judiciais relativas à CVM.

Nome Abreviado	Nome Completo da Aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável Técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
CTC	Controle de Termos de Compromisso	CCP	Grupo GSI-2 (GSI)	Controlar propostas de termo de compromisso no Colegiado	Controlar propostas de termo de compromisso no Colegiado.
SER	Sistema de Ofertas com Esforços Restritos	SRE	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações das ofertas que se enquadram na ICVM 476/09.	Consulta e envio de comunicados de ofertas com esforços restritos.
SieWeb	Sistema de Investidores Não Residentes - Módulo Web	SIN/GIR	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações de investidores não residentes - INRs e suas carteiras.	Permitir aos representantes de INRs o gerenciamento de seus investidores e carteiras.
SEI	Sistema Eletrônico de Informações	Todas as áreas da CVM	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações de processos administrativos: atributos, documentos, trâmites, relacionamentos, assinaturas, etc.	Sistema de Processo Eletrônico: controlar todas as informações dos processos administrativos da Autarquia.
Fundos Estruturados	Sistema de Gestão de Fundos Estruturados	SIN/GIE	Grupo GSI-2 (GSI)	Informações de fundos estruturados.	Controlar todos os registros e atualizações cadastrais dos fundos estruturados (FIP, FII, FIDC, FUNCINE).
BI-Fundos	Sistema de informações de Fundos	SIN	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de fundos estruturados.	Apoiar a fiscalização da indústria de fundos.
BI-INQ	Sistema de informações de Inquéritos	SPS	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de Processos	Relatórios relacionados aos inquéritos e participantes de mercado.

Nome Abreviado	Nome Completo da Aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável Técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
SSMCB	Sistema de Supervisão do Mercado de Capitais Brasileiro	SMI	Grupo GSI-2 (GSI)	<ul style="list-style-type: none"> - Informações cadastrais de investidores, emissores, fundos de investimento, intermediários e <i>insiders</i>; - Divulgações oficiais das companhias. Ex.: comunicados ao mercado e fatos relevantes; - Dados sobre ordens e negócios; - Posições em opções, termo e futuros em bolsa e em balcão, além de posições em <i>swaps</i>; - Informações sobre empréstimos e transferências de custódia; e - Cotações de ativos e composição de índices. 	Supervisão do mercado de capitais brasileiro.
SCD	Sistema de Controle de Demandas	Todas as áreas da CVM	Valério Lopes (GSI)	Informações sobre os trâmites das demandas de sistema no PDS, com todas as aprovações/rejeições/entregas e etc.	Controlar o fluxo de demandas de Sistemas fazendo-as aderentes ao PDS.
Portal Web CVM	Portal Corporativo	Todas as áreas da CVM	Grupo GSI-3 (GSI)	Portal de conteúdo CVM, acesso aos sistemas disponíveis para o público e acesso as informações de mercado de capitais.	Fornecimento de informações ao público e disponibilização de sistemas de mercado.
CVMWeb	Recepção de documentos de regulados	Todas as áreas da CVM	Grupo GSI-3 (GSI)	Todos os informes e informações cadastrais fornecidas periodicamente pelos participantes do mercado.	Interação e recebimento de informações dos regulados.
SGD	Sistema de Gestão de Desempenho	Todas as áreas da CVM	Grupo GSI-1 (GSI)	Unidades de avaliação e seus planos de trabalho, equipes de trabalho com seus planos individuais, avaliações e índices de desempenho.	Gerenciar o processo de avaliação de desempenho da CVM.
SCMUL	Sistema de Controle de Multas	GAC, GJU3 e Áreas Técnicas da CVM (SEP, SIN, GNA, CCP, etc)	Grupo GSI-1 (GSI)	Fluxo administrativo de multas: obrigações, infrações, multas, constituição de crédito, ofícios, editais, CADIN, dívida ativa, parcelamento.	Gerar e controlar o fluxo administrativo das multas.
SRH	Sistema de Recursos Humanos	GAH	Grupo GSI-1 (GSI)	Registro do servidor, benefícios, frequência, aposentadoria, lançamentos administrativos (Lei 8112).	Administração recursos humanos (servidores, colaboradores e estagiários).

Nome Abreviado	Nome Completo da Aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável Técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
SCTAX	Sistema de Controle de Taxas	GAC, GJU-3	Grupo GSI-1 (GSI)	Geração e administração de taxas aplicadas aos participantes do mercado.	Gerar e controlar o fluxo administrativo das taxas.
SCRED	Sistema de Controle de Registro de Documentos	Áreas Técnicas	Grupo GSI-1 (GSI)	Agenda de documentos e documentos entregues	Administrar a agenda.
DAM	Dívida Ativa de Multa (DivDat_Multa)	GJU-3	Grupo GSI-1 (GSI)	Fluxo de cobrança jurídica de multas: certidão de débito, inscrição em dívida ativa e execução.	Gerar e controlar o crédito em dívida ativa e fluxo administrativo das multas.
DA Taxa	Dívida Ativa de Taxa (DivDat_Taxa)	GJU-3	Grupo GSI-1 (GSI)	Fluxo de cobrança jurídica das multas: certidão de débito, inscrição em dívida ativa e execução.	Gerar e arrecadar taxas.
SisBibli	Sistema Controle da Biblioteca	SOI	GST	Controle de acervo, consulta e empréstimo de material.	Disponibilização de livros e periódicos.
Sincronização	Sincronização das bases de dados da BMFB com três bases da CVM: IP_BOVESPA, FRE_CVM e RAD_BOVESPA	SEP	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de companhias abertas, estrangeiras, incentivadas registradas e programas BDR não patrocinado nível I.	Controle de adimplência de entrega de informações pelas companhias - Supervisão de companhias abertas, estrangeiras e incentivadas registradas.

Nome Abreviado	Nome Completo da Aplicação	Gestor/utilizador do Sistema e Componente Organizacional - CO	Responsável Técnico do Sistema e CO	Macroinformações contidas no Sistema	Objetivo do Sistema
Empresas.Net	Empresas.Net	SEP	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de companhias abertas, estrangeiras, incentivadas registradas e programas BDR não patrocinado nível I.	Supervisão e controle de adimplência de entrega de informações pelas companhias abertas, estrangeiras e incentivadas registradas.
<i>Download</i> múltiplo de informações de companhias	<i>Download</i> múltiplo de informações de companhias	SEP	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de companhias abertas, estrangeiras, incentivadas registradas e programas BDRs não patrocinado nível I.	Divulgação de informações de companhias abertas, estrangeiras, incentivadas registradas e programas BDRs não patrocinado nível I.
BI da SEP	Sistema de informações de companhias	SEP, SMI, SNC, ASE	Grupo GSI-3 (GSI)	Informações de companhias abertas, estrangeiras, incentivadas registradas e programas BDRs não patrocinado nível I.	Supervisão de participantes de mercado tutelados pela SEP.

Fonte: CVM.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI

Devido à sua importância estratégica, o PETI da CVM está sendo desenvolvido no âmbito de um projeto específico, monitorado pelo Comitê de Gestão Estratégica – CGE. O PETI, que será utilizado para alinhar a entrega dos serviços de TI aos objetivos estratégicos corporativos, assim como conferir as diretrizes para a atualização anual do PDTI, deverá ser aprovado e divulgado no início do segundo semestre de 2016 e será composto pelos seguintes itens:

- i. Definição da visão, missão, valores, premissas e diretrizes de TI;
- ii. Definição dos objetivos estratégicos de TI;
- iii. Definição das iniciativas estratégicas de TI para atingir os objetivos;
- iv. Definição do plano de ação para a implementação das iniciativas estratégicas;
- v. Definição das fronteiras de atuação; e
- vi. Definição dos indicadores e metas para o real monitoramento dos objetivos estratégicos.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

O PDTI da CVM foi aprovado em 30/8/2013, com prazo de vigência de cinco anos. O processo de desenvolvimento do PDTI foi norteado pela metodologia do guia de elaboração de PDTI, elaborado pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP sob o comando da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do MPOG.

Para a elaboração do documento, foi realizada, em uma primeira análise, a avaliação do PDTI anterior, publicado em 2005. Esta avaliação considerou os 50 projetos existentes, fornecendo o seguinte resultado: 23 concluídos (46%), 10 em execução (20%), 16 não iniciados (32%) e um cancelado (2%). Além dessa análise, efetuou-se uma avaliação dos sistemas e serviços de TI da CVM do ponto de vista das áreas usuárias.

O levantamento de necessidades de TI foi realizado por meio de entrevistas presenciais com gestores das áreas de apoio, suporte e finalísticas. O inventário de necessidades consolidado foi, em seguida, priorizado pelas áreas de negócio da CVM e agrupados em quadrantes a fim de apresentar de forma visual e simples a prioridade e *status* das necessidades. Por fim, o documento apresenta um plano de metas e ações para atendimento das necessidades, bem como informações sobre o custo e necessidades de capacitação e recursos humanos associados.

Ainda, seguindo as diretrizes do SISP/MPOG, o grupo de execução do PDTI elaborou um Referencial Estratégico de Tecnologia de Informação – RETI, o qual foi aprovado pelo Comitê de TI da CVM e incorporado à versão final do PDTI. Tal documento elenca a missão, visão, valores, e objetivos estratégicos iniciais para a área de TI da CVM. Além de compor o PDTI atual, este documento servirá, notadamente, para a elaboração do PETI da CVM.

O PDTI está alinhado ao Planejamento Estratégico da instituição, elaborado em 2013, e, tal como preconizado pelas boas práticas de contratação, todas as contratações de TI da CVM estão alinhadas ao PDTI.

Link para o PDTI:

http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/acesso_informacao/planos/pdti/pdti_cvm_2013-2017.pdf

Coordenação de Governança de TI

No final de 2015 foi criada a Coordenação de Governança de TI, órgão vinculado à Superintendência de Informática – SSI e que tem como uma das suas atribuições a gestão do PETI e do PDTI.

Comitê Gestor de TI

O Comitê Gestor de TI se reúne mensalmente. Em 2015, foram realizadas 12 reuniões. A seguir, a relação dos membros do Comitê e as principais decisões havidas no período:

Composição:

- Superintendência-Geral – SGE;
- Superintendência de Informática – SSI;
- Superintendência Administrativo-Financeira – SAD;
- Superintendência de Relações com o Mercado – SMI;
- Superintendência de Relações com Empresas – SEP;
- Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE;
- Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN;
- Superintendência de Planejamento – SPL;
- Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores – SOI;
- Superintendência de Fiscalização Externa – SFI;
- Assessoria de Análise e Pesquisa – ASA; e
- Superintendência de Processos Sancionadores – SPS.

Principais decisões:

- Definição e priorização de projetos de desenvolvimento de *software*;
- Definição do grupo de trabalho para elaboração da Política de Segurança da Informação;
- Definição da descontinuidade de serviços e recursos que utilizavam infraestrutura obsoleta;
- Definição de consulta à área de TI para avaliação de impactos durante a elaboração de normas;
- Definição do catálogo de serviços de TI;
- Realização de estudo para identificação do melhor modelo de contratação de serviços de impressão;
- Definição da entrada em produção do Sistema de Controle de Demandas;
- Definição de ajustes nos projetos previstos em decorrência do contingenciamento;
- Definição de contratos que não deveriam ser geridos pela área de TI; e
- Definição dos critérios que o Sistema de Controle de Demandas deve possuir para priorização.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não existem Deliberações do TCU pendentes de atendimento por parte da CVM.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não existem recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento por parte da CVM.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não houve ocorrências no período.

Em termos de estrutura, a unidade de Auditoria Interna consiste no principal mecanismo institucional destinado à apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral.

Conforme estabelecido pelo art. 12 do Decreto nº 6.382, de 27/2/2008, a unidade é responsável pela realização de auditorias periódicas nos sistemas contábil, financeiro, de execução orçamentária e de pessoal, assim como nos demais sistemas, processos e rotinas da CVM.

As auditorias são planejadas em periodicidade anual e formalizadas por meio do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT. As ações constantes do PAINT são apresentadas ao órgão Colegiado da CVM, divulgadas no Boletim Interno e integram o conjunto de metas institucionais da entidade (macroprocesso: controle).

Complementarmente, compete à unidade propor ao órgão Colegiado a adoção de medidas necessárias ao aperfeiçoamento do funcionamento dos demais componentes organizacionais e, ainda, auxiliar o órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, bem como tomar providências atinentes a correições.

Nesse aspecto, a Portaria/CVM/PTE Nº 003, de 12/01/15, estabeleceu o Regulamento Interno de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, criando a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD.

7.4 Tomadas de Contas Especiais

Não ocorreram Tomadas de Contas Especiais no período reportado.

7.5 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

O Decreto nº 8.456, de 22/5/2015, determinou os limites de pagamento para o Ministério da Fazenda durante o exercício.

Com base nesses limites, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF fixou para a CVM, por meio do Ofício Nº 99/2015/SPOA/SE/MF-DF, o montante de R\$ 30.328.000,00 como limite financeiro para pagamento das despesas discricionárias durante o ano, incluindo aquelas decorrentes de outros exercícios (restos a pagar – RP).

Nesse aspecto, considerando o saldo de R\$ 18.742.056,61 de RP, assim como o limite orçamentário de R\$ 27.100.000,00 estabelecido para o próprio exercício, o valor de R\$ 30.328.000,00 representou apenas 66% do total de recursos necessários ao pagamento das obrigações contratuais assumidas.

No entanto, em 7/8/2015, o valor do limite de pagamento foi reduzido, por meio do Ofício Nº 167/2015/SPOA/SE/MF-DF, para R\$ 26.498.492,00, em virtude da edição do Decreto nº 8.496, de 30/7/2015, que ampliou o contingenciamento dos recursos financeiros.

Após extensas tratativas com a SPOA, o limite foi ampliado em R\$ 1,9 milhão por meio do Ofício nº 240/2015/SPOA/SE/MF-DF. A CVM finalizou o ano com o montante de R\$ 29.398.492,00, após nova expansão, no valor de R\$ 1 milhão, autorizada por meio de mensagem eletrônica de 7/12/2015.

Como o limite orçamentário para empenho também foi expandido para R\$ 28,9 milhões, o exercício de 2015 encerrou-se com uma proporção entre recursos financeiros e orçamentários da ordem de aproximadamente 61%.

Por consequência, fez-se necessária, ao longo de todo o ano, uma contínua análise das obrigações contratuais assumidas e pendentes de pagamento, com o objetivo de garantir o regular funcionamento da Autarquia, pois, além do contingenciamento imposto, a CVM enfrentou dificuldades em sua execução financeira, devido ao sistemático atraso nos repasses de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A propósito, apesar de o limite de pagamento para o ano de 2015 ter sido de R\$ 29.398.492,00, somente R\$ 27.573.254,74 foram disponibilizados na conta corrente (sistema SIAFI). Dos valores aprovados, R\$ 1.825.237,26 não foram creditados.

Destarte, fica evidenciado que a STN não garantiu, no prazo adequado, o repasse de recursos financeiros suficientes para assunção de todas as obrigações contratuais assumidas.

Assim, de forma a garantir a continuidade dos serviços mínimos essenciais para a manutenção da atividade institucional da Autarquia, não foi possível observar a estrita ordem cronológica de exigibilidade para o pagamento das faturas dos fornecedores, conforme permissivo previsto na parte final do artigo 5º da Lei nº 8666/93, em virtude de relevantes razões de interesse público que justificaram a medida.

Neste diapasão, salienta-se que o controle dos documentos fiscais apresentados e aptos a pagamento é efetivado por meio de um banco de dados interno, mantido pela Gerência de Contabilidade e Finanças – GAF, onde são registradas as datas de atesto e de vencimento da exigibilidade, conforme prazos contratuais. Por meio desse banco de dados é possível verificar a ordem cronológica de vencimento das exigibilidades.

Tendo em vista que no exercício de 2015 não foi possível manter, em termos absolutos, a ordem cronológica dos pagamentos, em razão de sucessivos atrasos nos repasses financeiros por parte da STN, foram emitidos despachos nos processos de pagamento relacionados às notas contingenciadas, explicitando os motivos pelos quais o pagamento não poderia ser realizado de modo regular, em atenção ao disposto no artigo 5º, parte final, da Lei nº 8666/93, sendo certo que ao final do exercício a CVM regularizou todos os pagamentos relacionados aos documentos fiscais aptos à execução financeira, conforme condições contratuais estabelecidas.

ANEXO I

Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2015:

Balanço Financeiro,
Balanço Orçamentário,
Balanço Patrimonial,
Demonstração das Variações Patrimoniais e
Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	323.855.099,64		- Despesas Orçamentárias	212.989.996,68	
Ordinárias	28.522,13		Ordinárias	86.470,00	
Vinculadas	324.654.403,39		Vinculadas	212.903.526,68	
Educação			Educação		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	150.000,00	
Operação de Crédito			Operação de Crédito	8.873.858,00	
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		
Doações			Doações		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	324.654.403,39		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	203.879.668,68	
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		
Demais Recursos			Demais Recursos		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-827.825,88				
Transferências Financeiras Recebidas	211.605.672,46		- Transferências Financeiras Concedidas	324.556.023,98	
Resultantes da Execução Orçamentária	207.861.369,75		Resultantes da Execução Orçamentária	30.300,04	
Cota Recebida			Cota Concedida		
Repasse Recebido	207.861.369,75		Repasse Concedido	30.300,04	
Sub-repasso Recebido			Sub-repasso Concedido		
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		
Cota Devolvida			Cota Devolvida		
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		
Sub-repasso Devolvido			Sub-repasso Devolvido		
Independentes da Execução Orçamentária	3.744.302,71		- Independentes da Execução Orçamentária	324.525.723,94	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.075.595,83		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		
Demais Transferências Recebidas	841.293,05		Demais Transferências Concedidas		
Movimentação de Saldos Patrimoniais	827.413,83		Movimento de Saldos Patrimoniais	324.525.723,94	
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		
Aporte ao RPPS			Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	6.336.748,54		- Despesas Extraorçamentárias	4.956.208,29	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	658.841,58		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	773.381,32	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.621.718,37		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.116.486,56	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	26.881,76		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	36.572,89	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	29.306,83		Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.767,52	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	18.829,19	
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20.176,94		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	10.938,33	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2015	PERIODO Anual
EMISSAO 22/03/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VALORES EM UNIDADES DE BEAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	9.129,89	-			
Saldo do Exercício Anterior	5.883.318,27	-	Saldo para o Exercício Seguinte	5.178.609,96	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.883.318,27	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.178.609,96	-
TOTAL	547.680.838,91	-	TOTAL	547.680.838,91	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSAO 22/03/2016	PAGINA 1
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos	325.200.765,00	325.200.765,00	323.855.099,64	-1.345.665,36
Taxas	270.582.085,00	270.582.085,00	282.042.745,01	11.460.660,01
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias	822.354,00	822.354,00	828.205,85	5.851,85
Receitas de Valores Mobiliários	320.038,00	320.038,00	237.847,75	-82.190,25
Receita de Concessões e Permissões	502.316,00	502.316,00	590.358,10	88.042,10
Compensações Financeiras				
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços	8.820,00	8.820,00	3.863,55	-4.956,45
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes				
Multas e Juros de Mora	53.787.506,00	53.787.506,00	40.980.285,23	-12.807.220,77
Indenizações e Restituições	44.015.127,00	44.015.127,00	34.749.902,33	-9.265.224,67
Receita da Dívida Ativa	130.154,00	130.154,00	179.634,21	49.480,21
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	9.642.225,00	9.642.225,00	6.050.748,69	-3.591.476,31
Rec. Decr. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				

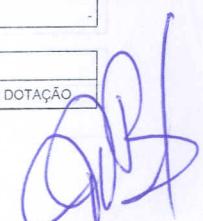


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Operações de Crédito					
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Alienação de Bens					
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	
Transferências do Exterior	-	-	-	-	
Transferência de Pessoas	-	-	-	-	
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	
Transferências de Convênios	-	-	-	-	
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital					
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-	
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-	
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					
SUBTOTAL DE RECEITAS	325.200.765,00	325.200.765,00	323.855.099,64	-1.345.665,36	
REFINANCIAMENTO					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	325.200.765,00	325.200.765,00	323.855.099,64	-1.345.665,36	
TOTAL	325.200.765,00	325.200.765,00	323.855.099,64	-1.345.665,36	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA					
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 3
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA		
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	222.299.517,00	231.457.367,00	211.141.917,78	207.355.293,41	206.696.451,83	20.315.449,22
Pessoal e Encargos Sociais	173.355.878,00	182.411.358,00	180.216.244,00	179.575.708,66	179.516.308,46	2.195.114,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	48.943.639,00	49.046.009,00	30.925.673,78	27.779.584,75	27.180.143,37	18.120.335,22
DESPESAS DE CAPITAL	1.860.000,00	1.860.000,00	1.848.078,90	12.984,90	12.984,90	11.921,10
Investimentos	1.860.000,00	1.860.000,00	1.848.078,90	12.984,90	12.984,90	11.921,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	101.431.724,00	101.431.724,00	-	-	-	101.431.724,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	325.591.241,00	334.749.091,00	212.989.996,68	207.368.278,31	206.709.436,73	121.759.094,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	325.591.241,00	334.749.091,00	212.989.996,68	207.368.278,31	206.709.436,73	121.759.094,32
SUPERÁVIT			110.865.102,96			-110.865.102,96
TOTAL	325.591.241,00	334.749.091,00	323.855.099,64	207.368.278,31	206.709.436,73	10.893.991,36

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.531.158,96	10.113.757,81	4.277.989,67	4.056.394,91	-	13.588.521,86
Pessoal e Encargos Sociais	2.098.961,54	1.286.247,85	71.173,47	71.173,47	-	3.314.035,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.432.197,42	8.827.509,96	4.206.816,20	3.985.221,44	-	10.274.485,94
DESPESAS DE CAPITAL	440,08	60.091,65	60.091,65	60.091,65	-	440,08
Investimentos	440,08	60.091,65	60.091,65	60.091,65	-	440,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.531.599,04	10.173.849,46	4.338.081,32	4.116.486,56	-	13.588.961,94

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	193.626,70	826.094,22	773.381,32	16.829,10	229.510,50
Pessoal e Encargos Sociais	-	592.308,23	574.858,00	15.316,90	2.133,90





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	25203 - COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCICIO PERÍODO
2015 Anual

EMISSAO 22/03/2016 PAGINA 4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	227.377,11
Outras Despesas Correntes	193.626,70	233.785,99	198.523,32	1.512,20	16.887,19
DESPESAS DE CAPITAL	16.887,19	-	-	-	16.887,19
Investimentos	16.887,19	-	-	-	16.887,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	210.513,89	826.094,22	773.381,32	16.829,10	246.397,61

Имя и фамилия	Логин	Пароль	Срок действия	Срок действия	Срок действия
Иванов Иван Иванович	ivanov	1234567890	01.01.2024	01.01.2024	01.01.2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	
ORGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	17.202.311,16	16.651.221,61	PASSIVO CIRCULANTE	1.373.865,30	1.275.769,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.178.609,96	5.883.318,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	40.936,89	26.463,58
Créditos a Curto Prazo	6.695.565,46	6.695.565,46	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.038.849,79	414.740,81
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	1.616,00	17.376,00
Dívida Ativa Tributária	5.740.799,18	5.740.799,18	Demais Obrigações a Curto Prazo	292.462,62	817.189,57
Dívida Ativa Não Tributária	954.766,28	954.766,28	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	5.044.125,70	3.821.698,07	-	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-	-
Estoques	257.658,11	250.639,81	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	26.351,93	-	-	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	704.219.772,77	1.117.418.325,27	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	40.544,00	40.544,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	679.887.977,99	1.092.174.904,02	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	679.533.065,91	1.091.819.991,94	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	412.286.926,03	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	40.544,00	-
Dívida Ativa Tributária	612.148.916,71	612.148.916,71	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	40.544,00
Dívida Ativa Não Tributária	1.025.233.276,27	1.025.233.276,27	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-957.849.127,07	-957.849.127,07	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.414.409,30	1.316.313,96
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	354.912,08	354.912,08	-	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Estoques	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Participações Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	720.007.674,63	1.132.753.232,92
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado do Exercício	-458.632,26	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.132.753.232,92	1.132.753.232,92
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-412.286.926,03	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	720.007.674,63	1.132.753.232,92
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO		
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado					
Bens Móveis					
Bens Móveis	11.966.022,28	12.882.087,67			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	15.187.507,52	15.165.378,47			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-3.221.485,24	-2.283.290,80			
Bens Imóveis	12.304.885,00	12.351.393,58			
Bens Imóveis	12.598.573,53	12.598.573,53			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-293.688,53	-247.179,95			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível					
Softwares	60.887,50	9.940,00			
Softwares	60.887,50	9.940,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	721.422.083,93	1.134.069.546,88	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	721.422.083,93	1.134.069.546,88

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015
ATIVO FINANCEIRO	5.178.609,96	23.356.625,12	PASSIVO FINANCEIRO	20.316.397,30
ATIVO PERMANENTE	716.243.473,97	1.110.712.921,76	PASSIVO PERMANENTE	36.669.290,96 85.688,18 -17.647.528,50
SALDO PATRIMONIAL			SALDO PATRIMONIAL	701.019.998,45

Quadro de Compensações

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.621.004,24	4.654.805,81	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	30.849.502,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.621.004,24	4.654.805,81	Execução dos Atos Potenciais Passivos	30.849.502,62	21.145.192,77
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	33.801,57	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	99.085,61	112.008,98
Direitos Contratuais a Executar	4.621.004,24	4.621.004,24	Obrigações Contratuais a Executar	30.750.417,01	21.033.183,79
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.621.004,24	4.654.805,81	TOTAL	30.849.502,62	21.145.192,77

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.475.081,07
Recursos Vinculados	-12.662.706,27
Operação de Crédito	-94.926,11
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-12.566.802,85
Demais Recursos	-977,31
TOTAL	-15.137.787,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			535.746.583,44	-
Impostos			288.093.838,57	-
Taxas			6.050.748,69	-
Contribuições de Melhoria			282.043.089,88	-
Contribuições			-	-
Contribuições Sociais			-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			-	-
Contribuição de Iluminação Pública			-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos			241.711,30	-
Venda de Mercadorias			-	-
Vendas de Produtos			-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços			241.711,30	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			2.888.075,34	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			-	-
Juros e Encargos de Mora			2.297.717,24	-
Variações Monetárias e Cambiais			-	-
Descontos Financeiros Obtidos			-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			590.358,10	-
Aportes do Banco Central			-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras			-	-
Transferências e Delegações Recebidas			211.605.672,46	-
Transferências Intragovernamentais			211.605.672,46	-
Transferências Intergovernamentais			-	-
Transferências das Instituições Privadas			-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais			-	-
Transferências de Consórcios Públicos			-	-
Transferências do Exterior			-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes			-	-
Transferências de Pessoas Físicas			-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas			-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos			269.447,29	-
Reavaliação de Ativos			-	-
Ganhos com Alienação			-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos			219.585,22	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos			49.862,07	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas			32.647.838,48	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			-	-
Resultado Positivo de Participações			-	-
Operações da Autoridade Monetária			-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA		VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	15.760,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	32.632.078,48	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	536.205.215,70	-
Pessoal e Encargos	134.991.998,81	-
Remuneração a Pessoal	110.170.295,04	-
Encargos Patronais	21.838.466,80	-
Benefícios a Pessoal	2.915.826,97	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	67.410,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.608.805,76	-
Aposentadorias e Reformas	40.898.735,13	-
Pensões	5.655.276,40	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.794,23	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	28.441.423,29	-
Uso de Material de Consumo	257.579,04	-
Serviços	27.199.141,23	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	984.703,02	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.568,89	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.964,84	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Desccontos Financeiros Concedidos	604,05	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	324.773.396,46	-
Transferências Intragovernamentais	324.556.023,98	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	217.372,48	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	130.228,28	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	110.051,34	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 3
	VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	20.176,94	-
Tributárias	218.720,95	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	208.860,15	-
Contribuições	9.860,80	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.033.073,26	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	31.656,83	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.001.416,43	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-458.632,26	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-631.631,76	
INGRESSOS		
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	535.516.960,69	-
Receita de Contribuições	323.855.099,64	-
Receita Patrimonial	282.042.745,01	-
Receita Agropecuária	237.847,75	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.863,55	-
Remuneração das Disponibilidades	590.358,10	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	40.980.285,23	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	211.661.861,05	
Ingressos Extraorçamentários	26.881,76	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	20.176,94	-
Transferências Financeiras Recebidas	211.605.672,46	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	9.129,89	-
DESEMBOLSOS		
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativo	-536.148.592,45	-
Judiciário	-189.383.726,02	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-142.876.133,81	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-46.488.763,02	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA	EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

		2015	2014
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-
Indústria		-	-
Comércio e Serviços		-	-
Comunicações		-	-
Energia		-	-
Transporte		-	-
Desporto e Lazer		-	-
Encargos Especiais		-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-18.829,19	
Juros e Encargos da Dívida			
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-	-
Outros Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-22.161.331,23	-
Intergovernamentais		-	-
A Estados e/ou Distrito Federal		-	-
A Municípios		-	-
Intragovernamentais		-21.943.958,75	-
Outras Transferências Concedidas		-217.372,48	-
Outros Desembolsos das Operações		-324.603.535,20	-
Dispêndios Extraorçamentários		-36.572,89	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-	-
Pagamento de Passivos Recebidos		-	-
Transferências Financeiras Concedidas		-324.556.023,98	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-10.936,33	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-	-
Variação Cambial		-	-
Valores Compensados		-	-
Valores em Trânsito		-	-
Ajuste Acumulado de Conversão		-	-
Demais Pagamentos		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-73.076,55	-
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 22/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-73.076,55	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-22.129,05	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-50.947,50	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-704.708,31	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	5.883.318,27	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.178.609,96	-

ANEXO II

Declaração do Contador



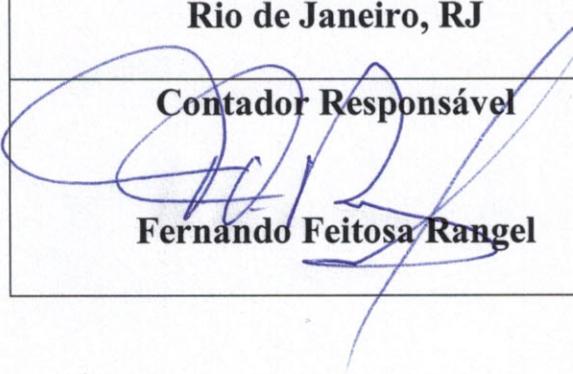
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA

Denominação completa (UJ)	Código da UG:
Comissão de Valores Mobiliários	173030

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Data
Rio de Janeiro, RJ	22 de março de 2016
Contador Responsável  Fernando Feitosa Rangel	CRC nº ES 009612/O-5

ANEXO III

Recomendações dos Órgãos de Controle Externo

CONCEITOS RELACIONADOS AOS ESTÁGIOS DAS MULTAS APLICADAS:

Aplicadas - multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas as que deram origem a Termo de Ajustamento de Conta - TAC objeto de contra-prestação em bens ou serviços;

Exigível - multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em processo judicial;

Definitivamente constituídas - sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;

Arrecadadas - multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;

Pendentes de inscrição no Cadin - quantidade de devedores pendentes de inscrição no Cadin por ano de competência;

Prescrição da pretensão executória - espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, cujo prazo se inicia com o trânsito em julgado administrativo das multas, conforme art. 1º-A da Lei nº 9.873/99. Salvo normativo interno ao contrário, deve-se ter como referência a data limite de três anos após o trânsito em julgado administrativo das multas;

Canceladas por decisão administrativa - não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;

Suspensa administrativamente - sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

Acompanhamento da arrecadação de multas - Quantidade.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADACÃO DE MULTAS

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas				Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)	Validação																
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas															
										Multas não inscritas no CADIN	Multas com Risco de Prescrição Executória	Outras	Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas	Demais Situações											
Período de Competência	Qtde.	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012
2015	1.974	446	-	-	-	171	-	-	-	62	-	-	-	2	-	-	-	0	-	-	-	525	-	-	-
2014	1.759	162	318	-	-	203	15	-	-	55	46	-	-	0	7	-	-	0	0	-	-	829	510	-	-
2013	1.911	264	293	549	-	75	173	93	-	2	152	63	-	4	9	84	-	0	0	0	-	400	553	1.009	-
2012	1.668	10	35	274	630	6	15	174	94	107	105	102	42	2	2	33	7	0	0	0	0	300	309	319	854
Total	7.312	882	646	823	630	455	203	267	94	226	303	165	42	8	18	117	7	0	0	0	0	2.054	1.372	1.328	854
Validação do Estoque de Multas		7.312	5.338	3.579	1.668																	2.062	1.390	1.445	861
																						1.024	982	155	41
																						-	-	-	-

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- c) Quantitativos relativos aos exercícios de 2015, 2014, 2013 ou 2012, de acordo com o período de competência;
- d) Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada;
- h) Quando forem informadas multas na coluna "Multas com Risco de Prescrição Executória", estas não podem ser inseridas em outros campos, para evitar a dupla contagem.

ii) Quando re

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos				Arrecadadas				Canceladas Administrativamente				
Período de Competência	Valores	Exercícios				Exercícios				Exercícios				
		2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	
2015	227.265.444,54	-	-	-	-	4.072.629,09	-	-	-	2.784.523,61	-	-	-	
2014	78.493.875,89	-	-	-	-	4.518.400,00	2.551.469,60	-	-	2.321.650,00	117.577,22	-	-	
2013	83.304.060,98	-	-	-	-	449.291,66	3.362.422,77	5.920.978,50	-	1.569.400,00	21.433.058,53	4.022.410,54	-	
2012	112.426.753,50	-	-	-	-	574.116,53	3.095.506,79	2.076.483,01	4.840.781,20	33.300,00	984.500,00	2.674.300,00	1.195.900,00	
Total	501.490.134,91	0,00	0,00	0,00	0,00	9.614.437,28	9.009.399,16	7.997.461,51	4.840.781,20	6.708.873,61	22.535.135,75	6.696.710,54	1.195.900,00	
Validação do Estoque de Multas Aplicadas						501.490.134,91	274.224.690,37	195.730.814,48	112.426.753,50					

Multas Aplicadas	Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação			
	Suspensas Administrativamente				Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas				Demais Situações				Multas Aplicadas por Período de Competência			
	Exercícios				Exercícios				Exercícios							
Período de Competência	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012	2015	2014	2013	2012
2015	13.143.780,00	-	-	-	6.544.798,17	-	-	-	200.719.713,67	-	-	-	227.265.444,54	-	-	-
2014	14.268.739,40	28.128.247,12	-	-	38.768.566,46	10.025.161,51	-	-	15.947.473,21	37.671.420,44	-	-	78.493.875,89	78.493.875,89	-	-
2013	30.410.996,95	28.443.188,03	13.338.750,00	-	13.124.972,50	16.749.839,99	35.885.529,90	-	3.010.529,53	3.372.162,62	24.136.392,04	-	83.304.060,98	83.304.060,98	83.304.060,98	-
2012	78.254.369,00	77.038.469,00	76.985.469,00	30.037.687,50	15.078.127,91	19.007.555,50	13.928.104,79	71.011.624,30	3.619.369,06	1.513.258,00	10.725.715,50	5.340.760,50	112.426.753,50	112.426.753,50	112.426.753,50	112.426.753,50
Total	136.077.885,35	133.609.904,15	90.324.219,00	30.037.687,50	73.516.465,04	45.782.557,00	49.813.634,69	71.011.624,30	223.297.085,47	42.556.841,06	34.862.107,54	5.340.760,50	-	-	-	-

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Os campos devem ser preenchidos com os valores monetários nominais (sem atualização, multa de mora e encargos legais);
- c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2015, 2014, 2013 ou 2012, de acordo com o período de competência;
- d) Valores consolidados referentes ao montante total de multas aplicadas pela Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação dos valores inseridos na coluna "Aplicadas" distribuídos pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a parte paga como valor arrecadado e o saldo ainda inadimplente deve ser inserido na coluna "Demais situações".

Fonte: CVM.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS**ARRECADAÇÃO EFETIVA (R\$)**

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados			
	Exercícios			
	2015	2014	2013	2012
2015	3.649.474,10	-	-	-
2014	4.058.785,28	2.591.460,90	-	-
2013	701.996,94	3.569.722,77	5.920.978,50	-
2012	1.340.607,67	3.095.506,79	2.076.483,01	4.840.781,20
Total	9.750.863,99	9.256.690,46	7.997.461,51	4.840.781,20

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/12-TCU-Plenário;
- b) Valores correntes efetivamente arrecadados;
- c) Valores monetários relativos aos exercícios de 2015, 2014, 2013 ou 2012, de acordo com o período de competência da multa aplicada;
- d) Valores consolidados referentes aos quantitativos globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

Fonte: CVM.

Indicadores de Multas das Entidades Fiscalizadoras - Acórdão 482/2012-TCU-Plenário

Subitem do Acórdão	Unid.	Multas	Fórm.	2015	2014	2013	2012
9.6.1 Número absoluto e percentual de pessoas físicas ou jurídicas pendentes de inscrição no Cadin.	Qtde	Não inscritas no Cadin	a	2	2	33	7
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	302	311	352	861
	%	Físico	a/b x 100	0,66%	0,64%	9,38%	0,81%
9.6.2 Número absoluto e percentual de processos de cobrança de multas que (...) sofram maiores riscos de prescrição.	Qtde	Risco de Prescrição Executória	a	0	0	0	0
	Qtde	Exígíveis e Definitivamente Constituídas	b	302	311	352	861
	%	Físico	a/b x 100	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9.6.3 Quantidade de multas canceladas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de cancelamento em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Canceladas	a	6	15	174	94
	Qtde	Aplicadas	b	1.668	5.644	3.670	1.911
	%	Físico	a/b x 100	0,36%	0,27%	4,74%	4,92%
	R\$	Canceladas	c	33.300,00	984.500,00	2.674.300,00	1.195.900,00
	R\$	Aplicadas	d	112.426.753,50	389.063.381,41	161.797.936,87	83.304.060,98
	%	Financeiro	c/d x 100	0,03%	0,25%	1,65%	1,44%
9.6.3 Quantidade de multas suspensas em instâncias administrativas, os valores associados a estas multas e os percentuais de suspensão em relação ao total de multas aplicadas anualmente.	Qtde	Suspensas	a	107	105	102	42
	Qtde	Aplicadas	b	1.668	5.644	3.670	1.911
	%	Físico	a/b x 100	6,41%	1,86%	2,78%	2,20%
	R\$	Suspensas	c	78.254.369,00	77.038.469,00	76.985.469,00	30.037.687,50
	R\$	Aplicadas	d	112.426.753,50	389.063.381,41	161.797.936,87	83.304.060,98
	%	Financeiro	c/d x 100	69,60%	19,80%	47,58%	36,06%
9.6.4 Percentuais de recolhimento de multas (em valores e em número de multas recolhidas)	Qtde	Arrecadadas	a	10	35	274	630
	Qtde	Aplicadas	b	1.668	5.644	3.670	1.911
	%	Físico	a/b x 100	0,60%	0,62%	7,47%	32,97%
	R\$	Arrecadadas	c	574.116,53	3.095.506,79	2.076.483,01	4.840.781,20
	R\$	Aplicadas	d	112.426.753,50	389.063.381,41	161.797.936,87	83.304.060,98
	%	Financeiro	c/d x 100	0,51%	0,80%	1,28%	5,81%

Fonte: CVM.